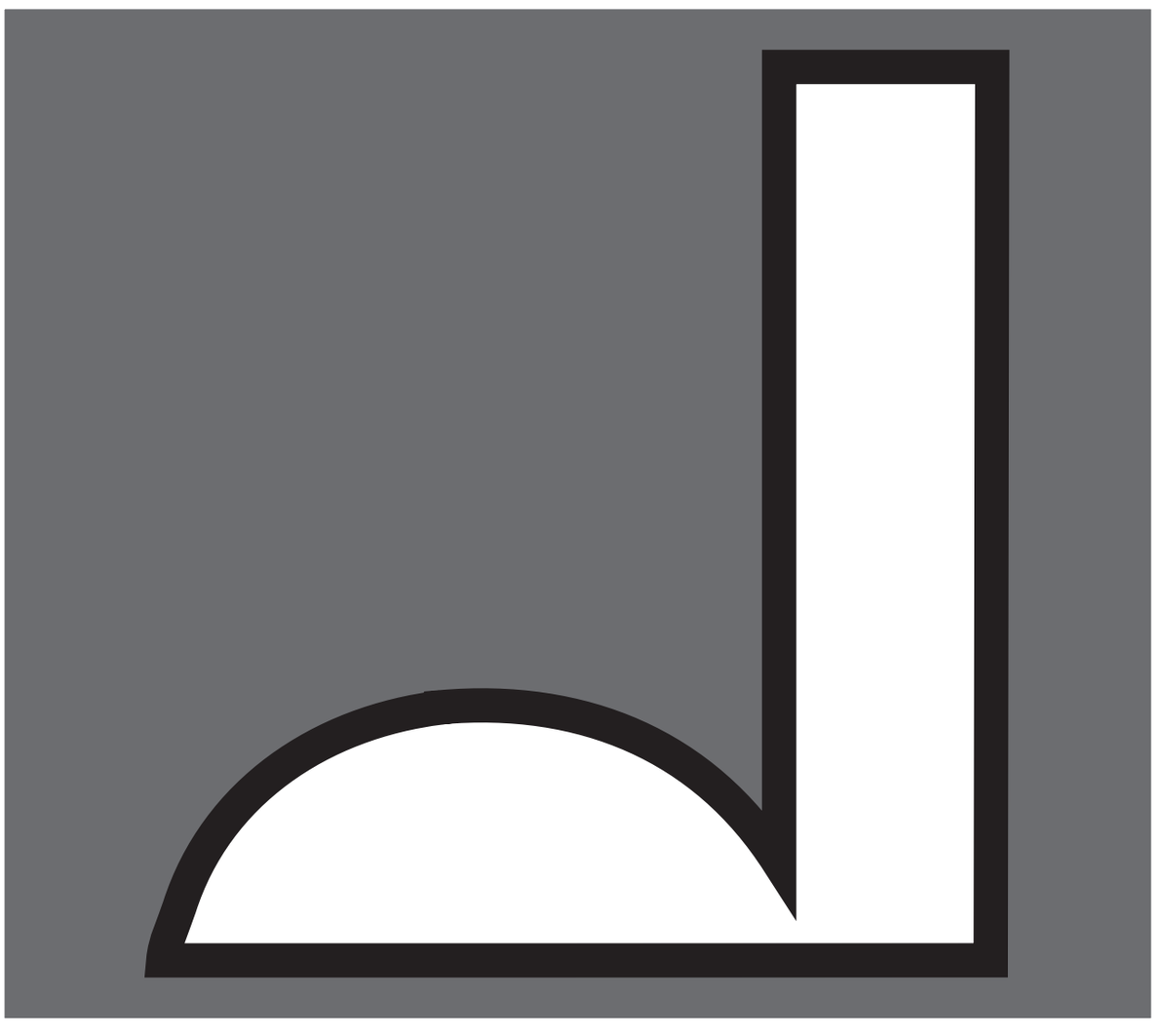
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 195 - SÁBADO, 26 DE NOVEMBRO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA

Presidente
Renan Calheiros – PMDB – AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – BLOCO – PT – AC
2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB – MT
1º Secretário
Efraim Morais – PFL – PB
2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB – MA
3º Secretário
Paulo Octávio – PFL – DF
4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO

Suplentes de Secretário
1º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT
2º Papaléo Paes – PSDB – AP
3º Alvaro Dias – PSDB – PR
4º Aelton Freitas – PL – MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21
LÍDER
Ney Suassuna

Vice-Líderes
Garibaldi Alves Filho
(vago)
Gilberto Mestrinho
(vago)
Amir Lando
(vago)

LÍDER DO PMDB – 21
Ney Suassuna

Vice-Líderes do PMDB
(vago)
(vago)
Luiz Otávio
Gerson Camata
(vago)
Wellington Salgado de Oliveira
Valdir Raupp

LÍDER DO PTB – 4
Mozarildo Cavalcanti

Vice-Líder do PTB
Sérgio Zambiasi

LÍDER DO PDT – 4
Osmar Dias
Vice-Líder do PDT
(vago)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
(PT/PL/PSB) – 17

LÍDER
Delcídio Amaral – PT
Vice-Líderes
Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB

LÍDER DO PT – 12
Delcídio Amaral

Vice-Líderes do PT
Roberto Saturnino
Ana Júlia Carepa
Flávio Arns
Fátima Cleide

LÍDER DO PL – 3
João Ribeiro

Vice-Líder do PL
Aelton Freitas

LÍDER DO PSB – 2
Antonio Carlos Valadares

Vice-Líder do PSB
(vago)

LÍDER DO P-SOL– 2
Heloísa Helena

Vice-Líder do P-SOL
Geraldo Mesquita Junior

LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA
(PFL/ PSDB) – 31
LÍDER
José Jorge

Vice-Líderes
Álvaro Dias – PSDB
Tasso Jereissati– PSDB
César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB
Rodolpho Tourinho – PFL
Demóstenes Torres – PFL

LÍDER DO PFL – 16
José Agripino

Vice-Líderes do PFL
Demóstenes Torres
César Borges
Rodolpho Tourinho
Maria do Carmo Alves
Romeu Tuma
(vago)

LÍDER DO PSDB – 15
Arthur Virgílio

Vice-Líder do PSDB
Lúcia Vânia
Leonel Pavan
(vago)
Flexa Ribeiro

LÍDER DO GOVERNO
Aloízio Mercadante – PT

Vice-Líderes do Governo
Romero Jucá – PMDB
Ideli Salvatti – PT
Garibaldi Alves Filho – PMDB
(vago)
Fernando Bezerra – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Ronald Cavalcante Gonçalves
Diretor da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 26-10-2005

(*)MANDADO DE CITAÇÃO DO SENADOR JOÃO CAPIBERIBE
(*)Publicado em suplemento á presente edição

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.032, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 740, de 10 de maio de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 19 de maio de 1996, a permissão outorgada à Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.033, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Nevasca Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.818, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Rádio FM Nevasca Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.034, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Imbituba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Imbituba, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 2.806, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Rádio Imbituba Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Imbituba, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.035, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Portugal Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 270, de 12 de junho de 2003, que outorga permissão à Portugal Telecomunicações Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.036, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária Luiz Moraes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vicência, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.124 de 2002, alterada pela Portaria nº 401, de 29 de julho de 2003, que autoriza a associação Cultural e Comunitária Luiz Moraes a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vicência, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno,

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.037, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Casson de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bicas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 318, de 24 de agosto de 2004, que outorga permissão ao Sistema Casson de Radiodifusão Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bicas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.038, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Padre Nestor a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Japoatã, Estado de Sergipe.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 754, de 19 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Padre Nestor a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Japoatã, Estado de Sergipe.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.039, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Baixa Grande a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baixa Grande, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 728, de 15 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Baixa Grande a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baixa Grande, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.040, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade de Radiodifusão Padre Eduardo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/n°, de 29 de agosto de 2002, que renova que renova por 10 (dez) anos, a partir de 14 de junho de 1998, a concessão da Sociedade de Radiodifusão Padre Eduardo Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná.

Art. 2° Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.041, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Plug de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Sarandi, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 410, de 14 de agosto de 2003, que outorga permissão ao Sistema Plug de Comunicações Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Sarandi, Estado do Paraná.

Art. 2° Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.042, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Radiodifusão Independente – ACRDI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Passé, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 210, de 28 de abril de 2004, que autoriza a Associação Cultural de Radiodifusão Independente – ACRDI a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Passé, Estado da Bahia.

Art. 2° Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.043, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Piquete a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piquete, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 264, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Piquete a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piquete, Estado de São Paulo.

Art. 2° Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.044, DE 2005

Aprova o ato que autoriza o Centro de Serviços Socioeducativos e Técnico-Científicos Para o Desenvolvimento Comunitário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Solânea, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 250, de 31 de maio de 2004, que autoriza o Centro de Serviços Socioeducativos e Técnico-Científicos para o Desenvolvimento Comunitário a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Solânea, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.045, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão À Gráfica e Editora Diário do Sudoeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Livramento do Brumado, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Podaria nº 309, de 24 de agosto de 2004, que outorga permissão à Gráfica e Editora Diário do Sudoeste Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Livramento do Brumado, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.046, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Club FM de Nova Aurora Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nova Aurora, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 148, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio Club FM de Nova Aurora Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nova Aurora, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.047, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Difusão Comunitária de General Câmara de radiodifusão comunitária na cidade de General Câmara, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 610, de 8 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Cultural de Difusão Comunitária de General Câmara a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de General Câmara, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.048, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a AMEI – Associação Comunitária Municipal Educacional e Informativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aragarças, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 307, de 20 de agosto de 2004, que autoriza a AMEI – Associação Comunitária Municipal Educacional e Informativa a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aragarças, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.049, DE 2005

Aprova o ato que autoriza o Centro Comunitário de Radiodifusão de Santa Quitéria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Quitéria, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 748, de 19 de dezembro de 2003, que autoriza o Centro Comunitário de Radiodifusão de Santa Quitéria a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Quitéria, Estado do Ceará.

Art. 20 Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.050, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação José Possidônio Peixoto para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 294, de 28 de julho de 2004, que outorga permissão à Fundação José Posidônio Peixoto para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.051, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Serrote Educativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrolândia, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 652, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Serrote Educativa a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrolândia, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.052 DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação nova Esperança de Promoção Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malhada de Pedras, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 37, de 15 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação Nova Esperança de Promoção Social a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malhada de Pedras, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.053, DE 2005

Aprova o ato que Autoriza a Associação Comunitária Sócio Cultural dos Moradores de Itiúba/BA – ACSCMI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itiúba, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 649, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Sócio Cultural dos Moradores de Itiúba/BA – ACSCMI a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itiúba, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.054, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Mãe Rainha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Independência, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 720, de 15 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Mãe Rainha a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Independência, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.055, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã – ARCI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 367, de 17 de julho de 2003, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã – ARCI a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.056, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 721, de 15 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.057, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Magia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Não-Me-Toque, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.920, de 17 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Rádio Magia Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Não-Me-Toque, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 66, DE 2005

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até US$10,800,000.00 (dez milhões e oitocentos mil dólares norte-americanos) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo no valor total de até US$10,800,000.00 (dez milhões e oitocentos mil dólares norte-americanos) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Parágrafo único. Os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – devedor: República Federativa do Brasil;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

III – valor total: até US$10,800,000.00 (dez milhões e oitocentos mil dólares norte-americanos);

IV – modalidade de empréstimo: mecanismo unimonetário;

V – prazo de desembolso: 3 (três) anos;

VI – amortização: parcelas semestrais e consecutivas, tanto quanto possível, iguais, vencendo-se a primeira 6 (seis) meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar 20 (vinte) anos após a assinatura do Contrato;

VII – juros: exigidos semestralmente, calculados com base no custo de captação do Banco para empréstimos unimonetários qualificados, apurados durantes os 6 (seis) meses anteriores aos respectivos vencimentos, acrescidos de margem razoável, expressa em termos de percentagem anual, para cobertura de despesas administrativas;

VIII – comissão de crédito: exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamentos dos juros e calculada com base na taxa de até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do Contrato, sendo que, a princípio, o Mutuário pagará taxa de 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano), podendo este percentual ser modificado semestralmente pelo Banco sem que, em caso algum, possa exceder o percentual previsto de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

IX – recursos para inspeção e supervisão geral: durante o período de desembolsos, não serão reservados recursos para atendimento de despesas de inspeção e supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante tal período; em nenhum caso, para atender as referidas despesas em um semestre determinado, poderão destinar-se recursos superiores a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros, previstas na minuta contratual, poderão ser alteradas em função da data de sua assinatura.

Art. 3º A autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 209ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 156, de 2005-CN (nº 790/2005, na origem), de 23 do corrente, encaminhando ao Congresso Nacional relatório de avaliação das receitas e despesas primárias do 5º bimestre de 2005. 41252

Nº 262, de 2005 (nº 779/2005, na origem), de 18 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2005, que dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, sancionado e transformado na Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005..... 41252

1.2.2 – Parecer

Nº 2.041, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2004, de autoria do Senador César Borges, que acrescenta artigo 249-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a fim de tipificar o crime de subtração de incapazes com o objetivo de ser criado por outros..... 41252

1.2.3 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 159/2005, de 23 do corrente, comunicando a aprovação, com emendas, do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2004..... 41259

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2004, seja apreciado pelo Plenário. 41260

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 41260

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 975, de 2004; 255, 256, 266, 306, 318, 329, 335, 374, 385, 394, 414, 433, 434, 435, 469 e 482, de 2005, aprovados terminativamente pela Comissão de Educação. ... 41260

1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 1.366, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do empresário Danilo Remor, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará... 41261

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR *JOSÉ JORGE*, como Líder – Julgamento de recursos do Deputado José Dirceu pelo Supremo Tribunal Federal. Avaliação do ensino no Brasil. 41261

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Gastos do governo federal com propaganda. Críticas ao Presidente Lula..... 41264

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Atuação das ONGs no Brasil. Descaso da Funasa no trato da saúde indígena..... 41267

SENADOR *OSMAR DIAS*, como Líder – Referências a matérias de jornais de circulação nacional que mostram queda nos indicadores de emprego, economia e segurança. 41275

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Repúdio à violência praticada contra as mulheres no mundo inteiro..... 41277

SENADOR *DELCÍDIO AMARAL* – Transcurso, hoje, do Dia Mundial de Combate à Violência contra a Mulher..... 41278

SENADORA *IRIS DE ARAÚJO* – Violência praticada contra as mulheres. 41280

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO*, como Líder – Considerações a respeito do processo de cassação do Deputado José Dirceu. Defesa da obstrução da votação do Orçamento..... 41282

SENADOR *EDISON LOBÃO* – Atuação dos professores na formação de crianças e adultos. Defesa de melhores condições de trabalho e de salário aos docentes brasileiros. 41284

SENADOR *RAMEZ TEBET* – Crise política e moral vivida pelo Brasil. Expectativa quanto à decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o processo de cassação do Deputado José Dirceu..... 41285

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Declínio da credibilidade do Presidente Lula..... 41289

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Reflexões sobre a violência cometida contra as mulheres no Brasil e no mundo. Crise entre os três Poderes..... 41291

SENADORA *HELOÍSA HELENA* – Crise política no Brasil. Morte do ambientalista Franselmo, que ateou fogo ao próprio corpo em defesa do Pantanal..... 41293

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário que a primeira hora da sessão não deliberativa da próxima segunda-feira, dia 28, será dedicada a comemorar os trinta e três anos da Associação dos Juízes Federais do Brasil – Ajufe, continuando abertas as inscrições para a referida homenagem. 41296

1.2.8 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR *PAULO OCTÁVIO*, como Líder – Realização do evento "Brasil competitivo". Lançamento da pedra fundamental do prédio do Ministério Público do Trabalho. Defesa da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, que torna "obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual"..... 41296

1.2.9 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Registro da matéria intitulada "O Cade na berlinda", publicada na revista **Exame**, edição de 23 do corrente..... 41297

SENADOR *JOÃO BATISTA MOTTA* – Comentários ao artigo "Os imbecis, de novo", de autoria do jornalista André Petry, publicado na revista **Veja**, edição de 16 do corrente..... 41300

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Transcrição de matéria intitulada "Verba de Lula para MST supera o que FHC deu em oito anos", publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 22 do corrente.. 41301

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Considerações a respeito da matéria "FHC elogia gestão econômica, mas diz que é herança sua", publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 24 do corrente. Relacionamento entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional. 41302

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Reflexão acerca da matéria intitulada "FHC diz que Lula assumiu culpa e ficou mais exposto na crise", de autoria do jornalista Carlos Marchi, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 9 do corrente..... 41303

SENADOR *ALVARO DIAS* – Comentários sobre o artigo intitulado "Prioridade nacional", de autoria do presidente da FIESP, Paulo Skaf, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 10 do corrente..... 41306

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Transcrição da matéria intitulada "CPI investiga viagens de ex-assessor", publicada no jornal **O Globo**, edição de 10 do corrente..... 41307

SENADOR *TEOTONIO VILELA FILHO* – Referências ao artigo "Urucubaca, não, desgoverno e corrupção", de autoria do presidente nacional do PFL, Senador Jorge Bornhausen, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 16 do corrente.. 41308

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Considerações sobre a declaração do ex-ministro dos Transportes do governo Lula, Anderson Adauto, que admitiu, em depoimento à CPMI do mensalão, sempre ter recorrido ao caixa 2..... 41309

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Registro do artigo "Dilma x Palocci – perde o Brasil", de autoria do economista Roberto Macedo, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 17 do corrente.. 41311

SENADOR *REGINALDO DUARTE* – Análise da matéria intitulada "Ministro da Saúde critica intervenção no Rio", publicada no jornal **O Globo**, edição de 18 do corrente..... 41313

SENADOR *JUVÊNCIO DA FONSECA* – Transcrição do artigo "A crise da ignorância e da pureza", de autoria do ex-ministro da Fazenda, Gustavo Krause, publicado no **Jornal do Brasil**, edição de 14 do corrente..... 41314

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – PARECERES

Nº 29, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 16, de 2005-CN..... 41315

Nº 30, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 42, de 2005-CN..... 41328

3 – COMISSÃO DIRETORA

Ata da Reunião Ordinária realizada em 17 de novembro de 2005..... 41334

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 4.101 a 4.103, de 2005. 41335

5 – CONVÊNIOS

Nºs 46 e 47, de 2005. 41337

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

7 – SECRETARIA DE COMISSÕES

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

18 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 209ª Sessão não Deliberativa, em 25 de novembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Tião Viana, da Sra. Heloisa Helena e dos Srs. Ramez Tebet, Mozarildo Cavalcanti e Edison Lobão

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 156, de 2005-CN (nº 790/2005, na origem), de 23 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República, encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 6º do art. 72 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, relatório de avaliação das receitas e despesas primárias do 5º bimestre de 2005.

A matéria, juntada ao processado da Mensagem nº 113, de 2005-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 262, de 2005 (nº 779/2005, na origem), de 18 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2005, que dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, sancionado e transformado na Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo do projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 2.041, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2004, de autoria do Senador César Borges, que acrescenta art. 249-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, afim de tipificar o crime de subtração de incapazes com o objetivo de ser criado por outros.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para análise, em caráter terminativo, nos termos do art. 101, II, **d**, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 50, de 2004, de autoria do Senador César Borges.

Trata-se de proposição legislativa que pretende introduzir o art. 249-A no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, tipificando uma forma qualificada de subtração de incapazes na hipótese em que o agente pratica o crime com o intuito de criar o incapaz como seu filho ou de entregá-lo a terceiro com esta finalidade.

Na justificação, depois de fazer expressa referência ao "caso Pedrinho", o autor reivindica a exasperação da pena para esse tipo de crime:

> Faz-se mister que o tipo penal "subtração de incapazes" seja ampliado, para dar conta de crimes em que o incapaz é subtraído para que seja criado por outros que não seus pais, como se adotado fosse. A magnitude moral deste crime exige ainda uma pena relativamente mais severa, uma vez que atenta diretamente contra a estabilidade da família, elemento nuclear da sociedade.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

II – Análise

Não se verificam vícios de legalidade ou de regimentalidade. Do ponto de vista da competência legislativa, a matéria está circunscrita ao disposto no art. 22, I, da Constituição Federal (CF). Ainda sob o enfoque constitucional, a proposição legislativa em apreço converge para a proteção da criança e do adolescen-

te, bem como da família, oferecendo maior concretude aos arts. 226 e 227 da Carta Magna.

Cabe admitir que o tipo penal de "subtração de incapazes" é muito genérico, pois não especifica o fim especial do agente. No conhecido "caso Pedrinho", ficou muito claro que a legislação penal em vigor não reprime a subtração do recém-nascido de forma condizente com a gravidade do crime. A reprovação do ordenamento jurídico deve ser dura quando a ação criminosa tem a finalidade de retirar definitivamente a criança de sua esfera familiar, negando-lhe o direito de conhecer e de conviver com seus verdadeiros pais. Sabe-se que, neste caso, a desestabilização da família é um processo muito doloroso e, mesmo que a criança seja encontrada no futuro, as seqüelas são praticamente irreversíveis.

Verifica-se que o art. 237 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente também prevê uma modalidade especial de subtração de incapazes, assim dispondo:

> Art. 237. Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto:
>
> Pena – reclusão de dois a seis anos, e multa.

Vê-se que a única diferença em relação ao crime do art. 249 do CP reside no fim especial de agir, dessa vez "o fim de colocação em lar substituto". Comentando o Caso Pedrinho, Luiz Flávio Gomes dá a entender que o fim de colocar alguém em lar substituto corresponderia ao fim de criar, de ter o menor para si, de proporcionar-lhe um futuro:

> A pena para o crime de subtração de incapazes, até 1990, era muito baixa (e desproporcional). O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), que prevê o crime de "subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto" (art. 237 – Pena de dois a seis anos de reclusão), corrigiu a anomalia.

Portanto, por reconhecer como legítimas as preocupações que fundamentam o PLS nº 50, de 2004, apresento duas emendas visando a alterar o art. 237 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de agravar a pena do crime de subtração de incapazes com a finalidade de criar como filho ou entregá-lo a terceiro com este objetivo.

III – Voto

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2004, nos termos das seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2004, a seguinte redação:

> "Altera a redação do art. 237 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, para tipificar o crime de subtração de incapaz com o objetivo de ser criado por outros."

EMENDA Nº 2 – CCJ

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2004, a seguinte redação:

> Art. 1º O art. 237 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e Adolescente, passa a vigorar com a seguinte redação:
>
> "Art. 237. Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou de ordem judicial, com o fim de criá-lo como filho, ou de entregá-lo a terceiro com esta finalidade:
>
> Pena reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos. (NR)"

Sala da Comissão, 16 de novembro de 2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS **Nº** 50 **DE** 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/11/2005 **, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

PRESIDENTE :	
RELATOR: Senador Demóstenes Torres	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (Presidente)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES (Autor)	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES (Relator)	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR (1)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (2), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- JOÃO CAPIBERIBE(3)
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA(4)
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	2-(VAGO) (5)
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4- ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA (6)
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 28/10/2005.

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005 (Vaga cedida pelo PSDB).
(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.
(3) O Senador João Capiberibe retornou ao Senado Federal em 28/10/2005 (Of. nº 5.025/STF).
(4) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.
(5) O Senador Gilvam Borges deixou de integrar o Senado Federal em 28/10/2005 (Of. nº 5.025/STF).
(6) O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 03/10/2005 (Vaga cedida pelo PMDB).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: PLS **Nº** 50 **, DE** 2004

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB))	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES					1 – ROMEU TUMA				
CÉSAR BORGES			X		2 – MARIA DO CARMO ALVES				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 – JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				4 – JORGE BORNHAUSEN				
JOSÉ JORGE	X				5 – RODOLPHO TOURINHO	X			
JOÃO BATISTA MOTTA					6 – TASSO JEREISSATI				
ALVARO DIAS					7 – EDUARDO AZEREDO	X			
ARTHUR VIRGÍLIO					8 – LEONEL PAVAN				
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				9 – GERALDO MESQUITA JÚNIOR (1)	X			
TITULARES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (2), PL E PPS)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (2), PL E PPS)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALOIZIO MERCADANTE	X				1 – DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPLICY	X				2 – PAULO PAIM				
FERNANDO BEZERRA					3 – SÉRGIO ZAMBIASI				
MAGNO MALTA					4 – JOÃO CAPIBERIBE (3)				
IDELI SALVATTI					5 – SIBÁ MACHADO				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 – MOZARILDO CAVALCANTI				
SERYS SLHESSARENKO	X				7 – MARCELO CRIVELLA (PMR)				
TITULARES – PMDB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – PMDB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RAMEZ TEBET					1 – LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				2 – (VAGO) (4)				
JOSÉ MARANHÃO					3 – SÉRGIO CABRAL				
ROMERO JUCÁ	X				4 - ALMEIDA LIMA				
AMIR LANDO					5 – LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)				
PEDRO SIMON					6 – GARIBALDI ALVES FILHO				
TITULAR – PDT					**SUPLENTE – PDT**				
JEFFERSON PÉRES	X				1 – OSMAR DIAS				

TOTAL: 16 **SIM:** 14 **NÃO:** — **ABSTENÇÃO:** — **AUTOR:** 1 **PRESIDENTE** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 16 / 11 / **2005**

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE *QUORUM* (art. 132, § 8°, do RISF)

U:\CCJ\2005\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 28/10/2005)

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005 (Vaga cedida pelo PSDB).

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador João Capiberibe retornou ao Senado Federal em 28/10/2005 (Of. nº 5.025/STF).

(4) O Senador Gilvam Borges deixou de integrar o Senado Federal em 28/10/2005 (Of. nº 5.025/STF).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Emendas nºs 01 e 02-CEE.

PROPOSIÇÃO: PLS **Nº** 50 **, DE** 2004

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB))	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES					1 – ROMEU TUMA				
CÉSAR BORGES	X				2 – MARIA DO CARMO ALVES				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 – JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				4 – JORGE BORNHAUSEN				
JOSÉ JORGE	X				5 – RODOLPHO TOURINHO	X			
JOÃO BATISTA MOTTA					6 – TASSO JEREISSATI				
ALVARO DIAS					7 – EDUARDO AZEREDO	X			
ARTHUR VIRGÍLIO					8 – LEONEL PAVAN				
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				9 – GERALDO MESQUITA JÚNIOR (1)	X			
TITULARES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (2), PL E PPS)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (2), PL E PPS)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALOIZIO MERCADANTE	X				1 – DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPLICY	X				2 – PAULO PAIM				
FERNANDO BEZERRA					3 – SÉRGIO ZAMBIASI				
MAGNO MALTA					4 – JOÃO CAPIBERIBE (3)				
IDELI SALVATTI					5 – SIBÁ MACHADO				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 – MOZARILDO CAVALCANTI				
SERYS SLHESSARENKO	X				7 – MARCELO CRIVELLA (PMR)				
TITULARES – PMDB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – PMDB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RAMEZ TEBET					1 – LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				2 – (VAGO) (4)				
JOSÉ MARANHÃO					3 – SÉRGIO CABRAL				
ROMERO JUCÁ	X				4 - ALMEIDA LIMA				
AMIR LANDO					5 – LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)				
PEDRO SIMON					6 – GARIBALDI ALVES FILHO				
TITULAR – PDT					**SUPLENTE – PDT**				
JEFFERSON PÉRES	X				1 – OSMAR DIAS				

TOTAL: 16 **SIM:** 15 **NÃO:** — **ABSTENÇÃO:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE** 1

SF-003-7

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SALA DAS REUNIÕES, EM 16 / 11 / 2005

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE *QUORUM* (art. 132, § 8º, do RISF)

U:\CCJ\2005\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 28/10/2005)

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005 (Vaga cedida pelo PSDB).

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador João Capiberibe retornou ao Senado Federal em 28/10/2005 (Of. nº 5.025/STF).

(4) O Senador Gilvam Borges deixou de integrar o Senado Federal em 28/10/2005 (Of. nº 5.025/STF).

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

TEXTO FINAL
Do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2004,
Na Comissão de Constituição,
Justiça e Cidadania que:

"Altera a redação do art. 237 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, para tipificar o crime de subtração de incapaz com o objetivo de ser criado por outros".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 237 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Criança e do Adolescente, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 237. Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou de ordem judicial, com o fim de criá-lo como filho, ou de entregá-lo a terceiro com esta finalidade:

Pena: reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos. (NR)".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de novembro de 2005. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Ofício nº 155/05-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de novembro de 2005

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada em 16 de novembro do corrente, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2004, que "Acrescenta artigo 249-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a fim de tipificar o crime de subtração de incapazes com o objetivo de ser criado por outros", de autoria do Senador César Borges.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

Art. 22. compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 3º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura,

à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não-governamentais e obedecendo aos seguintes preceitos:

I – aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

II – criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I – idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 72, XXXIII;

II – garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III – garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola;

IV – garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;

V – obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;

VI – estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;

VII – programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins.

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

§ 5º A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

§ 7º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204.

.....

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

.....

Art. 237. Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto:

Pena – reclusão de dois a seis anos, e multa

.....

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

.....

Art. 249. Subtrair menor de dezoito anos ou interdito ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou de ordem judicial:

Pena – detenção, de dois meses a dois anos, se o fato não constitui elemento de outro crime.

§ 1º O fato de ser o agente pai ou tutor do menor ou curador do interdito não o exime de pena, se destituído ou temporariamente privado do pátrio poder, tutela, curatela ou guarda.

§ 2º No caso de restituição do menor ou do interdito, se este não sofreu maus-tratos ou privações, o juiz pode deixar de aplicar pena.

.....

PARECER Nº , DE 2004

Da Comissão e Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2004, que acrescenta o art. 249-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – (Código Penal, a fim de tipificar o crime de subtração de incapazes com o objetivo de ser criado por outros.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para análise, em caráter terminativo, nos termos do art. 101, II, **d**, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do

Senado (PLS) nº 50, de 2004, de autoria do Senador César Borges.

Trata-se de proposição legislativa que pretende introduzir o art. 249-A no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro tipificando uma forma qualificada de subtração de incapazes na hipótese em que o agente pratica o crime com o intuito de criar ou de entregá-lo a terceiro com esta finalidade.

Na Justificação, depois de fazer expressa referência ao "caso Pedrinho", o autor reivindica a exasperação da pena para esse tipo de crime:

Faz-se mister que o tino penal "subtração de incapazes" seja ampliado, para dar conta de crimes em que o incapaz é subtraído para que seja criado por outros que não seus pais, como se adotado fosse. A magnitude moral deste crime exige ainda uma pena relativamente mais severa, uma vez que atenta diretamente contra a estabilidade da família, elemento nuclear da sociedade.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

II – Análise

Não se verificam vícios de legalidade ou de regimentalidade. Do ponto de vista da competência legislativa, a matéria está circunscrita ao disposto no art. 22, I, da Constituição Federal (CF). Ainda sob o enfoque constitucional, a proposição legislativa em apreço converge para a proteção da criança e do adolescente, bem como da família, oferecendo maior concretude aos arts. 226 e 227 da Carta Magna.

Cabe admitir que o tipo penal do art. 249 do CP ("subtração de incapazes") é muito genérico, pois não especifica o fim especial do agente. No conhecido "caso Pedrinho", ficou muito claro que a legislação penal em vigor não reprime a subtração do recém-nascido de forma condizente com a gravidade do crime. A reprovação do ordenamento jurídico deve ser dura quando a ação criminosa tem a finalidade de retirar definitivamente a criança de sua esfera familiar, negando-lhe o direito de conhecer e de conviver com seus verdadeiros pais. Sabe-se que, neste caso, a desestabilização da família é um processo muito doloroso e, mesmo que a criança seja encontrada no futuro, as seqüelas são praticamente irreversíveis.

Hoje, a pena prevista para esse tipo de conduta é muito branda (dois meses a dois anos). O PLS nº 50, de 2004, indiscutivelmente, ajusta a sanção penal ao grau de reprovação social da conduta do agente que retira o menor do seio do lar para criá-lo como seu filho ou para entregá-lo a terceiro com a mesma finalidade, elevando a pena para três a seis anos de reclusão.

A única ressalva a fazer diz respeito à posição da nova disposição normativa. Tratando-se de uma modalidade especial de subtração de incapazes, por questão de técnica legislativa, e em homenagem à interpretação unitária da norma penal, entendo que a proposta deveria ser acolhida no corpo do próprio art. 249 do CP, por meio do acréscimo do § 3º.

III – Voto

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2004, nos termos da seguinte emenda:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2004**,** a seguinte redação:

Art. 1º O art. 249 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º.

"Art. 249. .....

.....

§ 3º Se o agente pratica o crime com o fim de criar o incapaz como seu filho ou de entregá-lo a terceiro com esta finalidade:

Pena – reclusão, de três a seis anos. (NR)"

Sala da Comissão, – **Demóstenes Torres**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 159/05 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 23 de novembro de 2005

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Assunto: Decisão Terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada em 16 de novembro do corrente, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2004, que "Acrescenta artigo 249-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a fim de tipificar o crime de subtração de incapazes

com o objetivo de ser criado por outros", de autoria do Senador César Borges.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2004,** cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2003**, de autoria do Senador Paulo Paim, que *institui o Estatuto da Igualdade Racial.*

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 975, de 2004** (nº 304/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Difusora Eldorado Catarinense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2005** (nº 1.383/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio República de Morro Agudo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Morro Agudo, Estado de São Paulo*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 256, de 2005** (nº 1.385/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Cajobi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajobi, Estado de São Paulo*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2005** (nº 1.520/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Campeche a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 306, de 2005** (nº 1.528/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Amparo Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Álvares Machado, Estado de São Paulo*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2005** (nº 1.567/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Mesópolis – Adacme a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mesópolis, Estado de São Paulo*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2005** (nº 1.604/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a AADC – Associação Cultural Aracanguaense de Difusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio de Aracanguá, Estado de São Paulo*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2005** (nº 1.501/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à FH Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nova Europa, Estado de São Paulo*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2005** (nº 829/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Vale do Tietê de Salto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média local na cidade de Salto, Estado de São Paulo*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 385, de 2005** (nº 1.538/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Assistencial Educacional e Cultural Áudio para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2005** (nº 1.498/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Legal-Cat Catanduva Comunicações Ltda. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora*

em freqüência modulada na cidade de Pirangi, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 414, de 2005** (nº 1.607/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Conselho das Associações ONGS e Rádio Comunitária de Moreilândia/PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moreilândia, Estado de Pernambuco*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 433, de 2005** (nº 1.748/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Recreativa e Educacional de Cordeirópolis (Acreco) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordeirópolis, Estado de São Paulo*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 434, de 2005** (nº 1.752/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá – Codesem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauá da Serra, Estado do Paraná*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2005** (nº 1.753/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Assaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Assaí, Estado do Paraná*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 469, de 2005** (nº 1.797/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Barcarena de Comunicação e Assistência Social para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Barcarena, Estado do Pará*; e

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 482, de 2005** (nº 1.675/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Artística de Sertaneja – Acase a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertaneja, Estado do Paraná*.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.366, DE 2005

Requeiro Voto de Pesar pelo falecimento do empresário Danilo Remor, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 24 de novembro de 2005, em Belém, do empresário Danilo Remor, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do empresário e à Federação das Indústrias do Estado do Pará.

Justificação

O Pará perdeu no final da tarde de ontem o Dr. Danilo Remor, ilustre Presidente da Federação das Indústrias do Estado, entidade que vinha dirigindo desde 1998. Em uma das principais lideranças empresariais do Pará. Sua presença à frente do importante órgão foi marrada pelo desenvolvimento do setor produtivo paraense, com a consolidação das cadeias produtivas, a diversificação da pauta de exportadores, logrando alcançar a verticalização da economia do Estado. Nessa atuação, o Dr. Danilo foi o grande impulsionador de projetos estratégicos para o Pará, como a alça viária, inaugurada no ano de 2002. Também foi figura significativa na intensa luta junto ao Governo Federal para a conclusão das eclusas da Represa de Tucuruí. Era seu grande sonho, que coincidia com as reivindicações nessa direção do setor empresarial paraense. Gaúcho de nascimento, o empresário morava em Belém havia 30 anos. Industrial do setor florestal, foi diretor-presidente das empresas MG-Madeireira Araguaia, Indústria, Comércio e Agropecuária S/A e MG Compensados S/A. Casado, tinha dois filhos, aos quais transmitimos nossas condolências.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminente Senador José Jorge, pela Liderança do PFL. Em seguida, falará o Senador Heráclito Fortes pela Liderança da Minoria.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nós da Oposição temos tido muita

dificuldade, nesta Casa, de falar sobre outro assunto que não seja a crise política, pois todos os dias surge um fato novo.

Pretendo falar hoje sobre a questão da educação, particularmente sobre a avaliação do ensino. Mas não poderia deixar de estranhar um fato em relação ao caso do Deputado José Dirceu, que foi tema de ontem, por conta do seu quinto julgamento no Supremo. O estranhamento não se refere ao resultado contra ou a favor que o Ministro José Dirceu possa ter ou mesmo em relação à interferência ou não do Supremo. O que me admira, Senador Heráclito Fortes, eu que fui Relator da Reforma do Judiciário e sei o grande número de processos que o Supremo tem para julgar – mais de 100 mil processos por ano – e que, às vezes, demoram 3, 4, 5 anos para serem julgados, é como o Ministro José Dirceu consegue que seus 5 processos sejam julgados em um período tão curto, de 60 a 90 dias. É isso que me admira. Por que é que os pedidos do Ministro José Dirceu têm tanta prioridade?

Imaginem agora se cada um desses Deputados que vão ser cassados, Senadora Heloísa Helena, entrarem, cada um, com cinco processos. Então, teremos um Supremo Tribunal Federal exclusivo para tratar dos processos desses Deputados em via de cassação. É isso que me admira. Como é que se tem tanto prestígio para conseguir que cinco processos sejam julgados num período de sessenta dias, quando milhões de brasileiros, ou milhares pelo menos, têm seus processos parados no Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Governo divulgou, nesta semana, o resultado da oitava edição do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio).

Esse exame foi criado no Governo passado, como um primeiro passo para desenvolver uma cultura de avaliação do ensino médio, assim como havia feito dois anos antes, quando criou o chamado "provão", que avalia os estudantes universitários e as instituições de ensino superior.

O Enem busca aferir o processo educacional, com vistas a avaliar a qualidade do ensino, de forma a permitir a adoção de ações que garantam o aperfeiçoamento dos investimentos destinados à educação básica, que, como todos sabemos, tem um baixo índice de qualidade.

O resultado do Enem recém-publicado mostra que, no Governo Lula, contrariamente à publicidade oficial, a educação nacional em nada avançou. A prova objetiva do exame teve uma queda de 13,53% em comparação com a do ano passado. O único avanço registrado, que foi no exame de redação, deixa no ar uma dúvida sobre a efetividade do resultado, já que na correção de provas discursivas utiliza-se de critérios de avaliação muito subjetivos. A verdade é que comparar provas objetivas é mais simples do que comparar provas de redação, para saber se houve melhora de um ano para outro. Para sabermos se realmente melhorou, temos que esperar, pelo menos, até o próximo ano, para ver se há uma consolidação desses resultados.

Mas o que nos surpreendeu foi o comentário do Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, órgão responsável por aplicar o Enem. Segundo Reynaldo Fernandes, o tal Presidente, é preciso cautela na comparação das médias de 2005 com outras edições do exame. Disse ele, textualmente:

> A prova do Enem é elaborada para comparar o desempenho dos participantes de uma mesma edição e não de um ano para outro. Além disso, os participantes do Enem não constituem uma amostra de população bem definida e sua composição tem mudado a cada ano, tanto em número como na proporção entre os que estão cursando e os que já concluíram, dificultando a interpretação comparativa das médias em diferentes edições.

Como professor universitário de Estatística – afastado há muitos anos, é verdade –, não entendo que serventia tem um exame que não constitua, primeiramente, uma amostra estatisticamente representativa da população e que, por outro lado, não possa ser comparado ano a ano. Não se trata nem de amostra representativa, portanto, não serve para nada. E, segundo, pelos critérios, não pode ser comparado ano a ano, portanto fica difícil identificar, efetivamente, para que serve esse exame.

Se não se pode estabelecer uma série histórica confiável, será impossível avaliar se está havendo progresso ou retrocesso do processo educacional, e, portanto, não se terá qualquer indicador para balizar os investimentos públicos nessa área tão sensível ao desenvolvimento econômico e social da Nação.

Mas o que nos preocupa sobremaneira são as informações relacionadas ao aparelhamento ideológico de uma instituição respeitável da área educacional, que é o Inep.

O Presidente Lula já demonstrou pouco caso com a educação nacional, já que por três vezes mudou o Ministro da área e alterou quatro vezes o Presidente do Inep. Isso tudo em menos de três anos de Governo.

A cada nova administração, são mudados não somente os dirigentes, mas principalmente as prioridades anteriormente estabelecidas, transformando o Governo Lula num verdadeiro "samba do crioulo doido" na área de educação.

Segundo o jornal **O Estado de S. Paulo**:

> O Governo Lula passou a agir de modo errático, anunciando novos programas sem a preocupação de assegurar a continuidade dos que vinham sendo implementados. Além do desperdício de dinheiro, a política do Governo Lula também permitiu o aparelhamento político do Inep, por meio de nomeações para os principais cargos do órgão de militantes petistas sem preparo técnico para ocupá-los.

O jornalista Elio Gaspari descreveu como o Governo petista está destruindo o Inep, uma instituição de quase 70 anos de história e que tem uma folha de serviços que se assemelha ao que o Instituto de Pesquisa Econômica aplicada – Ipea, realiza para a economia nacional.

O articulista, referindo-se ao aparelhamento do Instituto, reproduziu o seguinte diálogo entre o repórter Ricardo Melo e o ex-diretor de avaliação básica do Inep, o petista – diga-se de passagem – Carlos Henrique Araújo.

Ao ser entrevistado sobre sua administração à frente do Inep, o ex-dirigente afirmou sem meias-palavras:

> A sogra do Lindberg Farias, Prefeito de Nova Iguaçu, Oroslinda Goulart, é diretora de Tratamento da Informação e Disseminação. (...) O coordenador do centro de informação e biblioteca do Inep, Wilson Pereira, está lá porque é irmão de um político de Brasília, o Geraldo Magela, ex-candidato a Governador pelo PT. Na minha diretoria, fui obrigado a engolir uma professora de educação física, Clarice Santos, para cuidar do Banco Nacional de Itens. [Ao que perguntou o repórter] – Mas por que o senhor aceitou a indicação dela? – [respondeu o ex-diretor do Inep]: "Ela me foi imposta".

Com tanta incompetência administrativa e técnica, o mais provável é que todo o esforço da sociedade brasileira gasto na realização desses exames de avaliação redunde em quase nada! Esses exames, diga-se de passagem, são caros e gasta-se muito dinheiro com eles.

Por absoluta inépcia dos petistas, sem qualquer experiência em matéria de avaliação de ensino, todo o material coletado poderá não ter a devida avaliação técnica. Nas palavras do ex-diretor do Inep, Carlos Henrique Araújo:

> Corre-se o risco de ter uma massa de dados incrível que não vai ser utilizada. Com tanto despreparo técnico, tornou-se inevitável a erosão da experiência de avaliação educacional acumulada até 2003. Nos próximos dias, o Inep avaliará o ensino básico em prova envolvendo 5 milhões de alunos. Mas de que adianta realizar esse esforço se o órgão não tem gente preparada para processar informações?

Essa avaliação do ensino básico também é outro erro técnico. Na realidade, o ensino básico, pela quantidade de alunos, deve ser avaliado por amostragem que seja representativa da população. Devido às centenas de milhares de escolas que existem pelo Brasil, ela não servirá para comparar escola por escola. Para isso, a escola é independente em sua autonomia pedagógica. Servirá para comparar o sistema como um todo, ano a ano, bem como a sua evolução global. Portanto, não é necessário um exame de avaliação para cinco milhões de pessoas. Isso não existe! Cinco milhões de pessoas avaliadas não são suficientes para se obter um resultado estatisticamente confiável. Isso é jogar dinheiro no lixo. Certamente, alguma empresa vai ganhar dinheiro com a operação.

Em compensação, no ensino superior, em que era feito por censo, com todos os alunos, por ser uma quantidade muito menor e haver necessidade de se comparar curso com curso, faculdade com faculdade e universidade com universidade, agora é por amostragem. E como foi dito, uma amostragem sem representatividade da população como um todo.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nunca houve, no Brasil, uma cultura de avaliação de ensino. Essa não é uma cultura impregnada na alma do brasileiro, dos professores, dos alunos, enfim, da sociedade e do Governo como um todo.

No Governo Fernando Henrique Cardoso, com o Ministro Paulo Renato, houve a tentativa de instalar no Brasil essa cultura de avaliação, que evoluiu, com todos os exames aqui citados, uns feitos por amostragem e outros por censo, de uma forma técnica e bem elaborada, mas uma técnica inicial de implantar a avaliação da educação brasileira.

O que acontece no Governo Lula? Ao invés de se ampliar essa avaliação, ao invés de torná-la mais técnica, ao invés de aproveitar melhor seus resultados, o que o Governo faz é dizimar a cultura de avaliação brasileira por meio de exames mal elaborados. Eu não diria tecnicamente ruins, mas tecnicamente irresponsáveis, porque não levam em conta o conhecimento existente nas estatísticas.

O Governo Lula não enviou a reforma universitária ao Congresso Nacional. Existem três ou quatro projetos em que não há acordo. O Fundeb, que era uma antiga reivindicação do PT – e já havia projetos aqui –, foi encaminhado, mas até agora não houve um acordo, e provavelmente não será aprovado este ano, porque, Senadora Heloísa Helena, faltam 15 dias para o fim do ano Legis-

lativo. Se não foi aprovado na Câmara dos Deputados, não é possível que queiram que aqui no Senado Federal seja a uma emenda constitucional dado o mesmo tratamento que se dá a uma medida provisória. A matéria é de uma complexidade muito grande, e as creches não estão avaliadas. Se foi colocado todo o dinheiro da Prefeitura, todo o dinheiro do Governo do Estado, e não estão incluídas as creches, o Prefeito e o Governador vão atender essas crianças com que recursos?

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, encerro o meu discurso dizendo que, infelizmente, o Governo do Presidente Lula está dizimando a avaliação que estava começando a existir no sistema educacional brasileiro.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nunca se teve notícia de um governo que gaste tanto com propaganda como o atual, ou pelo menos que tanto dinheiro tenha passado pelo setor de comunicação governamental como no atual Governo.

Mas nunca vi, Senador José Jorge, uma comunicação tão atabalhoada como a do Presidente Lula. Mas também não era para ser diferente. O setor encarregado de comunicação do Governo toma conta de fundo de pensão, e o Presidente que se lixe, não é prioridade.

Senadora Heloísa Helena, vejamos as contradições, os erros, que a equipe do Presidente Lula tem levado Sua Excelência a cometer. O Presidente Lula, em afirmação feita recentemente, disse que seu Governo está criando uma média de 108 mil empregos por mês. O Sr. Joaquim Levy, baseado na mesma fonte de dados do Presidente Lula, que é a Caged, desmente, em um artigo do jornal **Folha de S.Paulo**, e diz que o emprego, no atual Governo, só cresceu 50% em relação ao Governo passado. Ora, o Governo passado assume que só criou uma média de 8 mil empregos. Se são 50% a mais, são 12 mil empregos. De 12 mil empregos para 108 mil, Senadora Heloisa Helena, é uma diferença abismal, é uma coisa insuportável!

Segundo episódio: o Presidente Lula diz que combinou com o Ministro Nelson Machado acabar as filas do INSS, Senador Mozarildo Cavalcanti, que tão bem conhece o assunto. Triunfante, em abril anunciou. E o Ministro Nelson Machado, no ar, desmente o Presidente da República. Diz que não é assim, que a fila pode mudar de qualidade, pode mudar de objetivo, mas não acabar. Não assume o compromisso. O Presidente da República, Senadora, é desmentido. Que coisa mais triste!

De repente, o Presidente Lula, quando sai do texto oficial e envereda para a espontaneidade, cresce. Há dez dias, no programa Roda Viva, um programa estudado, comemorando a milésima edição, Sua Excelência comparou a garra do PT ao jogador argentino Teves. Foi como dar uma punhalada no coração do brasileiro, porque o que o brasileiro mais ama é futebol. O que mais orgulha o brasileiro é a quantidades de craques que temos e a quantidade de craques que exportamos. Sua Excelência agora fez o **mea culpa**, reciclou, e disse que o Ministro Palocci é igual ao Ronaldinho Gaúcho. E aí veio o subconsciente do Lula: o que o Presidente diz é que Antônio Palocci é melhor do que o PT. Não há dúvida. Porque não há termo de comparação entre o Teves e o Ronaldinho Gaúcho. Se o Antônio Palocci é igual ao Ronaldinho Gaúcho e o PT ao Teves, não há o que discutir. Senador José Jorge, esse é o ponto em que o Presidente sai do texto oficial e fala com o coração. Deviam deixá-lo mais solto.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Exª me permite um aparte, Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com o maior prazer, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Heráclito Fortes, V. Exª tem inteira razão. Todos os dias o Presidente Lula quer impor aos brasileiros uma versão nova da realidade. Com relação às CPIs, o Presidente diz que apóia, que em seu Governo há três CPIs funcionando, mas não apuram nada. E, todos os dias, as CPIs apuram e comprovam uma nova irregularidade. No caso de Santo André, por exemplo, um dos envolvidos, o Sr. Klinger Luiz de Oliveira Souza, diz que dez entre cada dez pessoas acreditam foi um crime de mando, que havia corrupção na Prefeitura e que tudo o que os irmãos do Prefeito Celso Daniel e a empresária dizem é verdade. Ontem, o Presidente Lula veio dizer que o crime ocorreu por acaso, que Celso Daniel estava no lugar errado, na hora errada. Isso é um absurdo! Também em relação ao "mensalão", Sua Excelência diz que não havia "mensalão", que isso já está provado. O que o Relator da CPI disse foi que não sabia se o nome era "mensalão", porque não sabia se era mensal, mas que o dinheiro foi entregue. Se foi semanal, trimestral ou mensal, isso não era importante. Mensalão era o apelido. Então, o que temos de pedir ao Presidente Lula é que Sua Excelência se dê ao respeito de não querer impor às pessoas desinformadas uma série de inverdades que,

todo dia, vem dizendo pela mídia, para que elas acreditem. Porém, elas não estão acreditando, tanto não estão que, na última pesquisa, 47% dos brasileiros disseram que não votam no Presidente Lula, exatamente porque sabem que não está dizendo a verdade. Parabéns a V. Exª, que está no caminho correto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Exª tem toda razão.

Concederei aparte aos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Antero Paes de Barros, mas, antes, gostaria de chamar a atenção para um outro fato: o desprezo que o Governo tem pelo Nordeste. Hoje, o Presidente Lula vai a Fortaleza ou já está em Fortaleza ou está chegando a Fortaleza onde assinará, no Banco do Nordeste, um protocolo de intenção para a construção da Transnordestina, ferrovia da maior importância para o País. Abrem-se os jornais de circulação nacional e se vê que a assessoria de imprensa do Presidente da República não mandou esta matéria para nenhum órgão. Ou já se sabe, de antemão, que esse protocolo é mais um, diante de tantos outros que estão aí como letra morta nos arquivos do atual Governo, ou está oficializado o desprezo que se tem pelo Nordeste. Até as pessoas que trabalharam e que se envolveram nessa questão não foram comunicadas. A situação é tão melindrosa que o jornal **O Dia**, o mais antigo em circulação no Estado do Piauí, diz hoje que o Governador do meu Estado, Wellington Dias, participa do encontro, mas que foi pego de surpresa. O Governador teve de mudar toda a sua agenda. Encontrava-se em Campo Alegre de Lourdes, na Bahia, e, para chegar a Fortaleza e assistir a esse ato, do qual o Piauí é um dos beneficiados, teve de usar um avião Bandeirantes da Chesf e cancelar todos os seus compromissos.

Gente, o PT é o Partido do Presidente da República e também do Governador do Estado do Piauí! Por que esse tratamento, esse desrespeito? Por que esta hora tão esperada por todos nós, nordestinos, não foi anunciada com o estardalhaço que merecia o ato? A Comunicação do Presidente da República só se preocupa com os fundos de pensão; não se preocupa com a imagem do Senhor Presidente.

Ouço o Senador Mozarildo Cavalcanti, com o maior prazer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Heráclito Fortes, escuto atentamente o pronunciamento de V. Exª. Realmente, preocupa-me quando vejo o Presidente da República perder-se ao comentar coisas que não condizem com a altura e a dignidade do cargo. Como, por exemplo, comentar que o crime ocorrido em Santo André não foi crime político, mas crime comum. Creio que esse é o papel da Polícia e do Ministério Público, que o estão estudando, como também a CPI. Temos descoberto coisas escandalosas naquela Comissão. Recentemente, uma depoente disse que a irmã dela chegou a denunciar a situação ao Presidente, que prometeu averiguar. Sua Excelência também comentou a atuação da CPI do Mensalão, dizendo que nada provou. Provou até demais. Tenho certeza de que o Ministério Público não vai deixar essas investigações morrerem. Creio que o Presidente Lula deveria aconselhar-se com pessoas que têm experiência em assessorar Presidentes para aprender que o ritual, a imposição e a dignidade do cargo não permitem essas atitudes, inclusive fatos mais antigos, como, por exemplo, vangloriar-se por não ter estudado. São esses procedimentos que realmente desmerecem a figura do Presidente da República.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª, o Senador Antero Paes de Barros e eu chegamos aqui nesta Casa praticamente juntos. Já temos tempo suficiente para vermos como as coisas acontecem aqui. CPI, Srª Presidente, é como discussão orçamentária. Passa-se o ano inteiro discutindo, cancela-se a sessão por falta de **quorum**, não dá em nada. Mas, na hora de pôr tudo no papel – e o Senador Antero Paes de Barros sabe muito bem o que estou dizendo –, na hora da verdade, é que a onça quer beber água.

Se prestarmos atenção no nervosismo de setores do Governo, verificaremos que é porque sabem que essas CPIs terão de colocar no papel uma série de documentos que estão aí, que precisam ser registrados, que precisam ser apurados. A mesma coisa acontece com o Orçamento. Na hora em que realmente se precisa fazer o relatório final, as divergências aparecem.

Aguardem, porque as CPIs estão em contagem regressiva. Toda essa papelada que se encontra naquele porão – aquele porão, Senador Antero Paes de Barros, que guarda segredos da CPI do Banestado, que estão lacrados e que V. Exª tão bem conhece – mostrará a esta Casa e ao Brasil o que houve e que ainda não veio à tona, tudo que este Governo foi capaz e teve a coragem de fazer.

Agora, há uma novidade, convocaram o compadre do Presidente Lula. Li hoje nos jornais, e para surpresa minha, pois eu não estava na Comissão ontem. O compadre deve ter algumas coisas a esclarecer. Homem independente que é, advogado brilhante, competente, evidentemente trará a sua colaboração ao País.

Ouço o Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Heráclito Fortes, primeiramente quero cumprimentá-lo pela oportunidade do pronunciamento e, em segundo lugar, quero solidarizar-me com os jornalistas que, profissionalmente, estejam atuando no Planalto. Falta de comunicação no Governo é um problema do estilo do Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não é prioridade. Prioridade de comunicação do Governo é em outra área.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Não é problema dos profissionais de imprensa, porque o Presidente não tem nenhum compromisso com a verdade, só tem compromisso com a demagogia. Esse pito público que tomou pela televisão de um Ministro de Estado, em qualquer país do mundo, não poderia acontecer. E o pior: foi um pito de um Ministro certo. O Presidente da República não consegue falar uma verdade. O Presidente da República quer concorrer com o Gepeto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E depois diz que a Oposição é que está no palanque. É uma promessa eleitoral.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Ele queria ser o criador do Pinóquio e, como não conseguiu ser, assumiu a condição própria do Pinóquio. Veja como é este Governo: em todas as CPIs – e estamos há quase sete anos na Casa – em que tem maioria, o Governo faz pastelão, para depois dizer que não apurou nada. Na CPMI do Mensalão, em que o Governo tinha maioria, houve pastelão para dar condições ao Presidente da República de dizer: "foi apurado; não houve mensalão". Presidente, pare de mentir! Houve mensalão! O Brasil inteiro sabe que houve mensalão! Está provado o dinheiro da Visanet! Está provado o "valerioduto", que os banqueiros não são tão bons assim, que ninguém deu dinheiro para o Marcos Valério para não cobrar depois. O dinheiro para o Marcos Valério só não foi cobrado porque era da Visanet, era do Banco do Brasil, que o PT transformou em vendedor do ingresso, para fazer sede do Partido. Era dinheiro do Banco do Brasil e que o PT usou para comprar mais de 20 mil computadores para sua sede, com uma garantia: se não conseguisse pagar, devolveria os computadores. Ora, bolas! Daqui a pouco, vai haver um movimento dos sem-avião: quem não tem avião, vai ao Banco do Brasil, compra o avião e, se não conseguir pagar, devolve o avião. Esse é o empréstimo que o Banco do Brasil fez ao PT, com o dinheiro do povo brasileiro. O Presidente foi mentir na frente do Ministro e o Ministro refutou a mentira. Este é um Governo que não consegue dizer a verdade e que trabalha com a demagogia. É um Governo que não se sente bem em fazer um debate público, dizendo a verdade e que não tem o menor apreço por governar. O problema é que o Lula consegue ser neófito em todos os assuntos. Ele não sabe nada de nada. Isso é incrível! Nem na área trabalhista, em que ele, como presidente sindical, deveria dar aulas, nem mesmo aí consegue demonstrar competência. Senador Heráclito Fortes, cumprimento V. Exª pelo pronunciamento oportuno e não tenho nenhuma dúvida em afirmar que, do jeito que as coisas caminham, este País vai contar o tempo: faltam tantos dias para acabar um governo que não se instalou. Parabéns a V. Exª.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Exª tem toda a razão. Tenho admiração pela luta e pela trajetória do Presidente Lula, mas, outro dia, falando numa solenidade no Rio de Janeiro, Sua Excelência disse que não adianta o BNDES estar entupido de dinheiro se ninguém quer tomar empréstimos, se ninguém busca esse dinheiro, como se não fosse a própria estrutura do Governo que torna aquele órgão jurássico. Se o Brasil tivesse de depender da bravura do BNDES para se desenvolver, estaríamos muito aquém do nível em que estamos hoje, como ocorre em Sergipe, a cuja situação V. Exª se referiu.

Antes de encerrar minha fala, peço permissão para conceder um aparte ao Senador Cristovam Buarque, que personifica hoje, nesta Casa e na política nacional, uma das frases fantásticas do Senador Vitorino Freire: "Quando o pasto pega fogo, o preá corre para o brejo". V. Exª salvou-se do incêndio.

Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Sr. Senador Heráclito Fortes, quero repetir hoje algo que falei ontem num aparte. Estamos falando, criticando o Governo, coisas todas verdadeiras, mas por trás tem algo mais grave, que provoca os erros, que é a falta de estratégia de longo prazo. Se formos procurar os erros do Governo, vamos encontrar em tudo a preocupação exclusiva com este instante e com 2006. Ontem, a Senadora Heloísa Helena até me corrigiu, quando eu disse que o Governo tentava administrar corretamente, eu nem queria entrar nesse mérito, mas a Senadora insistiu que de fato deveríamos entrar no mérito. Nem as coisas no presente estão sendo feitas corretamente. Não há estratégia de longo prazo. Este debate hoje com o Ministro, em relação às filas, é por isto: o Presidente pensou no instante exato em que estava falando com o povo e não no instante seguinte. Primeiro, leva tempo para acabar com fila; segundo, é preciso que o serviço melhore. Não vale a pena não ter fila e o serviço não prestar. Essa falta de estratégia de longo prazo vai terminar colocando o Brasil não mais na beira, mas dentro do abismo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Exª tem razão.

Senadora Heloísa Helena, eu, ontem, prestava atenção a um discurso ou um aparte, não me lembro com precisão, que V. Exª fazia aqui pedindo que se tivesse cautela com algumas manobras feitas por figurões do PT, porque V. Exª os conhecia e sabia a maneira de agir de cada um. Pois bem, eu ontem ia deixando o Senado, cerca de 9 horas da noite, e um funcioná-

rio desceu comigo. Eu estava esperando o carro, ele encostou perto de mim e me disse uma coisa sobre a qual desde ontem tenho meditado, Senador Antero Paes de Barros. Ele disse: "Senador, essa história dessa briga do Supremo com o Congresso tem o dedo do Palácio. Eles estão tentando jogar uns contra os outros para ver se a gente consegue esquecer a podridão que está lá dentro. Cuidado com isso!"

Repito para a Nação brasileira: cuidado com esta crise para ela não ser artificial e não beneficiar exatamente aqueles que são culpados e estão procurando subterfúgios para não serem punidos pela Justiça e, acima de tudo, pelo povo brasileiro.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por cessão do Senador José Maranhão.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Tem a palavra o Senador Osmar Dias pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.) – Srª Presidente, peço a minha inscrição para falar pela Liderança do PDT, quando for oportuno.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Exª será atendido.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho, freqüentemente – aliás, como é do meu dever –, ocupado esta tribuna para defender a região amazônica, à qual pertenço. Conheço a Amazônia não por ter lido, assistido a filme ou ouvido falar sobre ela, mas por ter nascido, sido criado e estudado lá. Portanto, toda a minha vida foi construída na Amazônia, no meu querido Estado de Roraima.

Srª Presidente, desde que assumi o meu mandato de Senador, em 1999, aliás, antes ainda, em 1988, como Constituinte, quando promulgamos a Constituição Federal que está em vigor, tenho observado um movimento muito forte de entidades internacionais para incluir na Constituição certos artigos que, obviamente, deveriam ser colocados, mas, talvez, não da maneira como o foram. A pressão internacional foi muito grande. Recordo-me de que, como Constituinte, recebi correspondências de várias entidades internacionais. Até o cantor Sting esteve aqui naquela época, tendo como cicerone, como guia, o cacique Raoni. As questões relacionadas com direitos indígenas, meio ambiente, exploração de recursos minerais e exploração das florestas tiveram a única e especial atenção desses grupos. O Governo brasileiro vem cedendo ao longo do tempo a essas pressões e demarcado de maneira exagerada as reservas. Gosto de pensar como médico: o remédio é bom quando está na dose certa, quando é exagerado, pode se transformar num veneno e até matar.

No caso de Roraima, o Presidente Collor, para ficar bem na foto com os gringos, demarcou uma reserva ianomâmi de nove milhões de hectares. Gostam muito de comparar o que ocorre na Amazônia, por exemplo, um desmatamento para agricultura ou para a pecuária, com campos de futebol ou com Estados pequenos, como é o caso de Sergipe, de Alagoas ou de Santa Catarina, sem dizerem nunca que a Amazônia representa 61% da área do Brasil, portanto mais da metade do Brasil, e, ao longo desses 505 anos de existência, a Amazônia não foi mexida sequer em 12% da sua área – mexida no sentido de construir cidades, construir vilas, abrir estradas, fazer assentamentos do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), enfim, com atos certos e alguns muito errados, mas não é mais do que isso.

O tema que quero abordar aqui me preocupa muito. Sempre digo: essas ONGs tentam colocar a pecha em mim de ser contra os direitos dos índios, contra os índios. Eu sou contra as ONGs que se utilizam da causa indígena para obter favores. No caso dos ianomâmis, que ocupam a fronteira do meu Estado, Roraima, com a Venezuela e também a fronteira do Estado do Amazonas com a Venezuela, há várias etnias que inclusive brigam entre si, se matam. Além disso, lá, como não poderia deixar de ser, a maternidade é muito precoce. A menina engravida logo após a primeira menstruação, e o número de mortes neonatal ou no momento do parto é muito grande.

Mais impressionante ainda é que essa população de índios é acometida de uma endemia chamada oncocercose, uma doença que maltrata as pessoas e pode levar à cegueira. A **Folha de Boa Vista**, do Estado de Roraima, disse que a doença atinge 15 mil ianomâmis e garimpeiros e será tema de uma conferência envolvendo os países que têm a Amazônia, como a Venezuela, a Colômbia, o Brasil e o Equador.

Na verdade, Sr. Presidente, o mais importante dessa questão que veio à tona é que a Funasa, para dar assistência àqueles índios, fez primeiramente um convênio com uma ONG chamada Urihi. E já denunciamos aqui irregularidades praticadas por essa ONG. A Funai fez convênio com outras instituições, entre elas, a Fundação Universidade de Brasília. Pergunto: por que não fez convênio com a Universidade Federal de Roraima, que está lá, conhece os problemas locais, tem curso de Medicina, já formou várias turmas? Por que

não fez com a Universidade Federal de Roraima? Prefere dar o dinheiro para a UnB. No entanto, vejam bem, os funcionários que seriam pagos pela UNB estavam em greve e isso agravou o atendimento às comunidades indígenas, como também o não-pagamento dos vôos, porque a única forma de se chegar na Reserva Ianomâmi é por intermédio do avião ou por via fluvial, o que é muito difícil.

Quero, de antemão, requerer a V. Exª que essas matérias que eu vou citar sejam transcritas na íntegra, como parte do meu pronunciamento, para mostrar, Srª Presidente, como a Funasa vem conduzindo mal a questão da saúde indígena no País. Obviamente, eu não posso reclamar do atual Presidente da Funasa, que assumiu agora. É um homem que conhece – digamos assim – administração pública e reconheço que é bem-intencionado.

Mas eu quero frisar, por exemplo, que além dos Ianomâmis que estão na parte oeste de Roraima, outra ONG, o Conselho Indígena de Roraima, reclama também. Lerei somente uma parte: "Trinta e dois mil indígenas podem ficar sem assistência à saúde em Roraima."

Isso aqui, como sempre, é um exagero, uma mentira por parte dessa ONG, porque 32 mil indígenas é o total que existe no Estado de Roraima. Inclusive, mais da metade deles mora na cidade de Boa Vista ou na sede dos municípios. Aldeados mesmo, não há sequer quinze mil indígenas. Mas a ONG que está, portanto, credenciada pela Fundação Nacional de Saúde diz que 252 aldeias estão sem atendimento médico por falta de repasses do convênio firmado entre o Conselho Indígena de Roraima (CIR) e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Srª Presidente, já estive lá na região da reserva Ianomâmi, mais claramente na região de Surucucus. Existe uma aldeia indígena e existem as instalações do Exército Brasileiro. Pois bem. Por que, então, não fazer um convênio com o Exército, que sabemos, primeiro, vai cuidar da questão de maneira nacionalista, coisa que não creio que essas ONGs façam, já que até se travestem de ONGs para às vezes ter outras atividades?

Então, quero deixar aqui esta denúncia: primeiro, que os servidores querem garantia para retornar ao trabalho, pois a Funasa diz que a UnB vai descontar as faltas dos salários correspondentes. Há notícia de que há quinze mil ianomâmis infectados pela oncocercose e que, segundo informação do jornal, estão sendo tratados, mas é uma doença de difícil tratamento, de duração prolongada, e uma fundação estrangeira é que está fornecendo medicamento.

Então, o Brasil está efetivamente "abrindo as pernas", abrindo a guarda, para que organismos internacionais tomem conta de uma região imensa, como é a Amazônia, por esse viés da atuação nas reservas indígenas, nas reservas ecológicas, como é o caso da reserva ecológica da Ilha de Maracá, também no meu Estado.

Espero em breve ter uma audiência com o novo presidente da Funasa para levar todos esses detalhes, inclusive as denúncias que apuramos na CPI das ONGs – das "oenegês", como querem chamar –, que indicou já a prática deletéria dessas organizações. Inclusive, no Estado de Rondônia, a Cunpir e a Paca estão sendo investigadas pelo Tribunal de Contas.

Portanto, quero ler as manchetes. Primeiro, esta que diz que "32 mil indígenas podem ficar sem assistência à saúde em Roraima." Não são 32 mil, mas merece ser registrado.

A empresa que faz o vôo para a Funasa diz que vai regularizar os vôos por quinze dias para a reserva Ianomâmi.

Matéria publicada no jornal **Folha de S.Paulo** diz que "índios ianomâmis invadem sede da Funasa em Boa Vista".

Como que eles vieram lá da reserva Ianomâmi é que eu não sei, porque só vêm de avião.

"Saúde Ianomâmi – índios se revoltam e exigem ação da Funasa".

E, finalmente, "Indígenas prometem fechar a sede do órgão." Quer dizer a sede da Funasa.

Então, Srª Presidente, eu quero aqui reclamar da assistência precária prestada aos índios ianomâmis no meu Estado, dizer que, para fazer graça, demarcou-se uma reserva imensa em uma fronteira com dois países, a Venezuela e a Colômbia.

O mais importante, que é o ser humano, o índio, esse não está sendo atendido adequadamente nem na saúde, nem na educação, em nada. Quer dizer então que o índio, que é o que interessa, que é a pessoa humana, esse, nessa questão indígena no Brasil, é relegado a segundo plano. O importante é demarcar terras indígineas e não tratar de quem vive nelas, que são os índios.

Deixo essa denúncia aqui e vou solicitar uma audiência com o Presidente da Funasa, porque não entendo, primeiro, que em vez de se fazer o convênio para essa assistência com o Exército, ou com a Universidade de Roraima, ou com o Governo de Roraima, se faz com a Universidade de Brasília e com outras ONGs que atuam sem muito controle do Estado brasileiro.

Agradeço a atenção de V. Exª e peço, mais uma vez, que todo esse material seja transcrito na íntegra como parte do meu pronunciamento.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno)

O Conselho Indígena de Roraima - CIR, protocola nesta sexta-feira, 5/8, na sede da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, em Brasília, o comunicado de suspensão das atividades de atenção básica à saúde dos povos indígenas no Distrito Sanitário Leste de Roraima, que compreende 252 aldeias e uma população de 32 mil índios. O motivo da suspensão das atividades é a não confirmação de repasses do Convênio firmado entre o CIR e a Funasa desde junho passado, que já prejudica a continuidade da assistência, inclusive com a falta de alimentação para as equipes que atuam em área.

Lei a íntegra da carta do CIR no. 650-05
Boa Vista - RR, 04 de junho de 2005.

Ilmo. Sr.
Dr. Paulo Lustosa
M.D. Presidente da FUNASA
Brasília - DF

Prezado Senhor,

O Conselho Indígena de Roraima - CIR, organização indígena que mantém convênios com a Fundação Nacional de Saúde para atenção básica à saúde nas comunidades indígenas do leste de Roraima desde o ano de 1996, vem à sua presença apresentar a dramática situação que está vivendo nossa população em decorrência do atraso na liberação dos recursos para a continuidade das ações de saúde nestas comunidades. O Projeto de Saúde do CIR em convênio com a FUNASA atende uma população de 32.000 indígenas, distribuídos em 252 aldeias, que abrangem uma área que se estende por dez municípios e quase metade do território de nosso estado. O projeto mantém 218 postos de saúde e 74 laboratórios de microscopia, onde atuam 420 agentes indígenas de saúde, além de agentes indígenas de endemias, saneamento e parteiras tradicionais, acompanhados por equipes multi-profissionais responsáveis por este trabalho.
A FUNASA, através do diretor do Departamento de Saúde Indígena - DESAI/FUNASA, na reunião do Conselho Distrital realizada no último dia 02 de junho em Boa Vista, assumiu o compromisso com a prorrogação do atual convênio entre CIR e FUNASA, com um valor de R$ 8.966.445,96 para mais doze meses de vigência de acordo com o Plano de Trabalho pactuado. Isto fez com que o CIR determinasse a continuidade do trabalho desenvolvido pelas equipes profissionais e das atividades regulares do projeto. No entanto, a não liberação pela FUNASA dos recursos previstos no convênio referentes aos meses de junho e julho, provocou o atraso no pagamento dos salários e das bolsas para agentes de saúde, gerando multas trabalhistas e outras dívidas decorrentes de despesas realizadas neste período.
A impossibilidade total de continuar prestando assistência às comunidades, devido à falta das condições mínimas necessárias, como alimentação das equipes, manutenção de veículos, e aquisição de outros insumos, faz com que o CIR a partir de hoje seja obrigado a suspender as atividades em área, o que determina sérios riscos para a integridade das comunidades envolvidas, que já atravessam uma difícil situação de saúde decorrente das epidemias de Malária e Dengue que assolam o nosso estado.
Confiantes nos compromissos assumidos pelo governo federal na melhoria das condições de saúde dos povos indígenas em nosso país, apelamos a esta presidência para que tome

as providências urgentes que esta situação requer.

Atenciosamente,

Marinaldo Justino Trajano
Coordenador Geral do CIR

Empresa regulariza os vôos por 15 dias para reserva Yanomami

Da Redação

O coordenador regional da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Ionilson Sampaio, afirmou que o pagamento da fatura do mês de setembro da empresa Roraima Táxi Aéreo, responsável pelos vôos para a reserva indígena Yanomami, pouco mais de R$ 500 mil, foi realizado ontem e a empresa voltaria a operar normalmente a partir de hoje

As declarações são resposta à nova denúncia que a Folha recebeu, de que os vôos estavam suspensos e alguns funcionários foram removidos da área, mas ninguém entrara para substituí-los. Segundo o e-mail recebido, além dos indígenas estarem sem assistência à saúde, havia falta de remédio. "Até quando vai durar esse problema?", questionou o leitor.

Segundo o coordenador, a Funasa estava sem dotação financeira, mas o DSAI (Departamento de Saúde Indígena) de Brasília liberou parte da verba semana passada, e ontem chegou o restante.

O problema vem sendo gerado pela centralização de recursos pela presidência nacional, que não vem liberando regularmente o dinheiro para as conveniadas. Segundo Sampaio, apesar desse atraso, o salário dos funcionários está em dia. "Como está em dia, os funcionários estão bem compromissados com a questão e vão voltar para a área", afirmou, destacando que a coordenação vai pleitear a normalidade desses repasses.

Sobre a falta de atendimento para os indígenas, o coordenador afirmou que em alguns pólos estão trabalhando com mínimo de pessoal. Nos locais onde as equipes não foram trocadas no último dia 16 deste mês, o atendimento está normalizado. "Essas [equipes] ainda estão lá esperando a substituição, que deve começar a ser feita a partir de amanhã", disse.

Com relação a medicamentos, a informação repassada por Sampaio foi que faltavam alguns antibióticos, mas que parte dos recursos para pagamento das horas de vôo foi transferida para regularizar essa questão. A empresa que ganhou a licitação já começara a entregar o material.

EMPRESA - Um dos responsáveis da Roraima Táxi Aéreo, Rogério Mesquita, disse que ontem foi feito acordo com a Funasa e decidido pagar 80% da parcela de setembro, e o restante para 15 dias. "Os vôos vão acontecer normalmente para a área Yanomami nesses 15 dias", afirmou. A previsão é de 10 vôos para a área somente hoje, mas, dependendo da necessidade, esse número pode aumentar.

FOLHAONLINE

Quinta-feira 24/11/2005

Notícias > Politica

Envie esta página

Quarta-feira, 23 de novembro de 2005 21h44

Índios ianomâmis invadem sede da Funasa em Boa Vista

JOSÉ EDUARDO RONDON
da Agência Folha

Índios ianomâmis invadiram nesta quarta-feira a sede da Funasa (Fundação Nacional da Saúde) em Boa Vista em protesto contra a falta de atendimento médico que, segundo eles, está ocorrendo dentro de sua reserva, no noroeste de Roraima.

A invasão foi confirmada pelo coordenador ambiental da ONG CCPY (Comissão Pró-Yanomami) Edmilson Pereira Macuxi. De acordo com ele, 60 índios --usando pinturas de guerra e armados com arco-e-flecha --estavam no prédio em reunião com a coordenação da Funasa em busca de melhores condições de acesso à Saúde.

"Não vamos deixar a sede enquanto não houver por parte da Funasa uma resposta aos nossos questionamentos", disse o ianomâmi Dário Vitório Xiriana.

Os ianomâmis reclamam que, em razão de atraso no repasse de verba da Funasa, houve cancelamento de vôos que faziam o transporte, dentro da terra indígena, de medicamentos, profissionais de saúde e índios doentes. Com isso, de acordo com eles, o atendimento de cerca de 8.000 índios foi prejudicado.

A Funasa, por meio de sua assessoria de imprensa, confirmou que os índios permaneciam no prédio até o final da tarde, mas negou que o local tenha sido invadido.

Conforme relato do órgão, ocorria uma reunião entre a coordenação da Funasa e os ianomâmis.

A Funasa afirmou que há falhas no atendimento nas aldeias e que negocia com os índios a melhor forma de suprir as carências em relação à ausência de vôos para a terra indígena.

O órgão declarou ainda que já foram liberados R$ 610 mil para a normalização do transporte aéreo dentro da reserva.

Especial

- Leia o que já foi publicado sobre índios ianomâmis

SAÚDE YANOMAMI - Índios se revoltam e exigem ação da Funasa

Leandro Freitas

leandrofreitas@folhabv.com.br

Foto: Nonato Sousa

Os índios se reuniram com representantes da Funasa na tarde de ontem

Embora não fosse parte da pauta da reunião do Conselho Distrital, que estava acontecendo no Centro de Estudos, 50 índios yanomami caminharam para a sede da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), na tarde de ontem, em busca de esclarecimentos sobre a demora no repasse de verba para algumas conveniadas prestadoras de serviços de saúde na área indígena. As negociações continuam hoje, até que a sede do órgão em Brasília dê um posicionamento concreto para o fato.

Durante toda a reunião houve várias manifestações de protestos por parte dos índios e técnicos da área de saúde contratados pelas conveniadas prestadoras de serviço para a Funasa. Antes, o problema era o pagamento das horas de vôos. Mesmo com regularização por 15 dias, os indígenas temem que essa tenha sido apenas uma atitude paliativa.

Os yanomami denunciam que há mais de quatro meses enfermeiros, agentes de saúde e outros técnicos que prestam o serviço estão sem receber os salários pelo fato de a Funasa não seguir o cronograma de repasse de dinheiro para as conveniadas. Eles reivindicam a descentralização do serviço para facilitar o atendimento na reserva indígena.

Até ontem, a presidência da Funasa não havia liberado o dinheiro para repassar às conveniadas. Segundo o coordenador regional, Ionilson Sampaio, já foram descentralizados R$ 6 milhões – sendo que R$ 3 milhões serão liberados – para o convênio com a Fub (Fundação Universidade de Brasília) para serem sanados os problemas.

São seis conveniadas que prestam serviços de saúde aos povos yanomami. Desse total, duas não dependem do repasse da Funasa, que são a Missão Evangélica da Amazônia (Meva) e Missão Novas Tribos. O maior problema enfrentado para a regularização dos repasses é com o IBDE (Instituto Brasileiro de Direito à Saúde), Secoya (Serviço de Cooperação com o Povo Yanomami) e Diocese de Roraima, por isso os repasses não têm sido com regularidade.

"A coordenação regional não tem como resolver a questão. Temos incontáveis documentos repassados a Brasília pedindo solução do problema", disse Sampaio, ao informar que aguarda um posicionamento da presidência do órgão ainda hoje para repassar aos índios. "Precisamos de um documento oficial para informar os indígenas sobre o posicionamento do órgão em Brasília", acrescentou.

Sampaio informou que ontem foram liberados mais R$ 150 mil para a Funasa pagar a dívida com a empresa aérea Roraima Táxi Aéreo. Além disso, tem um

técnico da coordenação regional em Brasília para tentar solucionar a questão dos repasses para pagamento das conveniadas.

Leandro Freitas

O professor yanomami da região do Demini (divisa Roraima/Amazonas), Dário Vitório Xiriá, foi enfático ao afirmar que se a Funasa não apresentar uma solução para os problemas enfrentados pela etnia, os índios vão ocupar a sede do órgão por tempo indeterminado.

"Estou muito preocupado com a situação que estamos enfrentando. Com a falta de dinheiro, não está tendo como os técnicos voar até a área e isso está resultando no surgimento de malária, tuberculose e gripe", afirmou o líder indígena.

No dia 15 de setembro deste ano, um grupo de 30 índios yanomami interditou a entrada da Funasa em protesto ao atraso do pagamento dos servidores da área de saúde. Naquela ocasião, a manifestação foi retomada no dia seguinte, após negociação direta com a coordenação regional do órgão.

FOLHA DE BOA VISTA

RESERVA YANOMAMI

Servidores querem garantia para retornar

PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM NA SAÚDE INDÍGENA DECIDIRAM QUE NÃO VOLTAM PARA RESERVA INDÍGENA SEM GARANTIA DE VÔO REGULARIZADO

LEANDRO FREITAS
Editoria de Cidade
leandrofreitas@folhabv.com.br

Os profissionais de Saúde contratados pela Funasa (Fundação Nacional de Saúde), através de convênios com a FUB (Fundação Universidade de Brasília), decidiram somente retornar para a área yanomami mediante uma garantia da continuidade dos vôos. A decisão surgiu em assembléia geral ocorrida na tarde de ontem.

O impasse iniciou no último dia 7, quando a empresa Roraima Táxi Aéreo decidiu suspender os vôos em virtude do atraso no pagamento dos repasses. Os profissionais temem ir para a terra indígena e não ter o transporte de retorno para a cidade, uma vez que o acesso à reserva só se dá por via aérea.

Segundo o presidente do Sindicato dos Profissionais de Saúde das Áreas Indígenas do Estado de Roraima, Rondinelle Encarnação, a entrada de funcionários na área indígena está suspensa até que a Funasa se reporte oficialmente, dando a garantia de que não haverá descontinuidade na prestação de serviço de transporte a esses profissionais. "Não queremos que o problema seja repetido mais uma vez", enfatizou.

Até ontem, a Funasa trouxe de volta cerca de 36 funcionários que estavam na área indígena com o prazo de 30 dias ultrapassado. Hoje são cerca de 60 pessoas que ainda estão na reserva. Apenas os serviços emergenciais estão sendo mantidos nos 21 pólos-base localizados nas comunidades indígenas. Rondinelle disse que o número de profissionais que está na área será reduzido até o dia 17, que é o prazo para outra equipe ficar na área indígena.

A falta do repasse de verba para a Funasa em Roraima resultou também na falta de alimentação e medicamentos para manter as equipes na área. No sábado passado, depois de ter regularizado parte do pagamento com a empresa de táxi aéreo, foram enviados meia toneladas de gêneros alimentícios e outros suprimentos para atender a demanda nos próximos 15 dias.

"Não tem como enviar os profissionais sem a certeza de que não irão passar por necessidades e também ficar na área indígena sem poder retornar para a cidade", disse Rondinelle, ao afirmar que desde o dia 5 passado que o grupo, que deveria substituir as equipes na reserva, está com o material preparado, aguardando apenas a confirmação por parte da Funasa.

Funasa diz que FUB vai descontar falta no salário dos funcionários

O coordenador regional da Funasa, Edinilson [illegible] regularizados os salários [illegible] vôo, por isso não há respaldo à manifestação dos funcionários em não retornarem para suas atividades. "Não tem como dar uma garantia de que os pagamentos não atrasem novamente. O dinheiro é vindo de Brasília e o problema não está sendo enfrentado somente em Roraima", afirmou.

Sampaio disse que já fez contato com representantes da FUB e a informação repassada é que serão cortados os pontos dos servidores que aderiram ao movimento, além de não estar descartada a possibilidade de demissão por conta do abandono de emprego.

Até o momento, a Funasa pagou uma parcela de cerca de R$ 300 mil para regularizar as horas/vôos. Falta um pouco mais de R$ 700 mil para que todas as dívidas referentes a esses serviços sejam solucionadas.

Na semana passada o Ministério da Saúde liberou R$ 20 milhões para todas as regionais da Funasa que estão enfrentando o problema com pagamento de convênios e manutenção dos serviços. Até o dia 18 será destinada a parcela de direito para Roraima. Esse dinheiro irá garantir as atividades até o final deste ano. O contrato com a FUB vai até junho de 2006. (L.F.)

ONCOCERCOSE

Doença que atinge 15 mil yanomami e garimpeiros será tema de conferência

Para discutir os programas aplicados no Brasil, Colômbia, Equador, Guatemala, México e Venezuela, países com registros de casos de oncocercose, será realizado em Caracas, na Venezuela, a XV Conferência Internacional Sobre Oncocercose, nos dias 16, 17 e 18 de novembro.

O tema da reunião este ano será OEPA (Programa de Eliminação da Oncocercose na América) contribuindo com a redução da cegueira e a melhora da saúde visual nas Américas. Os seis países participantes do programa de controle da doença, que pode levar à cegueira, querem reduzir e controlar a transmissão.

O programa foi criado em 1993 para coordenar e promover ações conjuntas de eliminação da doença. Na conferência será discutida a situação da saúde visual em cada um dos 13 focos, dos seis países endêmicos do continente. Também será avaliado o impacto do tratamento.

O coordenador regional da Funasa, Ionilson Sampaio, e o diretor do Departamento de Saúde Indígena (Desai), José Maria de França, são os representantes da Funasa no evento. A oncocercose é transmitida através da picada de um mosquito popularmente conhecido como "pium" ou "burrachudo". No Brasil, o foco da doença está nas áreas indígenas, especificamente onde vivem os yanomami.

No evento, o Brasil divulgará os resultados positivos do tratamento, que hoje é realizado com uma cobertura de 95% da população indígena, correspondendo a 15 mil índios, em tratamento. A Funasa/Roraima divulgará as ações positivas na eliminação da doença, como a educação, tratamento, entomologia com a identificação dos transmissores e o inquérito paratológico.

O tratamento é realizado por meio de quimioterapia em massa com Ivermectina, conhecida como Mectizan, que é um medicamento doado pelo Laboratório Farmacêutico Merck Sharp Dohme. O apoio financeiro é promovido e coordenado pelo Carter Center dos Estados Unidos.

A coordenadora técnica do Programa de Controle da Oncocercose da Funasa/Roraima, Joana Claudete Schuetz, disse que o Brasil é o único país que controla a doença com eficiência. A Funasa possui atualmente 20 pólos-base de saúde indígena, espalhados nas áreas desde 1995. Os focos da doença estão em Roraima, na região da fronteira com a Venezuela, nos pontos mais altos do Estado.

"Num período de 1993 a 1995 foram identificadas as áreas com registro da doença. A partir de 1995 o tratamento dos casos identificados teve início. O tratamento não mata o verme adulto, somente os microfilares e, após cinco anos, os vermes adultos deixam de reproduzir. Para eliminar a doença leva em média de 12 a 14 anos. Os pacientes ingerem o remédio *Ivermectin* a cada seis meses", explicou.

Ela lembrou que o tratamento é mais eficaz no começo da doença, uma vez iniciado não existe mais a possibilidade de contaminação. "Estamos tratando hoje 15 mil índios yanomami. O tratamento pode iniciar com crianças a partir dos cinco anos. Atualmente 45 funcionários da Funasa e Funai também tomam o remédio, porque se contaminaram quando atuavam nas áreas. Temos também três garimpeiros que fazem esse tratamento. Até hoje não existe nenhum registro de cegueira", lembrou.

Joana Schuetz ressaltou o compromisso dos demais países no controle da doença, que atinge, na maioria, o povo indígena nas Américas e também aumentar o controle nessas áreas. "Deve haver um controle forte nas áreas indígenas, porque a rotatividades dos índios yanomami indo e vindo da Venezuela é grande. Alguns deles, vindo do país vizinho, não estão passando por nenhum tratamento", disse.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Com a palavra o Senador Osmar Dias pela Liderança do PDT, ao tempo que questiono o Senador Antero e o Senador Cristovam se, assim que possível, gostariam de fazer uso da palavra. Adequaremos daqui a pouco porque falará a Senadora Íris de Araújo, depois o Senador Arthur Virgílio, pela Liderança, eu, como inscrita, no lugar do Senador Teotonio. Agora, claro que se alguém precisa viajar ou falar pela Liderança, nós adequaremos aqui na Mesa.

Com a palavra o Senador Osmar Dias, pela Liderança do PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Heloisa Helena, Srªs e Srs. Senadores, é só pegar a **Folha de S.Paulo** de hoje e ver as manchetes. Vou ler três:

"Renda do trabalhador cai 30,8% em dez anos." Essa é a primeira.

"Números confirmam desaquecimento da economia brasileira." É a segunda.

Terceira, "27% das paulistanas se dizem vítimas de violência doméstica".

Pode parecer que as manchetes não têm nada a ver uma com a outra. Uma está falando da queda da renda do trabalhador, a outra chama a atenção para o desaquecimento da economia, e a outra, para a violência doméstica, mas as três estão interligadas.

Essas manchetes estão em todos os jornais, mostrando aquilo que estamos aqui dizendo, Senadores da Oposição, repetindo – a Senadora Heloísa Helena, com freqüência, eu aqui também –, quase todos dias, que a economia está em desaquecimento e o desemprego e o subemprego estão crescendo. É só ver o que os governos estão fazendo com os trabalhadores nos últimos anos. São 31% de queda da renda do trabalhador.

Eu fui buscar dados da minha terra, do Paraná, e notei que há uma grande diferença, uma distância enorme entre a propaganda que se vê nos intervalos da programação e o noticiário. Se você liga a televisão e presta atenção à propaganda do Governo, nos intervalos da programação, e depois presta atenção ao noticiário, vai ver que, ou a propaganda é mentirosa, ou o noticiário é mentiroso. Mas não é possível que toda a Imprensa esteja mentindo, e o Governo, falando a verdade.

Então, também não sei se o Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde está mentindo. Acho que não, porque é um órgão oficial do Governo, que coloca dados estarrecedores em relação à Curitiba, a Capital do Paraná. Lá, tanto o governo do Estado quanto o Governo Federal dizem que há um programa eficaz de combate à violência que está trazendo ótimos resultados, que é um programa modelo, para o Brasil.

Eu fui pesquisar – porque não podemos ser injusto – e achei os seguintes dados no Sistema de Informações sobre Mortalidade, Hoje, Curitiba é a 6ª, entre as cidades com mais de 100 mil habitantes, nos índices de violência, ficando atrás de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Brasília – sobre essa última eu também não sabia, mas talvez seja em função do Entorno, que é considerado na pesquisa. Curitiba vem em 6º lugar. O curioso é que, em 2000, portanto, bem pouco tempo atrás, Curitiba era a 15ª e que, em 2002, agora, há pouco tempo, era a 18ª. De 2003 para 2004 e 2005, ela passou da 18ª para a 6ª posição no **ranking**.

Algo está errado: ou a pesquisa, ou a propaganda do Governo, ou as políticas públicas que estão sendo colocadas em prática. Acredito na terceira alternativa. As políticas públicas que estão sendo colocadas em prática para controle ou para prevenção da violência estão falhando, porque Curitiba está numa evolução espantosa diante das outras cidades. Guarulhos, por exemplo, que era a 4ª em 2000, passou para a 20ª. Talvez seja a eficiência das políticas públicas. Temos de analisar por que Curitiba saiu da 18ª em 2002 para a 6ª cidade com mais de 100 mil habitantes nos índices de violência.

Nesses índices, as mortes são por homicídio, por suicídio e por acidente de trânsito. O curioso é que Curitiba bate São Paulo no índice de violência de trânsito: Curitiba tem 23,3 mortes para cada 100 mil habitantes e São Paulo tem 19,96 mortes para cada 100 mil habitantes. Então, Curitiba tem mais mortes no trânsito, em relação à população, que São Paulo.

Tivemos uma tendência nacional de redução de 2000 para cá, somando mortes por homicídio, suicídio e acidentes de trânsito. Em 2002, eram 70 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes. Agora, são 62 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes. Então, caiu de 70 para 62. Mas em Curitiba aumentou. Curitiba, que tinha um índice, em 2000 e 2002, muito aquém da média nacional, viu agravar-se a situação a partir de 2003. Hoje, Curitiba possui 34,75 homicídios por cada grupo de 100 mil habitantes, enquanto São Paulo tem 36,78. No noticiário, parece-nos que São Paulo é muito mais violenta. É mais violenta porque tem muito mais gente, mas proporcionalmente o mesmo acontece em Curitiba e São Paulo, se analisarmos cada grupo de 100 mil habitantes. Vejo isso com preocupação porque 590 mortes por homicídio – a maioria com armas de fogo – ocorreram em Curitiba em 2004.

Quinhentos e noventa mortes é um índice espantoso de homicídios!

Não li aqui ainda a outra matéria, mas ela diz: "Campanha do não foi paga por duas indústrias de armas". Não vou entrar no mérito da discussão, porque a população já decidiu, mas é claro que a população votou no "não" não porque as indústrias de arma de fogo o patrocinaram, mas porque não agüenta mais o Governo fazer propaganda na televisão, dizendo que está tudo bem, ao mesmo tempo em que, nos bairros, os pais e mães não dormem enquanto os filhos não chegam em casa. Se saem para uma noite de diversão, para um baile, para uma discoteca, para uma lanchonete, numa sexta, num sábado à noite, é o pai e a mãe que ficam sem dormir, porque, enquanto o filho ou a filha não chegam, a preocupação é enorme, já que as notícias diárias dos jornais e dos telejornais divulgam que a violência está tomando conta. E não está sendo colocada em prática uma política eficaz de prevenção ou de controle da violência, porque, senão, os índices não estariam crescendo como estão em Curitiba. Foz do Iguaçu, que é uma cidade turística e que deveria oferecer segurança à população, está em 10º lugar no **ranking** mundial; Londrina está em 40º lugar.

Então precisamos rever a propaganda ou a política pública. Aliás, penso que precisamos rever os dois. A propaganda está equivocada, não está falando a verdade para a população. Na propaganda, há segurança, é um paraíso. Mas, na realidade, o que está existindo é a violência tomando conta de cidades que, antigamente, não tinham nenhum problema com essas estatísticas e com esses índices.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Osmar Dias, V. Exª me concede um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Concedo um aparte, com muita satisfação, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Osmar Dias, com certeza, V. Exª aborda um tema que o número um na preocupação dos brasileiros, que é a segurança. Aliás, se o Governo tivesse cautela e examinasse o resultado daquele referendo sobre a proibição da fabricação e da venda de arma de fogo, veria que esse "não" não foi somente em virtude de não se querer que se proíba a fabricação e a venda de arma de fogo, não! Foi um "não" à política de segurança do País. Realmente o cidadão de bem neste País, hoje, está num papel inverso. Tem de se trancar em casa, protegido por grades, porque não tem nenhuma condição de se defender. Então penso que o Governo precisa realmente, como V. Exª diz, mudar a propaganda, porque o enfoque está equivocado e, depois, tem que aplicar recursos nessa área, o que não está sendo feito. Não há sequer aplicação de 20% dos recursos nesse setor que é fundamental para qualquer cidadão.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Mozarildo.

Ontem, eu abordava aqui o crescimento da arrecadação de impostos no Brasil, que bateu novo recorde. Só que não sabemos para onde vai o dinheiro, porque não vai para a saúde, não vai para a educação, não vai para a segurança pública. Não sei para onde está indo o dinheiro que o Governo arrecada, E ainda comemora recorde em cima de recorde. Vá aplicar mal assim os recursos não sei onde! Olhe, estamos com problemas sérios em todos os segmentos. Estamos com problemas sérios em todos os setores de Governo. Não há recursos para nada.

Outra manchete do jornal diz que os prefeitos não têm dinheiro para pagar o 13º dos funcionários. No Paraná, Estado que todos pensam que é rico, privilegiado, metade das Prefeituras não pagará o 13º dos seus servidores. Não há como pagar. E a violência cresce.

E o mais preocupante, no caso do Paraná, é que, enquanto a propaganda fala uma coisa, nós estamos vendo a violência ocorrer, estamos vendo a escalada da violência. O pior é que está crescendo; os índices mostram isso.

Este é um debate que deveria reunir toda a sociedade, o Governo do Estado, os Governos Municipais, as entidades de classe, porque não há como esperar uma ação concreta do Governo no sentido de que seja resolvido esse problema.

Primeiro, deve haver uma política no sentido de criar-se um ambiente onde as pessoas sejam incluídas, sejam verdadeiros cidadãos. Nós não podemos permitir que, na faixa de idade entre 15 e 24 anos – abordei este assunto nesta semana –, 70% dos jovens estejam desempregados. Isso é um convite à marginalidade, isso é motivo para o crescimento da violência.

Nós temos, Senador Ramez Tebet – V. Exª fala sempre deste tema aqui – que criar oportunidades de emprego e escola para esses jovens. Se esses jovens que estão desempregados estivessem estudando, estaria tudo bem, porque isso seria o normal. Mas não, eles não estão estudando nem trabalhando. Aí, claro, o ambiente fica propício para uma situação como esta, de crescimento exagerado da violência numa Capital como Curitiba, que sempre foi admirada por todo o País.

Fiquei estarrecido com isso. Torço para que os dados do Ministério da Saúde estejam equivocados. Mas o que se vê na cidade de Curitiba é que realmente a preocupação das famílias está crescendo.

Nós precisamos tomar providências a esse respeito. Tomar providências não significa só colocar a Polícia nas ruas. Tomar providências não significa só colocar o aparato policial nas ruas. Isso também deve ser feito, para combater aquilo que já não tem mais remédio. Mas precisamos criar um novo ambiente para o futuro, e isso só se dará com uma política de criação de empregos e escola para esses jovens.

Eu disse aqui que o meu programa do primeiro emprego era muito melhor do que este que está sendo aplicado pelo Governo Federal. Este é equivocado. No meu programa, inclusive, copiei algumas coisas do projeto realizado pelo Senador Cristovam Buarque quando foi Governador. É preciso obrigar. Se quiserem estimular o empresário a contratar o jovem, descontem os encargos sociais pagos em impostos, mas não do trabalhador. Seria pago o encargo social, mas o valor correspondente deveria ser descontado dos impostos que o empresário paga. Seria um grande estímulo. E essa oportunidade seria dada somente aos jovens matriculados no ensino regular. Quem não estiver estudando, não terá incentivo para ter um emprego decente.

Outra coisa. É preciso qualificar a mão-de-obra, dar ensino profissionalizante aos jovens. O jovem trabalharia seis horas por dias e duas horas seriam dedicadas à escola profissionalizante.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Concedo a V. Exª a prorrogação regulamentar de seu tempo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Encerrarei no tempo regulamentar. Gostaria de ouvir o Senador Cristovam Buarque, antes, porém, lembro que é obrigação do empresário matricular o jovem no ensino profissionalizante e é obrigação do jovem estar matriculado no ensino regular para ser incluído no programa Primeiro Emprego proposto por mim, diferentemente desse proposto pelo Governo, que não funciona, pois até agora concedeu trabalho a apenas 6 mil jovens.

Ouço V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Osmar Dias, conheço a proposta de V. Exª. Ela não foi implantada porque havia uma concepção radicalmente diferente daquela que o Governo teve, equivocadamente, quando criou o Programa Primeiro Emprego. Participei desse debate no Governo, isso não é novidade. O Governo concebeu o programa considerando o emprego no processo produtivo, segundo o qual o jovem era empregado de uma atividade industrial ou comercial, em vez de ser a razão de ser do emprego e seu produto social. Eu levei, ao alfabetizador, na época, 30 mil empregos do programa Primeiro Emprego. Trezentos reais. Com 100 mil, em quatro anos, erradicaríamos o analfabetismo. O próprio MEC tinha o dinheiro para isso. Em vez de transferir para as ONGs, para as igrejas, como fizemos, para a alfabetização, contratassem jovens do segundo grau para que fossem alfabetizadores de adultos. Seriam resolvidos dois problemas de uma vez: o desemprego do jovem e o analfabetismo. Mas o Governo achou que não era emprego que iria resolver o problema da sociedade e que o objetivo não era tanto o jovem e sim o processo produtivo. Se tivesse adotado a sua maneira – realmente fico agradecido de V. Exª lembrar o que fizemos aqui, com o programa chamado "Escola em Casa", que contratava o jovem de segundo grau para cuidar dos meninos do primeiro grau depois do horário das aulas –, o Brasil já teria acabado praticamente o analfabetismo e teria um bom número de jovens empregados, no lugar dessa farsa que houve.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, solicito um minuto para encerrar, porque eu não poderia deixar de comentar rapidamente o aparte do Senador Cristovam Buarque. Quero dizer o seguinte: não será com uma idéia ou um projeto ou um programa que resolveremos esse problema, mas com a soma de idéias positivas, propositivas, aquelas que V. Exª muito bem executou quando foi governador e que tem na cabeça para oferecer ao País. Eu também, modestamente, tenho contribuído com as minhas idéias. O governo tem que ter mais humildade para conversar, inclusive com a Oposição, para aproveitar as idéias boas e não querer ser pai de todas as idéias e depois colocá-las desastradamente, como foi o caso do Primeiro Emprego. Eu fui autor do projeto e sequer fui chamado para conversar a respeito. Eles modificaram o meu projeto de tal forma, que virou um programa desastrado, como é o Primeiro Emprego. Mas a violência está crescendo, Sr. Presidente, e precisamos fazer alguma coisa urgentemente.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, a Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Pela ordem, tem V. Exª a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para registrar que começa hoje a programação dos 16

dias de ativismo internacional pelo fim da violência contra as mulheres.

Ainda há pouco, eu estava vendo com a Senadora Heloísa Helena, na mesa, genocídios em diversos países africanos e asiáticos, decepamentos de clitóris na Índia, feticídios em Bangladesh. No Brasil, o Senador Osmar Dias, há pouco, se referia ao entorno de Brasília, a sua Curitiba, e posso me referir a minha Manaus. É hora, realmente, de o Congresso, acima da questão de gênero e, ao contrário, unindo homens e mulheres numa luta que é meritória, manifestar-se todos os dias, por todos os Senadores e as Senadoras, contra a violência praticada secularmente contra a mulher no mundo inteiro e, especificamente, no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – O chamamento de V. Exª está registrado e creio que esta Casa toda vai se pronunciar sobre tão importante problema, que precisa ser erradicado completamente no Brasil e no mundo.

Concedo a palavra, pela ordem regimental, ao Senador Delcídio Amaral, pedindo permissão ao Senador Arthur Virgílio, dada a urgência com que o Senador Delcídio Amaral coloca sua posição e sem consultar S. Exª, que está à frente dele. Caso S. Exª não concorde, tudo bem.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, acredito absolutamente que o Senador Arthur Virgílio concorde, porque é sempre sua postura cordial e amiga.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Senador Delcídio Amaral, se V. Exª me permite, V. Exª acaba de me prestar uma grande honra, confundindo-me na Presidência desta sessão com a pessoa do Senador Renan Calheiros. Sinto-me muito honrado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quem foi Presidente desta Casa continuará sempre sendo Presidente desta Casa e do Congresso Nacional, meu caro conterrâneo, Presidente Senador Ramez Tebet.

Eu gostaria só, Sr. Presidente, antes de falar rapidamente – e já fui antecipado pelo Líder Senador Arthur Virgílio –, de fazer três registros, um relativo ao nosso Estado, que é o comportamento da Rio Tinto Zinc, empresa de mineração que explora minério de ferro no nosso Estado, na fronteira com a Bolívia, na minha cidade, em Corumbá, que infelizmente não tem cumprido com os compromissos assumidos com o Governo Federal, principalmente com relação a investimentos na região. Mas isso vai ser motivo, Sr. Presidente, de um discurso específico que farei, espero, na próxima semana.

Outro assunto que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, é relativo à lei do gás natural, trabalho hoje desenvolvido pelo autor do projeto, Senador Rodolpho Tourinho. O projeto é de absoluta importância para o País, porque o gás natural, inevitavelmente, será o combustível do futuro no Brasil. E carece de uma regulamentação clara, até porque, não tenho dúvida nenhuma, o gás natural será o grande responsável pela eliminação do apagão no final dessa década.

Esse é um tema importante que será debatido à exaustão. O Senador Tourinho já apresentou uma série de emendas fundamentais, importantes, e eu entendo que em pouco tempo esse tema assumirá um espaço grande na pauta de todos os Senadores e Senadoras desta Casa.

O terceiro ponto, Sr. Presidente, também ao qual vou-me reportar posteriormente, é o projeto do Senador Camata sobre saneamento que tramita aqui no Senado, mais especificamente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Nós, há muito tempo, patinamos no saneamento no Brasil, o que é lamentável. O projeto enviado pelo Governo Federal à Câmara dos Deputados não atende ao setor. Portanto, não reúne condições mínimas de aprovação na Câmara dos Deputados. Nós precisamos trabalhar intensamente no sentido de buscar outras alternativas e outras soluções, principalmente para a área de saneamento, regulamentando o saneamento, criando condições para investimentos numa área extremamente vital e importante na preservação da saúde do nosso povo.

Mas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o motivo que me traz à tribuna é exatamente a resolução da ONU, citada aqui pelo Senador Arthur Virgílio.

Desde o ano de 1999, a Assembléia-Geral das Nações Unidas estabeleceu o 25 de novembro como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, Senadora Iris. A data também homenageia as irmãs Pátria, Minerva e Maria Teresa Mirabal, militantes políticas mortas em 25 de novembro de 1960, por ordem do ditador Rafael Trujillo, da República Dominicana.

A ninguém escapa a idéia de que o recurso à violência é quase sempre odioso e merece repúdio de todos os que lutam, no Brasil e no exterior, pela construção de uma nova consciência, pela paz social e pela racionalização dos conflitos humanos, que devem ser conhecidos e solucionados de maneira civilizada, urbana e moderna.

A violência perpetrada pelos homens contra as mulheres, no entanto, apresenta um traço mais grave e é ainda mais inaceitável porque acopla ao uso irracional da força um componente verdadeiramente abjeto:

a covardia do mais forte; a injustiça daquele que se vale da força física para intimidar a sua companheira, a sua esposa, a mulher com quem conta no gerenciamento da vida familiar.

O destino dos seres humanos, no plano da matéria, resulta da conjunção dos mais diversos fatores, tais como classe social, cultura, família e grau de instrução. Entre tantas circunstâncias imponderáveis que delimitam e modulam a nossa existência, a combinação aleatória de cromossomos é talvez a mais fundamental, pois determina a nossa sexualidade e o nosso destino.

A frase, tantas vezes repetida, de Simone de Beauvoir – a feminista que dizia que a mulher não nasce mulher, mas aprende, em sociedade, a viver e aceitar sua condição – ganha maior significado quando pensamos o quanto a vida em comunidade tende a rebaixar o papel das nossas companheiras. Mesmo em circunstâncias as mais sutis, como a mera premiação de atletas em competições desportivas, o gordo cheque do macho vitorioso contrasta com o ganho modesto da vencedora na categoria feminina.

A emancipação feminina representa, em minha opinião, o mais importante avanço social do século XX, em meio a tantas outras utopias – factíveis ou inalcançáveis – que não resistiram à dialética impiedosa da História. De um papel antes submisso, apequenado, coadjuvante, subserviente, menor, submetido ao destino do seu provedor – pai ou marido –, as mulheres acabaram por forjar, pela luta, pela argumentação racional, pela insubordinação, pelo protesto, uma nova postura diante da vida e da sociedade. Nossas companheiras arregaçaram as mangas e partiram, com alegria e coragem, para a luta aberta, ocupando, por mérito e competência, os bancos das universidades, os postos de trabalho e as posições de destaque no Estado, nas profissões liberais e na iniciativa privada.

A despeito dos progressos visíveis na condição feminina, vivemos ainda um momento longo de transição, em que a autonomia conquistada não foi completamente assimilada pelos homens em seu conjunto. Disso resulta a triste constatação de que a nova mulher ainda terá que conviver, por algum tempo mais, com incompreensões masculinas, que, tantas vezes, degeneram em violência pura e simples, sobretudo na intimidade do lar. Ao contrário do se supõe, o espaço doméstico é o lugar em que as mulheres são mais suscetíveis de sofrer violências e abusos.

Embora o fenômeno seja pouco visível, pois a vítima da agressão normalmente prefere limitar o problema intramuros, a violência no lar perpassa todas as classes sociais, todos os bairros e regiões das cidades, e atinge, indistintamente, as mulheres pobres, as remediadas e as mais afortunadas, porque a cultura, sexista, regressista e atrasada que sustenta esse estado de coisas é partilhada por razoável parcela da população.

Os resultados são gravíssimos para a sociedade, já que a mulher que sofre violência, no lar ou no trabalho, passa a produzir menos e a faltar mais, além de cultivar amarguras, tristezas e o sentimento de baixa auto-estima que, muitas vezes, resulta em depressão psicológica.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Delcídio Amaral, permita-me uma breve intervenção?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pois não, Senadores Edison Lobão e Cristovam Buarque, que me honram muito com suas intervenções.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Delcídio Amaral, fico feliz não apenas de ouvir esse seu discurso no dia que se reserva para a luta pela eliminação da violência contra as mulheres, mas também porque o seu discurso não fica preso apenas à violência física e psicológica, que é tão grave e tão absurda, e trata da violência da economia contra as mulheres. Na pobreza, ninguém sofre mais do que as crianças e as mulheres. Os velhos também, mas as mulheres sobretudo, porque elas encarnam o drama da pobreza dentro de casa; são elas que sofrem mais quando a criança não tem escola; são elas que sofrem mais quando elas não têm um médico para os seus filhos; são elas que sofrem mais pelos salários baixos. Parabéns porque o seu discurso não ficou restrito apenas ao problema da violência física.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Ouço o aparte do Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Cumprimento V. Exª pela iniciativa que teve nesta manhã de abordar assunto de tão grande importância. Senador Delcídio Amaral, não há dúvida de que a mulher já alcançou grande avanço na integração neste mundo moderno em que vivemos, e ela o fez por iniciativa própria, por luta dela. Aliás, V. Exª registra isso. Elas foram determinadas, no mundo inteiro, e no Brasil – eu diria – especialmente, e sem dúvida alguma já se inseriram no contexto mundial da vida comunitária a que tinham direito. O problema da violência é que ainda resta combater em toda a sua extensão. Quando fui Governador, uma das minhas primeiras medidas administrativas foi a criação de uma delegacia da mulher, como símbolo de que a mulher precisa ser respeitada em todos os aspectos. Hoje em dia, as mulheres realmente integram todos os campos da atividade humana e estão na universidade – isso também foi mencionado por V. Exª – em maioria; as mulheres hoje são maioria nas universidades. Elas

continuam avançando, e fazem-no por mérito próprio, mas devemos estender-lhes a mão cada vez com mais intensidade e mais sinceramente para que, de fato, elas tenham, dentro de muito pouco tempo...

(Interrupção do som.)

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – ...essa participação total que todos nós desejamos. Muito obrigado a V. Exª.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – O tempo de V. Exª foi prorrogado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Daí a necessidade de se enfrentar o problema da violência contra a mulher com coragem política, inclusive porque essa luta é um imperativo de saúde pública, além de um passo fundamental para o aprofundamento do respeito integral à vida, em nosso País.

Do debate incessante nas escolas e nas universidades, públicas e privadas, e do surgimento de novas políticas protetivas, como a bem-sucedida criação das delegacias da mulher – como disse aqui muito bem o Senador Edison Lobão –, haverá de surgir uma nova consciência masculina, tão almejada e bem-vinda. Daí o nosso aplauso à iniciativa da ONU, pelo estabelecimento do dia 25 de novembro como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher.

As estatísticas demonstram a relevância do tema. Segundo a Fundação Perseu Abramo, a cada 15 segundos, uma mulher é agredida no Brasil. A Anistia Internacional sustenta que uma em cada três mulheres no mundo – algo em torno de um bilhão de mulheres – já foi espancada, forçada a manter relações sexuais, ou sofreu algum tipo de abuso por parte de homens desprovidos de respeito pelo próximo. Ainda segundo a Anistia Internacional, 20% das mulheres já sofreram violência sexual na infância. A ONU, por sua vez, atesta que metade das mulheres assassinadas, em todo o mundo, foi morta pelo seu companheiro, atual ou antigo.

Sr. Presidente, peço um pouco mais de tempo para concluir rapidamente o meu discurso.

Srªs e Srs. Senadores, é imperioso que o Congresso Nacional trabalhe para reduzir drasticamente os casos de violência contra a mulher no Brasil. As mulheres têm o sagrado direito de viver sem que sofram qualquer tipo de violência, e somente a educação e a lei poderão auxiliar no surgimento do novo homem cordato, sensível, companheiro, humano, capaz de admirar todo o bem que resulta da presença da mulher em sua vida.

Termino minha fala, Sr. Presidente, com a leitura da poesia "A mulher e a Casa", de João Cabral de Melo Neto, que dedico a todas as mulheres que, na política ou na vida cotidiana, fazem do Brasil um País melhor, porque mais feminino, mais doce, mais belo e, por que não dizer também, mais perfumado:

Tua sedução é menos
de mulher do que de casa;
pois vem de como é por dentro
ou por detrás da fachada.
Mesmo quando ela possui
tua plácida elegância,
esse teu reboco claro,
riso franco de varandas,
uma casa não é nunca
só para ser contemplada;
melhor: somente por dentro
é possível contemplá-la.
Seduz pelo que é dentro,
ou será, quando se abra;
pelo que pode ser dentro
de suas paredes fechadas;
pelo que dentro fizeram
com seus vazios, com o nada;
pelos espaços de dentro,
não pelo que dentro guarda;
pelos espaços de dentro:
seus recintos, suas áreas,
organizando-se dentro
em corredores e salas,
os quais sugerindo ao homem
estâncias aconchegadas,
paredes bem revestidas
ou recessos bons de cavas,
exercem sobre esse homem
efeito igual ao que causas:
a vontade de corrê-la
por dentro, de visitá-la.

Mais uma vez, registro que esse trabalho foi feito por uma assessora minha chamada Paula Terra, militante desse movimento, pessoa que sempre honrou o meu mandato.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Concedo a palavra à Senadora Íris de Araújo, pelo prazo regimental.

A SRA.IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vim preparada, hoje, para fazer um pronunciamento sobre a taxa de juros. Porém vou falar, não apenas motivada por

este Plenário, mas porque, durante a semana, Senador Edison Lobão, abordamos este tema: a violência contra a mulher, a violência doméstica.

Coincidentemente, em casa, abri um jornal de Goiás, que trazia em sua manchete: "Quinze mulheres mortas por companheiros em Goiânia." Subtítulo: "O número de ocorrências de violência contra a mulher aumentou de 4.983, em 2004, para 5.938, até outubro deste ano." E discorre sobre o projeto de lei que defende maior rigor na punição de crimes.

No entanto, há um dado que me chamou a atenção. Eu já sabia, de certa forma, mas fiquei mais preocupada ainda com este dados. Quem são os agressores? Dez por cento eram namorados; 28% eram maridos; 42%, companheiros; 5%, pai e 15%, outros. Filhos que presenciam as agressões: 73%.

Ouvi os pronunciamentos feitos hoje pelo Senador Osmar Dias e pelo Senador Delcídio Amaral. O Senador Delcídio demonstrou uma sensibilidade muito grande e o cumprimentei com um beijo, porque mereceu, não apenas por tecer comentários pertinentes sobre a situação que estamos vivendo, mas por homenagear a mulher com esse poema recitado da tribuna. Refiro-me ainda às intervenções do Senador Edison Lobão, do Senador Mozarildo Cavalcanti e do Senador Cristovam Buarque, numa demonstração de que nós, Senador Ramez Tebet, passamos a viver momentos de expectativa prazerosa em relação à mudança de comportamento.

Prestei muita atenção no discurso do Senador Osmar Dias – que não mais se encontra presente –, que estabeleceu um paralelo entre a situação econômica que vivemos no País e a situação de violência contra a mulher. E eu concordo com ele. De repente, a mulher passou a ser o saco de pancada dos problemas como desemprego, filas na área da saúde ou em outras áreas. Então a questão social e a questão econômica acabam-se transformando num problema do dia-a-dia, que gera uma violência explícita que não faz sentido.

Em Goiânia, os assassinatos são os crimes mais graves cometidos contra as mulheres!

Mudo até o foco do meu pronunciamento, pois falaria sobre outro assunto, e digo que hoje a mulher sofre com o desemprego do marido, dos filhos, dos entes queridos, sofre com o aumento da criminalidade que atinge grande número de pessoas e de famílias. A mulher sofre pelos doentes, pelos excluídos, pelos famintos, pelos conhecidos e até pelos desconhecidos, pois a sensibilidade feminina é capaz de ver no próximo, antes de tudo, um irmão.

A luta das mulheres por melhores condições de vida não tem sido apenas aquela diária de tantas mulheres humildes que doam suas vidas em benefício dos seus maridos e dos filhos.

É momento de refletirmos sobre as mulheres brasileiras sem terra, sem teto e as que precisam urgentemente do Programa Fome Zero: todas heroínas, lutadoras, guerreiras, que não se acomodam, que têm a capacidade e a coragem de dar a vida e o sangue para salvar outras vidas, de homens e mulheres, e para melhorar a vida de gerações futuras.

Como disse, tivemos conquistas na batalha pela dignidade, contra a violência, mas elas representam pouco à frente do direito inalienável de igualdade das mulheres como seres humanos livres, que devem ter a garantia de igual tratamento em relação aos homens.

Não precisamos ir à África, pobre e mal tratada, nem analisar a situação deplorável da mulher afegã, proibida de se alfabetizar e usar vestimentas que mais lembram uma prisão móvel. Basta olharmos para nós mesmas, basta nos debruçarmos nas imagens tristes das mulheres brasileiras ainda humilhadas pela discriminação e pela dor.

Lutamos por verdadeira igualdade de direitos entre homens e mulheres, de todas as raças, de todas as origens, de todos os credos, de todas as condições e de todas as origens.

Lutamos pela eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, principalmente as mais pobres e excluídas, que constituem a maioria da população brasileira e do mundo: as mulheres situadas abaixo da linha da pobreza, tristes, abandonadas, mas que não perdem a fé e insistem em cultuar uma esperança inexplicável, forte, imbatível.

A chamada globalização econômica nada, ou quase nada, trouxe de positivo para a maioria das mulheres brasileiras, a não ser muito desemprego e umas poucas migalhas do festim e dos banquetes dos países ricos.

As mulheres são, sim, as maiores vítimas de todas as crises econômicas, sociais e políticas, pois são obrigadas a cuidar de suas famílias quando existem perdas de renda, de emprego e queda nas condições de vida.

Ainda estamos lutando pela aplicação prática dos princípios constitucionais da igualdade de direitos e obrigações dos cônjuges, em relação à capacidade civil e política e à manutenção e educação dos filhos.

Ainda estamos lutando para que todos, homens e mulheres, tenham a mesma dignidade social e o mesmo tratamento perante a lei, para que ninguém goze de benefícios ou privilégios injustificados e para que ninguém seja prejudicado, tenha algum direito negado em decorrência de sexo, raça, idioma, origem, convic-

ção política ou religiosa, nível educacional, situação econômica ou condição social.

É uma luta longa, contínua, que recomeça a cada dia e todos os dias, sem desespero, sem desânimo e, principalmente, sem desistência ou medo do fracasso, pois a causa é justa, meritória e digna de toda a nossa dedicação.

Não podemos aceitar o tratamento dado à mulher negra, que recebe cerca de metade do salário pago às mulheres brancas, em condições semelhantes de trabalho.

Não podemos aceitar essa situação em que um grande número de mulheres morre em decorrência de problemas da gravidez, equiparando o Brasil aos países pobres da América Latina.

Não podemos aceitar a situação de desigualdade, em que a maioria das mulheres brasileiras, principalmente mulheres pobres, são obrigadas a enfrentar duas ou três jornadas de trabalho e ainda cuidar de filhos, doentes, idosos e parentes abandonados.

Tenho plena convicção de que uma maior participação das mulheres nas atividades políticas e de direção administrativa do nosso País contribuirá para decisões mais sensatas, mais corretas e mais adequadas aos interesses do nosso Brasil, pois, por sua sensibilidade, as mulheres conseguem solucionar crises pessoais e coletivas com maior habilidade do que a maioria dos homens.

Apesar de todos esses problemas, de todas essas dificuldades, de todas essas fraquezas e da insensatez do ser humano, continuo otimista em relação ao futuro do Brasil, confiando principalmente no papel decisivo e na maior participação da mulher em todos os campos da atividade humana.

Que a preocupação que nos rege esteja verdadeiramente voltada para promover a vida, para socorrer a infância desamparada, para amparar nossos idosos, para oferecer perspectivas e esperanças para nossa juventude, para garantir o crescimento econômico que gera emprego e renda que sustentam o nosso trabalhador.

Dar pão a quem tem fome, dar trabalho ao desempregado, plantar uma semente de vida nova no coração do Brasil a partir da cooperação e da perseverança de todos! É disso que o nosso povo realmente precisa para voltar a sonhar e a ter uma vida digna!

E tenho certeza, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que a bandeira hoje estampada em minha camiseta – e tantas outras em camisetas e correntinhas, Brasil afora – não é apenas um símbolo utilizado em determinados momentos, mas que passará a ser a Bandeira do Brasil, que todos nós temos a obrigação de carregar, que todos nós temos a obrigação de nos juntar a ela, protegê-la e tê-la como meta, a fim de que não corramos o risco, diante de tanta violência, de sofrermos a decepção de vê-la pisoteada em determinada hora.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Concedo a palavra, como Líder do PSDB, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem, as oposições anunciaram, no Senado, a firme disposição de bloquear a votação do Orçamento até que se decida sobre o rumoroso e vagaroso caso José Dirceu. Aí, Senador Antero Paes de Barros, diziam alguns,: "Isso é intromissão no Supremo". Não. Nem acho que o Supremo esteja se intrometendo no Senado porque, se amanhã tivéssemos de julgar, por crime de responsabilidade, um Ministro do Supremo, nós o faríamos aqui. Não acho que haja intromissão no Supremo, que vai decidir como quiser. Então, não há pressão. São cinco votos honrados de um lado e cinco votos honrados de outro, e está vindo o sexto voto honrado do grande Ministro Sepúlveda Pertence. Nem é, muito menos, Senador Edison Lobão, intromissão em assuntos da Câmara, porque aquela Casa vai decidir se e quando quiser. É, isto sim, o Senado, que é parte integrante do Congresso Nacional, opinando sobre a melhor forma de se trabalhar a principal peça do Congresso Nacional, que é o Orçamento. Temos o que dizer sobre o Orçamento, sim. O orçamento é uma decisão bicameral, as duas Câmaras reunidas. Entendemos que o Orçamento não deve ser votado, simbolicamente, assinado, portanto, por alguém sob suspeição.

Se a Câmara quiser decidir pela absolvição do Deputado José Dirceu, que decida. S. Exª é tão legítimo quanto qualquer outro Senador ou Deputado que não esteja sob suspeição e assina o Orçamento. Se a Câmara quiser condená-lo, S. Exª não estará presente, e se vota o Orçamento. Agora, nesse limbo, não concordamos.

Senador Cristovam Buarque, vamos deixar bem claro o que entendemos que está por trás disso tudo. Questão até de justiça. O Presidente Lula, que às vezes tem beirado o cinismo – diz coisas que chegam bem perto mesmo do cinismo –, diz que o "mensalão" virou refrão de carnaval. Não virou. Virou refrão de corrupção, virou sinônimo e rima com corrupção, isto sim, e no Governo dele, isto sim também. O Presidente Lula diz que Roberto Jefferson* foi cassado porque não provou o "mensalão". Não. Ele foi cassado porque confessou a participação dele em esquemas espúrios, isto sim, e

não porque não se tivesse provado o "mensalão", até porque o Presidente Lula não vai querer prova mais óbvia de "mensalão" do que o Visanet*, se quiser a prova documental. E se quiser, pelo lado do ridículo, eu diria que tem até a cueca para mostrar que houve "mensalão" neste País.

O Sr. Roberto Jefferson foi cassado, e o Sr. José Dirceu* não vai ser julgado? Não consigo entender isso. Não consigo perceber. Mais ainda: se o Sr. José Dirceu é apontado como suposto corruptor, os supostos corrompidos vão ser cassados como? Como é que se vai ter moral para pedir a cassação de qualquer outro nome se não se julga, se não se delibera sobre o Sr. José Dirceu? Não vai dar.

Estou vendo algo grave. O Senador Sérgio Guerra ontem foi no ponto. O que é grave? O Deputado José Dirceu não sendo julgado ou não sendo cassado, abre-se espaço para todos os acusados nesse episódio do "mensalão" serem, eles também, absolvidos. Não tem sequer sentido eles serem julgados se se opta por dizer que não houve o "mensalão", que o Sr. José Dirceu não praticou a chefia do "mensalão" e que, portanto, nada aconteceu, é tudo imaginação da imprensa, é tudo intriga da Oposição. Para usar uma linguagem do jargão parlamentar e do entendimento popular, vamos nós fazer uma pizza, que vai começar aqui, enorme, vai passar pelo Palácio do Planalto, vai tomar conta de toda a Praça dos Três Poderes. Uma pizza gigante, em que dá para colocar todos os sabores, uns 40 sabores, cada fatia com um quilômetro. Será essa a grande pizza.

O fato é: por que uma pessoa que não desfruta da simpatia da Câmara tem supostamente mais votos a defendê-lo – segundo pesquisa do **O Estado de S. Paulo** – do que o Sr. Roberto Jefferson, que, pelo que eu conhecia da Câmara, desfrutava de mais simpatia do que ele? É que aqueles "mensaleiros" e os que são aliados dos "mensaleiros" descobriram, intuíram e concluíram que se o Sr. José Dirceu não for punido, nenhum deles o será também. Então, está havendo uma aliança pela impunidade. E essa aliança pela impunidade tem que ser denunciada desta tribuna e tem que ser transmitida à Nação para que comece uma pressão sem precedentes e se faça o julgamento implacável de todos aqueles contra os quais possa haver provas de participação em ilícitos.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – V. Exª me permite um aparte, Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Inicialmente, cumprimento V. Exª pela oportunidade do tema, até para dizer que, não sendo cassado José Dirceu – que é uma deliberação autônoma e independente da Câmara dos Deputados, que pode não cassar , aquela Casa poderia fazer um gesto maior: trazer Severino Cavalcanti e Roberto Jefferson de volta. Porque um foi cassado por R$7,5 mil; o outro denunciou o esquema do mensalão, e é uma denúncia que vinha das vísceras do PT, vinha do estômago do PT. Ali há pessoas que receberam R$50 mil, que é bem maior que os R$7,5 mil de Severino Cavalcanti. Há quem tenha recebido R$20 mil, dizem que é muito pouco, mas é bem maior do que o que recebeu Severino. Então, essas questões devem ser analisadas com autonomia e independência pela Câmara dos Deputados, embora eu ache que nós todos, das duas Casas do Congresso Nacional, devamos extrair uma lição desse episódio, fazendo os outros processos de outra forma, a fim de que sejam menos contestados pelo Poder Judiciário. Motivos para obstruir a votação do Orçamento não faltam nesta Casa, a começar pelos privilégios a Prefeituras do PT e a Parlamentares do mensalão, porque somente esses têm liberação de recursos. Não seria preciso nem esse episódio do José Dirceu. Motivos para obstrução da votação do Orçamento existem aos borbotões, e acredito que estamos com tanto desapego ao Poder Legislativo que deveríamos estabelecer uma outra condição, além das colocadas por V. Exª. Por que não dizer que somente votaremos o Orçamento depois de apreciado o projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães? Projeto esse que obriga serem aplicadas as contribuições dadas pelo Poder Legislativo – que são uma pequena parte do Orçamento –, fazendo com que o Orçamento não seja apenas uma peça de ficção. Penso que isso faria com que o Governo, qualquer que fosse, tivesse um comportamento republicano na aplicação dos recursos públicos brasileiros.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Exª tem razão. Ontem, um funcionário do Senado me perguntou, com o espelho das minhas propostas para o Orçamento, se eu preferia jogar não sei quanto de minha dotação para o Calha Norte ou para a Educação. Eu disse: "Faça como você quiser, porque estou com pressa e o Governo não vai liberar minhas emendas mesmo. Então, que diferença que faz colocar no Calha Norte ou na Educação?" E é um critério muito claro, ou seja, punir os eleitores do Líder de um Partido de Oposição no País. É um critério de um Governo sem critério.

Senador Cristovam Buarque, por favor.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Arthur Virgílio, não vou entrar nos detalhes do caso do Deputado José Dirceu – quando eu era do Governo, já briguei demais com ele para continuar brigando agora

que ele está nessa situação. V. Exª traz um problema sobre o qual precisamos nos debruçar. Há um choque entre as forças que compõem as instituições da República Democrática Brasileira. As relações nossas com o Poder Executivo estão feridas pela forma como as medidas provisórias nos são empurradas goela abaixo, e as relações com o Supremo estão ameaçadas pela forma como aquela instituição intervém aqui dentro. Não estamos interferindo no Supremo nem no Poder Executivo, mas não há uma harmonia hoje. O Senador Edison Lobão foi Relator de um caso na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – é até bom que S. Exª esteja aqui. No caso, por exemplo, do Senador Capiberibe, há um peso; no caso de outros, há outro peso. Por quê? Qual é a lógica? Como é que o Supremo decide para dar tranqüilidade à opinião pública de acreditar que, de fato, é a justiça que está sendo feita? E segundo: o que é que esta legislatura vai passar para a História diante dessa submissão em que estamos aos outros dois Poderes? Que imagem ficará de nós, Senadores deste tempo, quando disserem tudo o que engolimos, no máximo com direito a esperneio, como o Senador Arthur Virgílio, que é um dos que mais faz, bem como o Senador Antero Paes de Barros. Então, quero ver esta Casa se debruçar sobre um problema mais sério do que o caso José Dirceu, embora este seja o mais importante hoje, que é o problema das relações institucionais entre os três Poderes no Brasil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque. V. Exª se porta com muita elegância em relação ao ex-Ministro José Dirceu, e isso é uma marca que o faz apreciado por todos os seus colegas.

Mas a grande verdade é esta: a Oposição tomou uma decisão, nós temos motivo de sobra mesmo para fazermos obstrução à aprovação da peça orçamentária. Este me parece extremamente consistente. Nós queremos dar satisfações à Nação. Se não é importante dar satisfação à Nação no campo ético, eu não sei o que é mais importante neste País.

Quanto ao resto, claro que o Governo faz um certo jogo de cena; finge que está preocupado com o Sr. José Dirceu. Se estivesse preocupado e se o considerasse inocente, poderia nomeá-lo Chefe da Casa Civil de novo ou poderia nomeá-lo Líder do Governo na Câmara. Como não pode nomeá-lo, o Governo, de certa forma, o condena e acaba vendo o Sr. José Dirceu como uma espécie de trambolho, um problema de que o Governo estaria louco para ver a Câmara se desincumbir, se desobrigar, para que o Governo se desobrigasse sem ter de se desgastar com o Sr. José Dirceu.

Mas o fato é que duvido, se alguma abelhinha estiver lá rondando a cabeça do Presidente Lula, que o Presidente Lula não esteja achando incômoda a presença do Sr. José Dirceu no Congresso. Vai dizer que não, vai morrer dizendo que não e pronto. Mas eu tenho a convicção de que é um trambolho, sim, mas a convicção de que a Câmara é soberana para absolvê-lo ou condená-lo. Absolvido, ele assina o Orçamento conosco; condenado, a Câmara está livre desse problema e o Congresso também. Agora, na dúvida e no limbo, optamos por obstruir a peça orçamentária e por não permitir que avance a votação do Orçamento com pessoa desse porte sob suspeição.

E digo mais: se não há culpa do Sr. José Dirceu, o Governo não o coloca na Casa Civil de novo porque não quer. Agora, se não há culpa do Sr. José Dirceu, então não há de ninguém mais na Câmara. Então, não houve. É tudo invenção da Oposição, é tudo intriga da imprensa. Então, não houve, e nós podemos nos preparar para assar essa pizza fantástica que será uma pizza de quilômetros com todos os sabores. Ela começa aqui, vai atravessar os dois eixos – Eixo Norte e Eixo Sul de Brasília. Será um tapete de pizza de todos os sabores, porque não é isso que a Nação brasileira está querendo. É fundamental que todos os Poderes atentem para as expectativas da Nação, que quer explicações claras e rumos conseqüentes em relação a essa questão ética. E, portanto, que os Poderes falem, sabendo que a Nação irá julgá-los logo a seguir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Ramez Tebet, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Mozarildo Cavalcanti e Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão e, a seguir, ao Senador Ramez Tebet, para uma comunicação inadiável.

O Senador Antero Paes de Barros está inscrito.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nesta Casa, já se falou amplamente sobre as crianças e os professores, aos quais foi dedicada uma sessão especial do próprio Senado.

Em que pesem os brilhantes pronunciamentos sobre tais temas, que honram este Plenário, nunca serão demais os que voltem a ressaltar o respeito e a admiração merecidos pelos abnegados homens e mulheres vocacionados para a difícil arte de ensinar.

Sempre é oportuno, Sr. Presidente, que continuemos a refletir sobre a importância fundamental da figura do professor. A eles, os da nossa geração, devemos a base da nossa formação cultural, como lhes devemos a competência com que cuidaram ou cuidam de nossos filhos e netos, adequando e moldando construtivamente as inteligências que desabrocham. Cabe-lhes soldar os ensinamentos que guiam os jovens para o mundo do conhecimento, abrindo-lhes o universo das opções que cada um fixará como sua vocação profissional futura.

Dentre as tantas frases que procuram sintetizar o significado da educação, sempre me detive na opinião de que, na escola de qualquer grau, a principal contribuição que se dá ao aluno é fazê-lo "aprender a estudar", despertando-lhe a curiosidade para as coisas que vivenciará no correr de sua própria existência. Na escola, toma gosto pela leitura e pela pesquisa; desenvolve o raciocínio e a capacidade de absorver e interpretar o que lê e o que aprende.

E por trás dessa tarefa está o professor, desde a mais tenra idade do aluno que se entrega a sua responsabilidade.

Missão, como se vê, da maior gravidade, cheia de sacrifícios e de fundamental importância para toda a Nação brasileira.

No entanto, os poderes públicos não têm incluído os professores como uma prioridade verdadeira. Com essa omissão, desestimulam a carreira, não lhes proporcionam, na medida adequada, maiores oportunidades para aprimoramento e, o que é pior, não lhes oferecem retribuições salariais que compensem os enormes esforços daqueles que se dedicam à docência. Os vencimentos dos professores deste País, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estão abaixo daquilo que se pode imaginar deva ser a retribuição de um profissional qualquer. Para obterem ínfimas vantagens para sua sobrevivência, os professores, volta e meia, têm de enfrentar greves que jamais poderiam ocorrer no seu ambiente de paz e de estudos.

Muitas reportagens têm sido divulgadas sobre países que valorizam o ensino, como a Irlanda, a Espanha, a Coréia do Sul e o Chile. Nelas, comprova-se, como se a comprovação fosse necessária, o notável e extraordinário desenvolvimento conquistado por esses países após os investimentos maciços feitos na educação.

No Chile, em quinze anos, o investimento em educação triplicou. Os professores tiveram os maiores aumentos do setor público: 140% acima da inflação. Na Coréia do Sul, onde se diz estarem os melhores alunos do mundo, a maioria dos professores tem mestrado em educação e ganha o equivalente a R$10.500,00. Eles precisam ter curso superior e são atualizados e avaliados a cada dois anos.

Já abordei desta tribuna, por mais de uma vez, o problema educacional. No último, referi-me ao sucesso de países asiáticos que souberam investir em educação. Nessas nações, o professor ocupa lugar de honra no estamento social. Não precisa lecionar em mais de uma escola, estressando-se à exaustão, para assegurar renda condizente com a sua qualificação. Exigem-se do professor o máximo de dedicação e constantes aprimoramentos, mas lhe são garantidos salários para uma existência com dignidade.

Srªs e Srs. Senadores, nesses tempos em que surgem estarrecedores dados estatísticos que dão conta das nossas escandalosas deficiências educacionais, convém que voltemos a pedir a atenção governamental, nos seus três níveis, para a política educacional brasileira, e entendê-la como a indispensável alavanca para o desenvolvimento. É preciso elevar ao topo a preocupação, que se deve generalizar, de que nosso País deve encontrar os meios que assegurem sejam nossos estudantes bem preparados, tanto na escola privada quanto na pública. Entre as prioridades está a de devolver ao magistério a sua grave importância social, seja por meio das retribuições que façam justiça ao professor, seja por via de cursos especiais que aperfeiçoem e atualizem as inteligências vocacionadas para a missão de ensinar em nosso País.

O Manifesto dos Senadores pela Educação é um documento de relevante importância, seus termos deviam ser decorados e repetidos a cada dia pelas autoridades responsáveis. Nele se indicam as soluções para os saltos que devem ser arremetidos para que recuperemos, no futuro, o tempo perdido com as últimas gerações.

Esta, a minha esperança, Sr. Presidente.

O Brasil há de encontrar o momento para demonstrar às professoras e professores quão profunda é a nossa gratidão pelo trabalho a que se dedicam com tanta seriedade e amor.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet, para uma comunicação inadiável. A seguir falarão o Senador Antero Paes de Barros e a Senadora Heloísa Helena.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a gentileza de V. Exª me surpreende. Eu trago a esta tribuna um assunto importante e usando da palavra para uma comunicação inadiável, apenas cinco minutos, positivamente não terei capacidade de

esgotá-lo, mas vou tentar assim mesmo já que estou na tribuna.

Há seis meses o Brasil está mergulhado numa crise política e em uma das maiores, se não a maior, crise moral da sua história. Nunca se viu nada igual, Sr. Presidente. A sociedade está perplexa, quer entender o que está acontecendo, mas é difícil, porque as denúncias não se referem a um fato só. São tantas as denúncias, são tantos os implicados, tudo apurado de uma só vez, que a sociedade fica sempre com um ponto de interrogação.

Às vezes penso que este País está às avessas. Penso até, Senadora Heloísa Helena, que este País está vivendo um momento inteiramente diferente. Nunca vi isso na História: comparecem às Comissões Parlamentares de Inquérito pessoas dizendo que nunca tinham feito determinadas coisas, para depois afirmarem que as fizeram. Em alguns casos há a impressão digital do denunciado, mas a palavra dele, uma simples explicação, parece apagar a impressão digital. A prova material parece desaparecer diante de uma simples negativa daqueles que estão sendo acusados. E os trabalhos vão andando, e as coisas vão continuando praticamente sem solução. Chegamos ao ponto – tenho que ser breve – de uma Comissão Parlamentar de Inquérito assistir a um depoimento de um cidadão de classe média, de certa intelectualidade, que, depois de ouvir uma fita que mostrava a sua voz sóbria, disse: "Declarei isso para uma revista porque estava bêbado".

Se não acontece nada com ele, se não há, ainda, algum procedimento, que a sociedade veja com seus olhos algo ser feito contra ele. Eu sei que a Comissão Parlamentar de Inquérito não terminou seu trabalho, mas não acontecer nada com ele significa uma desmoralização do próprio Congresso Nacional! Estamos às avessas!

Eu faço esse comentário...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite um aparte, Senador?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Arthur Virgílio, vou me dirigir a V. Exª, a quem tanto admiro e quero. Eu vou fazer uma confissão porque gosto de justiça: V. Exª, quando é companheiro, o é. Eu não quero relembrar o fato na íntegra, vou dizer apenas que, apesar de não ter uma convivência maior com V. Exª, um dia, em defesa da instituição, V. Exª me segurou pelo braço e disse-me: "Vamos embora. Eu estou com a lei, eu estou com o senhor nesta hora". Aquilo me impulsionou para continuar no cumprimento do dever, Senador Arthur Virgílio.

Eu acho que o Congresso Nacional tem alguma responsabilidade diante desta crise.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Vou permitir já.

Não sei se é válido esperarmos e dizermos que só vamos votar o orçamento, apesar de ele ser uma peça fundamental... Aí repito o que disse o Senador Antero Paes de Barros: por que não usar de um expediente desses para transformar o orçamento em um orçamento real e não fictício. A responsabilidade é nossa. Não nos apavoremos diante de um suposto empate no Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, minha palavra é de equilíbrio e de prudência. No instante em que o processo é político e está nas nossas mãos, o Judiciário diga o que disser, respeitaremos a decisão do Judiciário.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Edison Lobão. PFL – MA) – Senador Ramez Tebet, vou estender por mais cinco minutos o tempo de V. Exª.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Vamos respeitar as decisões do Judiciário e fazer cumprir aqui o julgamento político, que é responsabilidade nossa, e punir exemplarmente os responsáveis por esta crise que vem zombando da opinião pública brasileira. Vem zombando, sim! Empatou lá, vai ser desempatado não sei como, mas isso não pode impedir o julgamento, não pode impedir a decisão da Câmara Federal nem do Congresso Nacional. Eu sei que o Congresso Nacional só sairá altivo e soberano se cumprir com sua obrigação, se não tergiversar, se ficar firme na disposição de punir os responsáveis.

Por isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vamos com calma, vamos agir com prudência. Dou razão a V. Exª, Senador Arthur Virgílio. Dizem que decisão judicial não pode ser discutida, tem de ser cumprida. Isso não pode ser levado ao pé da letra. Temos de cumprir, mas podemos discutir. Discuti-la nós podemos. Nós não podemos é desrespeitá-la, isso não. Nem isso foi intenção de V. Exª, Senador Arthur Virgílio, e de ninguém que se levantou até agora, nem mesmo do Conselho de Ética.

Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Arthur Virgílio (PMDB – AM) – Senador Ramez Tebet, faço duas observações ao discurso lúcido e respeitável do parlamentar querido e respeitado que é V. Exª. A primeira é que V. Exª relembrou aquele depoimento do Sr. Vladimir Poleto na CPI dos Bingos, que merecia um prêmio internacional de cafajestice e que é um hino, ele próprio, à impunidade no País. A segunda observação é que é meu dever relembrar, sim, a bravura de V. Exª e a postura de quem era oposição

à época, quando resolveram, a Bancada do PT e outras, que V. Exª não iria presidir as sessões bicamerais do Congresso, e transformaram determinada sessão, a primeira de V. Exª, numa balbúrdia, num clima de nosocômio, de hospício. V. Exª saiu comigo e naquele momento estive ao seu lado, saímos pela porta da frente, passamos pela turba – aquilo era uma turba – e V. Exª, com altivez enorme, marcou essa presença física. E, na outra sessão, por um desses milagres da natureza, estavam todos quietinhos, obedecendo às suas determinações. Eu percebi que ali o bravo não era a turba, o bravo era a serenidade de V. Exª, que foi um dos grandes presidentes que este Congresso Nacional teve. Obrigado.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Arthur Virgílio, recolho a manifestação de V. Exª. com emoção, porque me faz reviver aquele momento incompreensível. Por nada, quiseram fazer um verdadeiro tumulto. Junto com V. Exª, o Presidente Aécio Neves e outros, conseguimos restabelecer um clima de vivência no Congresso Nacional. Mas aquele instante foi importante, e V. Exª me deu ânimo para fazer aquilo que eu jamais faria: curvar-me diante de uma linguagem, não apenas uma linguagem oral, eu diria que estavam dispostos até ao desforço físico. Foi por isso, Senador Arthur Virgílio, que resolvi passar no meio mesmo para ver o que ia acontecer. Graças a Deus, Ele nos ajudou.

Concedo um aparte ao Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Ramez Tebet, cumprimento V. Exª, que faz uma observação extremamente importante para o Congresso. Eu diria que o cachacista mais lúcido do Brasil é aquele Vladimir Poleto, porque, se aquela voz é dele, embriagado, então, ele vai falir a fábrica de chope lá de Ribeirão. Vai caber à CPI indiciá-lo, encaminhar ao Ministério Público, que faz a denúncia e encaminha à Justiça. A Justiça julga e condena ou não, dependendo do Poder Judiciário. Agora, estamos vivendo uma República surrealista. O Presidente Lula não acredita no mensalão e acredita numa série de bobagens, como a de que vai acabar com as filas. V. Exª observa, com muita correção, a questão do Orçamento. O Congresso tem de erguer sua voz, e V. Exª faz isso muito bem da tribuna. José Dirceu é um episódio e, na minha opinião, um episódio que já passou. Com Supremo, sem Supremo, contra Supremo, do jeito que quiser, é um episódio que já passou. Na política brasileira, ele, que teve uma história e uma biografia razoável, é visto hoje como o pagador do mensalão, o arrecadador era o Palocci, junto com o Delúbio. Então, não tenho nenhuma dúvida de que, independentemente dessas figuras, temos de definir, porque o Congresso não legisla. Quem está legislando é o Poder Executivo por medidas provisórias. Nossa influência no Orçamento é sobre uma parte pequenininha do Orçamento. Por que não aprovar a proposta do Senador Antonio Carlos Magalhães? Essa eu acho que é a grande obstrução. Só assim teríamos uma República com comportamento republicano, e não com perseguições. Se se faz oposição...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Vou prorrogar por mais dois minutos o tempo de V. Exª.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Vou encerrar.

Se se faz oposição, não se libera emenda de quem faz oposição, e ficam com essa conversa de que é um Governo republicano. Não é! Então, parabéns a V. Exª. Aliás, V. Exª clama pela recuperação de todas as prerrogativas e da dignidade do Congresso Nacional. E clamar por dignidade fica muito bem num dos homens mais dignos da história do Senado Federal, que é V. Exª.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Antero Paes de Barros, muito obrigado. Muito obrigado já é suficiente para agradecer as generosas referências de V. Exª.

Permita-me dizer que o aparte de V. Exª me dá outra inspiração. O Brasil está mesmo às avessas. Quem está legislando no Brasil? V. Exª acaba de afirmar, é o Poder Executivo, por meio de medidas provisórias. Mas quem é responsável pela aprovação das medidas provisórias? É o Congresso Nacional, que não tem reagido contra essas medidas provisórias. Essa é a verdade verdadeira.

Desde que cheguei aqui, estamos falando da necessidade de o Orçamento refletir, ser o espelho da Nação, e nós estamos vendo que ele é o espelho da mentira da Nação, que ele é instrumento até da prepotência de um Poder sobre os demais, digo melhor, mais especificamente, para não atingir o Judiciário, onde esse assunto orçamentário não é tão discutido, mas aqui, onde o Orçamento é usado nas discussões para dizer que há barganha.

Então, Senador Antero, V. Exª tem razão. Estamos indo às cambalhotas, estamos indo às avessas. É preciso se restabelecer isso. E só se restabelece isso se houver prudência, só se restabelece isso se houver coragem, só se restabelece isso se houver serenidade.

Vim à tribuna para pedir serenidade diante da decisão do Supremo Tribunal Federal. Cá entre nós,

Senador Cristovam Buarque, eu nem sei se empatou, porque o Ministro falou: "Retire-se uma parte do voto" e está tudo bem, foi considerado empate. Eu mesmo não tenho capacidade aqui para dizer se empatou ou não. Mas está empatado. Quando o Supremo vai desempatar? Eu não sei. Dizem que será na quarta-feira. Mas, se não desempatar na quarta-feira, nós vamos ficar parados? Não! A Câmara pode prosseguir no feito, sim, sem ferir o princípio da separação e da independência dos Poderes, ou o princípio da harmonia dos Poderes. Pode, sim. Vamos julgar. Vamos andar com o processo. O julgamento é político. Vamos decidir.

Sr. Presidente, para encerrar, me dê trinta segundos para relembrar um fato da minha vida.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador, permita-me...

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Quando falo assim, falo provado no passado, que é real.

Esta Casa, uma ocasião, entendeu de fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis irregularidades no Poder Judiciário. Eu imaginei que pudesse haver uma crise entre os Poderes. Como um Poder poderia fiscalizar outro Poder, no caso o Poder Judiciário? Mas são atos administrativos. Eu disse: tudo bem.

Senador Cristovam Buarque, V. Exª não estava nesta Casa, mas o Senador Edison Lobão se encontrava e sabe que nenhum juiz se recusou a comparecer aqui perante a Comissão Parlamentar de Inquérito que apurava possíveis irregularidades no Poder Judiciário. Nós convidamos todos; houve um convite para colaborar conosco. Não houve atrito entre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário naquela ocasião e não haverá de ter nesta, que é muito mais simples. Basta entender que não podemos agir contra as evidências, que são claras!

Muitos erraram e têm de ser punidos. Há provas testemunhais, materiais e digitais. Estamos nisso há seis meses, e a sociedade está indignada. O Conselho de Ética da Câmara está procurando agir. Li ontem à noite, por acaso, o memorial que o Conselho de Ética está dirigindo aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, vazado em termos que honram as tradições da Câmara Federal e as tradições do Conselho de Ética, dizendo que vão continuar a agir e esperar a colaboração do Supremo Tribunal Federal, mas nos estritos termos de uma legislação e na verdadeira função do Supremo Tribunal Federal, que é aquela de também ter seus ouvidos colados aos anseios da sociedade.

Concedo um aparte, por derradeiro, e prometo a V. Exª que está encerrado meu pronunciamento.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Sr. Presidente, meu pronunciamento é muito rápido. Primeiro, quero lembrar a todos que estão nos vendo que o senhor não é um Senador igual a nós, o senhor é um ex-Presidente desta Casa e está falando com tal autoridade. Isso mostra a gravidade do momento, e creio que não podemos tolerar que continue esta falta de harmonia entre os três Poderes. O senhor usou uma palavra muito forte chamada serenidade. E serenidade não é sinônimo de covardia. Eu lhe pergunto: o povo lá está nos vendo como serenos ou como covardes? Temos que exercer o poder para o qual o povo nos elegeu, com a serenidade que o senhor falou e com que sempre se pronunciou. Será que não é hora de esta Casa convidar o Presidente do Supremo para uma conversa, para discutir, com imparcialidade, serenidade e sem covardia, o papel de cada um dos três Poderes? Creio, Senador Ramez Tebet, que o senhor é uma das pessoas que poderia liderar este movimento, um movimento pela harmonia dos três Poderes, sem o que não há democracia. Ditadura não é só de militar sobre governo ou sobre os civis, não. Ditadura se faz, às vezes, de outras formas mais discretas, e nós não temos o direito de deixar que isto aconteça: nem a nossa ditadura sobre o Supremo ou sobre o Executivo nem deles sobre nós.

O SR. RAMEZ TEBET (PDMB – MS) – Senador Cristovam Buarque, V. Exª é homem de muita ponderação também, e gostei que V. Exª fizesse, talvez não com esta intenção, mas o que julgo como uma observação ao meu pronunciamento. Quando eu disse "serenidade", em hipótese alguma eu quis dizer submissão. Só não posso, porque não tenho autoridade para isso, aceitar a sugestão de V. Exª., mas isso me honra. Eu confio no Presidente do Congresso Nacional, confio no Presidente da Câmara dos Deputados, e o diálogo, mais do que nunca, é imprescindível para que possamos atender aos anseios da sociedade brasileira. E quem tem que atender aos anseios da sociedade brasileira são os agentes públicos. E agentes públicos não são só aqueles eleitos pelo povo, como nós somos agentes públicos, mas também os ministros do Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público e tantos quantos têm responsabilidade para o efetivo exercício da democracia, que não queremos baseada no tecnicismo, mas baseada em uma realidade que possa atender aos anseios da sociedade brasileira.

De qualquer forma, V. Exª, sim, tendo governado Brasília, tendo sido reitor de uma universidade, pode se somar às vozes de uns tantos quantos. E aí eu não me furtaria de ir acompanhado de Senadores e Deputados mais categorizados para uma conversa franca, leal e aberta, como tem havido, às vezes, em outros episódios. Felizmente, temos recebido aqui visitas de ministros do Supremo Tribunal Federal, como temos ido

lá também, onde somos recebidos de braços abertos e com aquele cavalheirismo que caracteriza os ministros das mais altas Cortes de Justiça do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, está ruindo a autoridade do Presidente da República. Eu diria até que está esfarelando a autoridade do Presidente da República, vai virar pó. Porque o Governo Lula insiste em trabalhar com a demagogia e o Presidente Lula vem sendo desmentido por seus auxiliares. O Governo Lula desmente o Presidente Lula.

Alguns dados:

A farsa do emprego.

O Presidente Lula voltou a fazer comparações do seu desempenho na área de emprego ao do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Disse, com base no CAGED, cadastro do Ministério do Trabalho que não tem status de pesquisa nem permite comparações de longo prazo, que no Governo Fernando Henrique foram criados, em média, oito mil empregos formais por mês e no seu, cento e oito mil.

O mirabolante aumento de 1.350% na oferta de postos de trabalho fala por si mesmo, evidentemente. Quem está do lado de lá recebendo a informação do Presidente da República sabe que não é verdade, mas nem precisaria. Com base no mesmo CAGED, veio o desmentido. De quem? Do Governo. O Secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, desmentiu os números apresentados pelo Presidente, em artigo publicado na **Folha de S.Paulo**, de quinta-feira.

Segundo Levy, o aumento na oferta de empregos formais no Governo Lula foi de apenas 50% em comparação com o Governo FHC. Se o Governo FHC ofereceu oito mil empregos formais por mês, 50% de oito mil, são 12 mil, e não longínquos 108 mil, como mentiu o Presidente da República à Nação.

No entanto, nem esses dados são os mais corretos. A pesquisa mensal do emprego do IBGE, divulgada ontem, deixa de lado essas tolas comparações de Lula e Levy. E, com metodologia reconhecida, fornece seu próprio retrato no mercado de trabalho. Nas seis maiores regiões metropolitanas do País, a taxa de desemprego ficou em 9,6% em outubro. O índice não cai há 4 meses, desde junho. Na verdade piorou um pouco, já que era então de 9,4% O resultado de outubro é idêntico ao de dezembro do ano passado. Na comparação com outubro do ano passado, houve queda de 0,9 ponto percentual, a mesma estagnação do mercado na pesquisa Seade/Dieese, divulgada um dia antes, na quarta-feira.

Ainda de acordo com o IBGE, a renda média do trabalhador caiu em 1,4% em outubro, na comparação com setembro. Em relação a outubro do ano passado, há crescimento de 1,8%.

O papelão de ontem do Presidente Lula com o Ministro da Previdência está hoje nos jornais. O jornal **O Globo** traz a fala do Presidente Lula e a fala do Ministro. Apesar de o Presidente Lula ter assumido o compromisso de acabar com as filas nos postos do INSS até abril de 2006 – e o Presidente falou com autoridade: "Estou dando uma ordem, é para acabar com a fila até em 2006" , o Ministro Nelson Machado disse que não há como eliminá-las. Segundo ele, "somente as filas inumanas e anormais vão acabar" – parece até o ex-Ministro Rogério Magri, falando dos "imexíveis". A saia justa ocorreu em entrevista a rádios do Rio de Janeiro e de São Paulo. Lula convidou Machado a participar da entrevista e declarou: "Agora, podemos afirmar que vamos terminar com a fila do INSS". O Ministro, porém, não assumiu compromisso. "Nós vamos melhorar a partir de fevereiro, Presidente. Acabar com a fila de uma vez é muito difícil", afirmou. Depois, o Lula interveio, demonstrando autoridade: "O Nelson está tomando a minha entrevista. Agora, Nelson, você pára por aí, que eu que sou o entrevistado aqui".

Esse é o Presidente da República, neófito em todos os assuntos, não sabe nada de coisa nenhuma. Não consegue produzir uma peça que possa ser reconhecida.

Tem mais. Não sei qual a base do Lula para fazer essa declaração. Isso é que é impressionante. Quem tem acompanhado a CPI dos Bingos, quem tem acompanhado os depoimentos na CPI dos Bingos não pode se conformar com este tipo de declaração. Está aqui hoje, no jornal **O Estado de S. Paulo**: "Lula diz que morte de Celso Daniel foi comum." Baseado em quê? "Presidente criticou a atuação do Ministério Público, a quem pediu mais seriedade." Lula disse que a morte foi comum baseado nas convicções da Polícia Civil de São Paulo. No mesmo jornal, em outra página, vem: "Polícia começa a acreditar em crime político no caso Santo André." É difícil acreditar que o crime não seja político. Como pode ser um crime comum? Foram lá para roubar o Celso Daniel, e o Sombra sai telefo-

nando no celular, o Sérgio Gomes da Silva; como é que pode ser um crime comum? Foram lá para roubar Celso Daniel, e morrem oito testemunhas; como é que pode ser um crime comum? Não fica bem o Presidente da República querer encobrir, dificultar a apuração do assassinato de uma pessoa que dizia ser seu amigo.

Infelizmente, a corrupção no PT pode ter começado lá atrás, quando denunciou o Paulo Venceslau. Mas tem também o odor de assassinatos, o cheiro de sangue, como ocorreu no episódio de Santo André.

Há outra questão da reunião de ontem. Agora eles formaram um comitê, comandado pela Ministra Dilma Rousseff – Lula diz que o Palocci está prestigiadíssimo –, da Junta de Execução Orçamentária, que está avocando para si, ou seja, para a Ministra Dilma Rousseff, os poderes para dizer quanto e quando cada Ministério poderá gastar. Ou seja, o Palocci é imprescindível, é como o Ronaldinho Gaúcho, desde que fique como a rainha da Inglaterra.

Ainda sobre a questão da política econômica, na quarta-feira, saem dois indicadores que vão reacender o fogo amigo contra Palocci. De todas as denúncias contra Palocci, nenhuma delas foi produzida pela Oposição brasileira. Todas foram produzidas pelo PT e pela República de Ribeirão. São as vísceras de Ribeirão Preto que estão exalando o mau cheiro na República brasileira.

Continuando, na próxima quarta-feira, saem dois indicadores que vão reacender o fogo amigo contra Palocci. O IBGE divulga os números do PIB, com queda na produção no terceiro trimestre de 2005. Estima-se que o PIB venha negativo, com 0,5% de queda. O que é isso? O PIB do trimestre pode dar negativo. Isso é recessão, que chegou à economia brasileira para atender aos banqueiros deste País.

Sai também o número do Tesouro sobre o desempenho das contas do Governo. Os dados indicam que o superávit primário continua alto, superior a 5% do PIB, ou seja, o Governo continua economizando muito para pagar juros e gastando pouco nas estradas, na educação, na saúde, na assistência. O espetacular crescimento da economia de que o Presidente Lula tanto falou em 2003 e 2004 não veio e não virá. O crescimento econômico fechará o ano de 2005 abaixo dos 3%, quem sabe só 2,5%, como estimam alguns economistas.

O Brasil está na rabeira do crescimento do PIB. Segundo relatório do Banco Mundial, os países ditos emergentes tiveram um ano de crescimento muito bom; a economia mundial ajudou; os juros americanos ficaram abaixo de 4%; o comércio mundial aumentou. Vamos aqui a alguns dados do crescimento dos principais países emergentes: China, 9%; Índia, 8%; Chile, 6%; Argentina, 8%. E o Brasil? Dois e meio por cento. Só vamos ganhar do México e da Polônia. O desempenho não é espetacular, é ridículo. Culpa dos juros altos, na casa dos 20%, e do superávit primário recorde.

Só tem uma coisa que ofereceu um espetáculo de crescimento no Governo Lula: de 1500 até hoje, desde que Pero Vaz de Caminha escreveu a carta até hoje, nunca se roubou tanto na República brasileira. O crescimento da corrupção, sim. Essa é uma marca incomparável do Governo Lula.

Eu quero fazer daqui até junho do próximo ano o papel de *ombudsman* do PSDB. Eu não entendo o que leva o Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, contrariando todas as pesquisas de opinião pública, a acreditar nisso. Ele é do meu Partido, do PSDB. O Governador Aécio Neves concedeu entrevista ao jornal **O Estado de S. Paulo**. Todos os que entendem de pesquisa no Brasil acham que o Lula se equiparou ao Maluf na roubalheira, porque o verbo "malufar", em determinado momento da política nacional, virou sinônimo de afanar, de roubar. O Governo Lula também tem praticado com grande desenvoltura a corrupção. Agora ele se equipara a Maluf também nos índices de rejeição. Quem tem 47% de rejeição está vetado para ganhar qualquer eleição majoritária. Pois bem, ao comentar os últimos resultados da última pesquisa CNT/Sensus, o Governador de Minas, Aécio Neves, alertou que o Presidente continua sendo um candidato combativo. "Sempre achei e continuo achando que o Presidente Lula está vivíssimo nessa eleição". Mais adiante, Aécio voltou a defender a permanência de Antonio Palocci no Ministério da Fazenda: "Não acho inteligente atirar no Palocci, porque estamos atirando naquilo que nós próprios, o PSDB, propusemos no passado".

O que é isso, Aécio? Eu acredito até que o candidato do PSDB, José Serra, teve um forte apoio do Aécio Neves em Minas Gerais. O PSDB propôs uma política diferente daquela do Malan. Na campanha do Serra, o Partido propôs uma política de geração de emprego. O que mais marcou a campanha do Serra foi a carteira de trabalho, aquela azul. Esta foi a grande proposta do PSDB: uma política econômica voltada para o desenvolvimento do Brasil. O PSDB aprovou em convenção a candidatura do Serra com essa política econômica inteiramente diferente.

Outro detalhe mostra o equívoco do Governador Aécio Neves, de Minas Gerais. Ele disse: "Não acho inteligente atirar no Palocci, porque estamos

atirando naquilo que nós...” Ninguém está atirando no Palocci!

Pessoalmente discordo dessa política econômica, porque a considero o ultraconservadorismo do conservadorismo mundial. Essa política econômica qualquer idiota faz, basta obedecer a Boston e à banca de Washington. Qualquer um faz isso. O Real foi a única moeda no mundo que se valorizou 20% diante do Dólar e 40% diante do Euro. E isso não é verdade; é uma mentira, um truque para engordar o lucro dos banqueiros. O primeiro ponto é essa divergência com a política econômica.

Outro ponto: as críticas que fazemos apenas endossam as revelações e confissões que vieram a público da “República de Ribeirão”. Há muitas coincidências: o Buratti participou com a GTech; confessou que pegava R$50 mil por mês e que havia mensalinho em Ribeirão. No enfrentamento, na CPI dos Bingos, fica claro que o Buratti representava o Palocci, na tentativa de tirar R$6 milhões da GTech, e que o Waldomiro representava o José Dirceu. Isso tudo foi dito em uma CPI aqui no Congresso. Fica claríssimo que o Vladimir Poleto não estava bêbado coisíssima nenhuma quando conversou com o repórter da **Veja**. Poleto falou do dinheiro de Cuba, da contribuição de Angola e da contribuição do bingo, e ele foi secretário do Palocci. Quem viu o depoimento do Poleto sabe que ele é um desqualificado.

Então, quero dizer ao meu amigo Governador Aécio Neves: saia desse pântano enquanto é cedo. Isso é uma areia movediça de “m”, cheira mal. Não podemos ter alguém com a importância do Governador Aécio Neves no Brasil defendendo isso.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Edison Lobão, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como já foi dito aqui, no dia de hoje o País inteiro deve fazer uma reflexão sobre a situação da violência que é cometida diariamente contra as mulheres, no Brasil e no mundo.

Alguns anos atrás, quando era um simples professor da UNB, fui levado a ser candidato pelo Partido dos Trabalhadores ao Governo do Distrito Federal. Durante aqueles meses de campanha, tive de ir a todos os rincões do Distrito Federal, e talvez nada tenha me surpreendido mais, nas conversas, nas tardes com as pessoas, especialmente com as mulheres que ficavam nas casas, do que a maneira como elas manifestavam a violência cometida contra elas, sobretudo de maridos contra esposas, mas também de filhos contra mães, de padrastos contra enteadas, de irmãos mais velhos contra irmãs, enfim, a violência generalizada contra as mulheres. Não posso esquecer que aquela provavelmente tenha sido a maior das lições que recebi, Sr. Presidente, durante os meses de campanha de 1994.

Desde então, tenho me apegado muito ao tema e procurado lutar, dando minha contribuição, como Governador, como Ministro e como Senador, para evitar que o Brasil seja – como tem sido – um dos centros onde a violência contra as mulheres é exercida de forma tão brutal.

Não vou citar todos os exemplos que temos hoje dessa violência constante. Quero apenas dizer que é preciso dar um basta a essa situação da violência contra as mulheres e lembrar também que essa violência não se dá apenas de forma física, psicológica e sexual. Há, sim, uma violência social, uma violência econômica contra as mulheres: a violência da desigualdade nos salários, nas taxas de desemprego, bem maiores entre as mulheres do que entre os homens. Há desigualdade nos salários, bem menores entre as mulheres do que entre os homens, mesmo quando desempenham as mesmas funções.

Quero falar também dessa outra desigualdade invisível, embutida, que há contra as mulheres, que é a desigualdade da pobreza. É claro que a pobreza toca a todos, mas ninguém sofre mais com a falta de atendimento médico para as crianças do que as mães. É claro que os homens sofrem, mas são as mães que estão ali, diretamente ligadas. Quando falta comida nas casas, é evidente que os homens sofrem – até porque, em geral, sobre eles pesa a responsabilidade de trazer o dinheiro para isso –, mas é a mãe que tem de ter a comida, à noite, para que os filhos possam dormir sem a barriga vazia. Quando uma criança está sem escola, é claro que o futuro do Brasil fica ameaçado, é claro que os pais sofrem, mas é a mãe a mais diretamente envolvida no fato de que não há escola para seus filhos.

Mas não é só isso. Quando as crianças estão matriculadas e há greve de professores, são as mães que o sentem mais diretamente, até porque muitas delas nem podem ir ao trabalho, pois têm de ficar com as crianças, ou, mais duro ainda, têm de trancar as crianças em casa para poderem ir trabalhar. É uma

violência contra as mulheres o fato de as mães que são empregadas domésticas deixarem seus filhos em casa para irem cuidar dos filhos das classes médias e altas em troca de salário. Essa é uma violência que às vezes não aparece. Aparece a violência que deixa marcas no rosto, a violência que deixa marcas no coração, do ponto de vista psicológico, mas não aparecem as marcas sociais das mães que sofrem trancando seus filhos em casa ou abandonando-os com pessoas que não estão preparadas para que elas, mães de algumas crianças, trabalhem nas casas cuidando das crianças de outras mães.

A violência da pobreza se dá sobre todos, mas especialmente sobre as mulheres do Brasil.

Ao mesmo tempo, quero deixar claro um outro lado: é uma violência contra o Brasil o fato de as mães, de as mulheres não terem o poder que têm os homens. Vejam o exemplo desta Casa: quantas mulheres nós temos? Quantas mulheres nós temos na Câmara dos Deputados, no Poder Executivo, em altos postos? Isso está tirando do exercício do poder uma sensibilidade que faz falta ao País.

Não quero cometer aqui o pecado de blasfêmia, mas às vezes eu gosto de dizer que, se Deus tivesse o sentimento da mulher, não haveria pobreza no mundo. Algumas mulheres dizem: "Quem garante que Deus não é mulher?" Será que não é machismo essa visão que temos? O fato é que, se governássemos com a sensibilidade feminina, o Brasil teria a solução dos problemas sociais de uma maneira mais rápida.

O homem, quando falta comida em casa, sai para o trabalho; se encontra trabalho, trabalha um mês, recebe o salário e, no caminho para casa, em geral, pára para tomar uma ou outra. Se chegasse em casa um mês depois, já estariam todos mortos. A mãe, quando falta comida em casa, tem de providenciar comida naquela mesma noite, naquele dia. Essa urgência de encontrar uma solução é um sentimento muito mais feminino do que masculino no exercício do poder. O poder vem sendo exercido com um sentimento masculino, sem urgência para resolver os problemas. Falta ao Brasil, no exercício do poder, um sentimento feminino.

Aí vem o exemplo da economia. Da maneira como nós trabalhamos, na nossa lógica, temos visto uma economia que coloca o povo a seu serviço e não uma economia a serviço do povo. Isso tem que ver com a sensibilidade da urgência para resolver os problemas e com a sensibilidade feminina para enfrentar os problemas do Brasil.

Sr. Presidente, deixo aqui marcado o meu discurso com o orgulho que tenho de ter levado adiante, como Governador do Distrito Federal, a execução de programas que me foram pedidos durante as conversas que tive com as mulheres eleitoras brasilienses durante a campanha: programas como a licença ampliada para a mulher, que nós criamos, permitindo que mães ficassem com seus filhos em vez de terem de ir cuidar dos filhos dos outros; como o Bolsa-Escola, que iniciou no Brasil a idéia de que a transferência de renda deve ser feita do Estado para a mão das mães e não dos pais. Como eu me lembro do sorriso de muitas mulheres ao receberem um salário mínimo do Bolsa-Escola para cuidar dos seus próprios filhos, em vez de irem ganhar às vezes menos de um salário mínimo para cuidar dos filhos dos outros.

Lembro aqui que fomos nós que fizemos o Programa Saúde em Casa, que atendia a todos, obviamente velhos, crianças e homens, mas eram as mães as mais atendidas, não apenas por elas, mas pela relação com seus filhos e até mesmo com seus maridos.

Quero lembrar aqui a atuação das mulheres no Orçamento Participativo, de uma forma muito mais intensa que os homens; a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, a casa para onde levávamos as mulheres vítimas de violência a fim de protegê-las.

Assim, de 1994 a 1998, mostramos como é possível fazer um Governo sensível aos problemas do povo – à semelhança das mulheres – e sensível aos problemas das mulheres vítimas da violência.

Deixo marcado neste discurso, Sr. Presidente, a minha contribuição como homem para que a luta contra a violência às mulheres não seja monopólio apenas das próprias mulheres. Enquanto somente elas lutarem contra a violência de que são vítimas, creio que temos menos oportunidade de resolver os problemas.

Vou abordar um outro ponto, Sr. Presidente, maculando um pouco este tema tão importante, misturando-o com outro, mas o faço pela urgência, pela oportunidade, pelos discursos que ouvimos aqui hoje em relação ao choque entre os Poderes constituídos que vive, hoje, a República brasileira. Não tem havido harmonia entre os três Poderes! Falta harmonia entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

O Legislativo tem sido, de certa maneira, a Casa mais sacrificada do ponto de vista das relações entre os Poderes. É aqui que recebemos quase diariamente medidas provisórias que são enfiadas goela abaixo de Parlamentares como nós, eleitos pelo povo, votadas aqui com mínimas mudanças. Nós precisamos parar com a maneira arbitrária, ditatorial com que o Poder

Executivo se sobrepõe ao Poder Legislativo, por meio das medidas provisórias.

Mas não é só isso. A relação do Executivo com o Poder Legislativo não está sendo harmônica. Há uma submissão, nos últimos meses, do Poder Legislativo em relação ao Poder Judiciário. O Supremo Tribunal tem interferido de forma não harmônica, não havendo uma simples defesa da Constituição em muitos dos gestos do Poder Judiciário em relação ao Poder Legislativo.

Não cito o último fato desta semana porque não quero aqui arbitrar sobre o caso da cassação de um Deputado contra o qual tive muitas peleias durante o tempo em que ele era o "Primeiro-Ministro" – talvez eu tenha sido o primeiro a chamá-lo assim naquela época.

Não quero também falar do caso do Senador Capiberibe, que recebeu um tratamento do Poder Judiciário diferente do que o Deputado José Dirceu está recebendo.

Não quero falar no caso do Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, que recebeu um tratamento diferenciado também. Eu não quero falar de casos especiais. Quero falar da responsabilidade que nós temos, Senadora Heloísa Helena, Senador Presidente, diante do momento em que vivemos.

Daqui há dez, vinte, trinta, cinqüenta anos, vão falar de nós, vão falar desta legislatura, que percebemos foi uma legislatura acovardada. O ex-Presidente Ramez Tebet falou aqui sobre a necessidade de serenidade e eu fiz questão de dizer que serenidade, no dicionário, é diferente de covardia.

E eu proponho não uma sublevação contra o Poder Judiciário, mas o convite ao Poder Judiciário para que discutamos como retomar a harmonia. Eu proponho, Sr. Presidente – e peço que leve ao Presidente desta Casa –, a idéia de um movimento nacional pela harmonia entre os três Poderes.

Ao mesmo tempo em que presto minha homenagem às mulheres, manifesto também a minha convicção da nossa responsabilidade para construir a harmonia entre os três Poderes, hoje uma harmonia ameaçada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Esta Presidência vai pedir as notas taquigráficas e encaminhar ao Presidente o apelo feito por V. Exª.

Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P–SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, claro que nunca nos falta assunto, pelo menos para quem cumpre suas obrigações constitucionais aqui no Congresso Nacional, que vai desde o balcão de negócios sujos instalado pelo Palácio do Planalto aqui no Congresso Nacional à pusilanimidade e promiscuidade nas relações Palácio do Planalto/Congresso Nacional/setores do Poder Judiciário. Tudo isso é sempre motivo de muitas falas, especialmente para os Parlamentares que não estão acometidos da síndrome da preguicite aguda ou de outros adjetivos que não valem a pena ser comentados aqui. São aqueles que, em véspera de feriado, pós-feriado, segundas e sextas-feiras, nem pisam aqui. A confiança na impunidade é tanta!

Vemos muita pose, como é o Congresso Nacional. O mundo da política é assim: ilustres excelências, vestuário sofisticado, o cinismo e a dissimulação vergonhosos e desprezíveis.

É por isso, Senador Cristovam Buarque, Senador Mozarildo Cavalcanti, que o povo brasileiro odeia político. Faz a generalização perversa, porque vai vendo coisas como estas: o cinismo; a dissimulação; gangues partidárias que posam nos meios de comunicação; ilustres e delinqüentes excelências que se apresentam como donos da moralidade pública e por aí vai, e o povo brasileiro odiando a já combalida democracia representativa.

Quanto à execução orçamentária, nós passamos muitos dias, praticamente vinte dias – alguns Parlamentares como V. Exª, Senador Cristovam Buarque, a Senadora Patrícia Sabóia Gomes, eu e vários outros Senadores – sempre falando da saúde, da educação, da assistência social, da segurança pública. Falaram também o Senador Osmar Dias, o Senador Ramez Tebet e vários outros Senadores sobre tudo isso que está diretamente vinculado à vida das pessoas. E não acontece absolutamente nada. Então, se para nós, que estamos aqui não por uma porcaria de ato heróico pessoal, mas por cumprir as nossas obrigações constitucionais, já é difícil, imaginem o que é que isso significa na mente e no coração de milhares de pessoas espalhadas pelo Brasil!

Mas eu não poderia deixar de fazer uma homenagem. Já falei sobre isso rapidamente, esta semana, mas quando o fato acontece, a mecânica da vida vai fazendo com que as pessoas esqueçam determinados fatos, como foi com a radicalidade do ato cometido por Franselmo, ambientalista de Mato Grosso do Sul que ateou fogo ao próprio corpo.

Vejam como está a situação ambiental no Brasil. Apesar de termos uma das mais belas, honestas e importantes personalidades do meio ambiente à frente do Ministério do Meio Ambiente, que é a Ministra

Marina Silva, a situação do meio ambiente é extremamente grave. Para introduzir o debate sobre a transposição do rio São Francisco, um bispo teve de fazer greve de fome. Para discutir uma questão gravíssima como a implantação de usinas de álcool e de açúcar no Pantanal, um ambientalista, o Franselmo, ateou fogo ao próprio corpo e acabou morrendo.

Muitas pessoas não entendem tais atos. É claro que gostaríamos muito que Franselmo estivesse com a maravilhosa esposa dele, a Iracema, alimentando-se da comida feita por Maria em sua casa, com os netos, para os quais ele deixou as mais belas lições de generosidade, de calma e de serenidade e os mais belos exemplos com a própria vida. Ele não está mais entre nós, mas certamente está com os guerreiros do exército celestial, ajudando-nos com as batalhas que temos de travar aqui. Muitas pessoas condenam a radicalidade dos atos porque os associam aos chamados "temperos da civilidade", como moderação e prudência, que no mundo da política estão diretamente vinculados ao cinismo e à dissimulação, e nada têm de tempero de civilidade.

Quando um gesto de coragem, de radicalidade ocorre, as pessoas o condenam com veemência. Por exemplo, os atos praticados por budistas que ateavam fogo ao próprio corpo ou o ato de radicalidade como o de Jesus. O ato de Jesus foi de extrema radicalidade política. Atualmente, é louvado como dedicação de amor à humanidade. Na época, foi visto como um ato de radicalidade política. Não é à toa que o próprio Jesus se angustiou e teve medo do que estava prestes a enfrentar. Com mais de trinta anos de histórica paciência, o Filho de Deus na Terra, no momento em que estava no Monte das Oliveiras, suou sangue de desespero e medo pelo que poderia Lhe acontecer. Não é à toa que, quando já estava na cruz para ser crucificado, gritou: "**Eloí, Eloí, lamá sabactâni**?", que quer dizer "Deus meu, Deus meu, por que me abandonaste?", e pediu que Deus afastasse Dele aquele cálice. Além de outros atos. Se Jesus estivesse aqui, ave Maria, seriam tantas as chicotadas em Senadores e Deputados delinqüentes! Seria uma coisa terrível! Portanto, houve um gesto de radicalidade e de enfrentamento a uma estrutura poderosa: como quando entrou no templo, diante daqueles que representavam o poderio religioso, político e econômico; quando se viu diante da traição, não apenas de Judas. Sempre disse que entre Judas e Pilatos, Judas foi menos traidor que Pilatos, porque Judas traiu por dinheiro. No momento em que viu a angústia e o desespero de Jesus, devolveu o dinheiro e se suicidou. Pilatos não. Entregou Jesus à morte pelo poder, o que é pior. Quando viu o povo ludibriado pelos sacerdotes, que correspondiam ao poder, e que poderia perder o cargo que detinha, entregou Jesus, que acabou sendo assassinado.

Franselmo cometeu aquele ato de radicalidade para chamar a atenção para o Pantanal. Ontem, nosso querido Deputado Fernando Gabeira promoveu uma audiência pública a respeito do tema. A Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul adotou uma posição importante ao negar a constitucionalidade do projeto. O Governador Zeca do PT diz que vai fazer qualquer coisa para viabilizar o projeto. É importante deixar claro que o gesto de amor de Franselmo, representado pela radicalidade política que o levou à morte, está inspirado em uma verdadeira declaração de amor ao meio ambiente, ao Pantanal e ao Mato Grosso do Sul.

Senador Cristovam Buarque, todos os argumentos técnicos apresentados são inimagináveis, porque Franselmo e todas as entidades ambientalistas que lá trabalham pela defesa do desenvolvimento econômico sustentável, pela inclusão social e pela geração de postos de trabalho não eram contra a instalação de usinas de açúcar e de álcool, porque muitas já estão instaladas no Pantanal. Ele era inclusive defensor do Proálcool, desde que viessem as cláusulas sociais e a produção de uma energia renovável, extremamente importante.

O problema é o significado disso no Pantanal. É algo extremamente grave. Todos os documentos apresentados apontavam a possibilidade concreta, já que o Mato Grosso do Sul possui duas bacias hídricas – a bacia do rio Paraguai e a do rio Paraná, com características e peculiaridades até no processo de autodepuração dos rios –, de que a usina não fosse instalada na bacia do rio Paraguai, justamente onde está localizado o Pantanal, tão cantado em verso e prosa, como tudo o que é reverenciado pelo meio ambiente, mas tão abandonado pelas autoridades governamentais.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – V. Exª me permite um aparte, Senadora Heloísa Helena?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque a fim de que eu possa concluir, Sr. Presidente.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senadora Heloísa Helena, eu gostaria de chamar a atenção, pois há uma coerência importante em seu discurso. V. Exª começou falando da crise dos políticos e das políticas deste País. Agora fala do auto-sacrifício do ecologista Franselmo. As duas coisas se casam. Quando soube de sua morte, a sensação que tive foi de

fracasso meu, como Senador, porque se o Parlamento preenchesse as suas funções, não seria necessário bispo fazer greve de fome nem ecologista sacrificar a própria vida. O vazio que estamos gerando no funcionamento do Parlamento sinceramente é o que me mais angustia. Ontem, ouvi discursos de Senadores, como Pedro Simon, dizendo que pensa se deve ou não ser candidato. Há pouco, o Senador Antero Paes de Barros dizia o mesmo, assim com o Senador Jefferson Péres. Quando pessoas como essas começam a pensar em deixar a vida pública? É o momento de refletirmos se não é suicídio o que estão cometendo, um auto-sacrifício por desilusão. Talvez a única forma de protestarem seja não serem candidatos. Foi o que senti em relação ao Senador Pedro Simon ontem. Quando isso ocorre é porque chegamos a um ponto em que a democracia está falindo e, a partir daí, surge a possibilidade de qualquer coisa. Parabéns a V. Exª, como sempre, pela coerência. O discurso de V. Exª aborda dois assuntos que se completam: o vazio da política no Parlamento e a necessidade de sacrifícios de pessoas como Franselmo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço o aparte de V. Exª. Espero que as pessoas que V. Exª citou – o nosso Pedro Simon, o nosso Jefferson Péres e o Senador Antero Paes de Barros – todos elas continuem se candidatando. Digo sempre lá em casa que sei exatamente o que sofro por estar aqui. Em meu Estado, nem se fala! Sei exatamente qual é o sofrimento por que passa quem tem vergonha na cara e quem tem amor no coração, no mundo da política.

Só há duas coisas que me motivam, embora eu não queira que meus filhos sofram no mundo da política, porque já basta um sofrendo em casa: que as mulheres e os homens de bem venham para a política, senão a canalha tomará conta do Brasil. Isso é essencial. Há duas coisas que vou dizer aos dois para motivá-los. Só duas coisas fazem com que continuemos cumprindo a nossa obrigação. Eu digo sempre que, se um dia me enfartar na política, por favor, que um político não faça discurso em minha cova. Já disse isso aqui. Meu irmão já sabe que eles não podem nem entrar. Eles são capazes de nos provocar um enfarte e ainda fazer discurso em nossa cova. Se isso ocorrer, levanto do caixão em estado de rigidez cadavérica, mas não deixo ninguém fazer discurso na minha cova.

Duas coisas devem impulsionar as mulheres e os homens de bem e de paz que querem continuar ensinando aos seus filhos e às pessoas que desejam fazer desse Brasil maravilhoso uma pátria soberana, ética, igualitária e fraterna, em que é proibido roubar. Alguns de nós estão aqui dizendo o mesmo que milhares de outras pessoas, se estivessem em nosso lugar, diriam. Devem nos impulsionar a luta de milhares de pessoas espalhadas pelo Brasil de forma anônima, tão maior do que a nossa que não temos sequer a autoridade de desistir de continuar lutando. Outra coisa: não devemos dar o gostinho especial de tirar do mundo da política as pessoas de bem e de paz, porque, senão, a gentalha das gangues partidárias, do banditismo político vai efetivamente tomar conta de tudo neste nosso Brasil.

Para terminar, Senador Mozarildo Cavalcanti, quero ler uma passagem muito interessante produzida por várias entidades ambientalistas de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Da elaboração participou o engenheiro químico Plínio de Sá Moreira. Fizeram dois trechos falando dos rios de forma poética até o momento da autodepuração dos rios. Por isso, o Franselmo e outras entidades ambientalistas até aceitavam que essas usinas fossem implantadas na bacia do rio Paraná, mesmo garantindo todo o cuidado que tem de ser feito em relação a essa bacia, e não em relação à bacia do rio Paraguai e do Pantanal. E ele dizia assim: "Tem rio da bacia do Paraná que chega a *cantar*". Quem gosta de apreciar a natureza vê isto com muita clareza: são os rios que cantam e sãos os rios da calmaria, os quais chamamos de espelho d'água, inclusive os lá da cidade em que nasci, a velha Jaciobá, hoje Pão de Açúcar. Então, ele dizia assim:

> Tem rio da bacia do Paraná que chega a *cantar*. É uma forma poética de se referir ao som produzido pelo escoamento turbulento, que caracteriza alta capacidade de autodepuração. Já os rios da bacia do Paraguai têm a superfície de *espelho*. Outra linguagem poética que caracteriza os escoamentos lentos, suaves, de menor capacidade de autodepuração.

É aquilo que todos nós, que de alguma forma acompanhamos, sabemos: a matéria orgânica, ao ser lançada em um corpo d'água, em um rio ou em uma lagoa, consome parte do oxigênio dissolvido, que torna o ambiente adequado para a sobrevivência das espécies vivas, aquáticas.

Portanto, a grande preocupação dele e das entidades ambientalistas é em relação especialmente ao vinhoto. E eles desmoralizam, por todos os argumentos técnicos, o Governador do Mato Grosso do Sul. Tive oportunidade, quando estive lá, fazendo

uma visita inclusive à Iracema, de analisar todo o material técnico produzido pelo Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, para não ser irresponsável tecnicamente, e observei a grande farsa técnica e a fraude política infelizmente montadas pelo Governo do Mato Grosso do Sul e que acabaram levando a essa situação extremamente sofrida e dramática do Franselmo e de toda a sua família.

Assim sendo, de forma muito especial, quero homenagear a Iracema, essa mulher maravilhosa, esposa do Franselmo, que com ele compartilhou momentos de beleza inimaginável, de convivência familiar, de forma absolutamente solidária, serena, maravilhosa. Ao homenagear o Franselmo, quero homenagear todas as entidades ambientalistas e, de forma muito especial, essa grande mulher, Iracema, esposa do Franselmo, que hoje continua a luta, que foi tão bonita. Mesmo que quiséssemos hoje estar aqui com ele, vivo, brilhante, sereno, maravilhoso como era, que este momento de dor e de sofrimento que vivem tanto a sua esposa quanto todos os ambientalistas do País possa significar para todos nós mais capacidade de luta e trabalho. Que o Franselmo possa renascer em nossos corações, em nossas mentes, em nossa luta cotidiana, lutando pelo desenvolvimento econômico sustentável, pela inclusão social, sem a irresponsabilidade fiscal, social, ambiental, administrativa que, infelizmente, tem sido a marca do atual Governo, reproduzindo o Governo anterior.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência lembra ao Plenário que a primeira hora da sessão não deliberativa da próxima segunda-feira, dia 28, será dedicada a comemorar os 33 anos da Associação dos Juízes Federais do Brasil-Ajufe, de acordo com o Requerimento nº 1.237, de 2005, do Senador Demóstenes Torres e de outros Srs. Senadores.

Esclarece ainda que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Octávio, que falará pela Liderança do PFL.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Srªs e Srs. Senadores, estive há pouco num evento organizado pelo Movimento Brasil Competitivo, que tem como sócio-presidente fundador Jorge Gerdau Johannpeter. Nesse evento, foi discutido, com muito entusiasmo, por mais de quase mil professores da rede pública e privada de Brasília, o tema educação do futuro.

Então, quero aqui deixar registrado que fiquei muito contente com o que lá ouvi. Esse despertar da educação é importante para o nosso País, é a competitividade dos nossos jovens, das nossas crianças. Entendo que isso é muito importante para os professores que estão participando, neste exato momento e durante todo o dia, desse evento do Brasil Competitivo.

Também hoje pela manhã, tive oportunidade de presenciar o lançamento da pedra fundamental do edifício do Ministério Público do Trabalho, cujas obras de sua sede em Brasília serão iniciadas. Foi um trabalho da Bancada do Distrito Federal, que defendeu a instalação do Ministério Público do Trabalho em Brasília, em consenso. Apresentamos emendas no ano passado e tivemos hoje a alegria, Senador Mozarildo, de ver o lançamento da pedra fundamental do Ministério Público do Trabalho aqui, na Capital de todos os brasileiros.

Exatamente sobre o Orçamento, trago um pronunciamento, um pensamento, tendo em vista as dificuldades que todos nós, Parlamentares, vivemos no dia-a-dia da construção do Orçamento, que nos toma tanto tempo, tanta dedicação e, muitas vezes, frustra-nos, porque a maioria das emendas que são votadas, coletivas e individuais, não são liberadas. Justamente por isso, essa matéria é de relevância, pois trata de uma questão vital para o Congresso Nacional, especialmente no que concerne ao poder de questionar e de reformular políticas do Governo, assumindo sua condição de porta-voz da sociedade.

Refiro-me à Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, de autoria do ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães, que traz decisivas modificações ao processo de aprovação e cumprimento do Orçamento da União. Nesses breves momentos, procurarei expressar os motivos para o meu total apoio a essa iniciativa, que não se restringe a uma simples melhoria de procedimentos, mas, principalmente, dedica-se a resgatar o equilíbrio de forças entre os Poderes Legislativo e Executivo.

A função de trabalhar pela aprovação de um orçamento factível deve ser resgatada pelo Congresso Nacional, pois nela reside a razão histórica do surgimento dos parlamentos modernos.

A preponderância do Poder Executivo sobre a formulação e a execução do Orçamento e o poder de contingenciar despesas de forma unilateral e pouco transparente revelam a necessidade de um disciplinamento legal que torne obrigatória e efetiva a execução de projetos e atividades.

A fase da execução orçamentária, como está configurada, permite o abuso pelo Poder Executivo,

que vem se utilizando dessa etapa para exercer seu poder e controle sobre sua base parlamentar, recusando seletivamente despesas já autorizadas, com base em critérios supostamente impessoais de controle dos gastos públicos, disfarçando tal procedimento com o discurso da austeridade.

Para o eleitor, a excessiva autonomia do Governo na implementação de gastos tende a enfraquecer a crença de que as propostas políticas serão cumpridas, confirmando, assim, a expectativa da falta de uma efetiva atuação das instâncias representativas. Isso acarreta a completa desmoralização do Poder Legislativo perante o eleitorado.

Como se pode observar, o Orçamento, que é tão-somente autorizativo, fica amplamente desfigurado pelos mecanismos do contingenciamento, este, sim, impositivo!

Sr. Presidente, é por tudo isso que ressalto a importância da PEC nº 22, proposta que representa um passo decisivo para mudar a perspectiva atual da relação entre Legislativo e Executivo, reequilibrando as relações de poder e proporcionando um salto qualitativo na administração do Orçamento Federal.

Além de transformar a execução orçamentária em obrigatória, a PEC traz ainda várias outras inovações, entre as quais gostaria de destacar algumas.

Ao impedir que o Governo preveja, na sua proposta orçamentária, receitas que ainda dependem de leis que não foram aprovadas pelo Congresso, como as freqüentes alterações de impostos e contribuições, a PEC contribui para eliminar o caráter fictício que ainda hoje permanece no Congresso.

Outra importante contribuição é a obrigação de dar prioridade às obras em andamento. Afinal, obras inacabadas são retratos do desperdício e representam completo desrespeito ao eleitor, pois frustram suas expectativas, alimentadas na eterna esperança de que o Estado funcione a contento.

O encerramento da sessão legislativa vinculado à votação do projeto de lei do Orçamento é outra medida salutar, pois eleva esse tema ao patamar que realmente lhe cabe dentro dos trabalhos legislativos.

Inspirada em várias experiências internacionais, como por exemplo a norte-americana, a PEC introduz dispositivo estabelecendo que o contingenciamento de qualquer dotação orçamentária deve ser justificado e apreciado pelo Congresso Nacional. Essa medida, sem dúvida, colocará o Brasil no seleto grupo de países que respeitam o autêntico papel exercido pelo Poder Legislativo.

Pode-se verificar, assim, que a PEC confere maior responsabilidade aos dois Poderes e menores constrangimentos aos cidadãos brasileiros. Como já afirmou nesta tribuna o nobre Senador Rodolpho Tourinho, é uma proposta "moderada e equilibrada", pois, ao contrário do que pregam os críticos, não imobiliza as ações do Governo.

O Poder Executivo, portanto, terá, por meio de um mecanismo mais transparente, a possibilidade de adequar o Orçamento já aprovado pelo Legislativo, pois o texto da PEC levou em consideração o fato de que problemas de informação e mecanismos de deliberação podem e devem levar a reformulações, desde que explicitadas e justificadas publicamente, sem, no entanto, abandonar o valor de sua legitimidade.

Srªs e Srs. Senadores, convido-os a mobilizar forças e consagrar essa preciosa oportunidade que agora temos de limitar os aspectos arbitrários da execução orçamentária por parte do Executivo, com vistas a restabelecer a credibilidade e a legitimidade das instituições públicas de nosso País, objetivo esse que merece nossa incessante dedicação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, e agradeço a V. Exª pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Sra. Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores João Batista Motta, Leonel Pavan, Arthur Virgílio, Papaléo Paes, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Teotonio Vilela Filho, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Reginaldo Duarte e Juvêncio da Fonseca enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para registrar a matéria intitulada "O Cade na berlinda", publicada na revista **Exame** em sua edição de 23 de novembro do corrente.

A matéria mostra o descaso do atual governo com a instituição. A demora do governo Lula para indicar novos representantes no Conselho inviabilizou qualquer reunião no plenário do órgão durante o mês de outubro.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O CADE NA BERLINDA

Com estrutura precária, o órgão de defesa da concorrência está à deriva

Gustavo Paul

A AUTORIDADE MÁXIMA PARA A CONcorrência empresarial no Brasil, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) vive atualmente um dos momentos mais incertos de seus 11 anos de vida. Após julgar ao longo de 2005 casos polêmicos envolvendo empresas de grande porte, como CSN, Gerdau e Embratel, o Cade, em teoria um dos pilares de uma economia de mercado, na prática se vê abandonado à própria sorte. O retrato mais cabal dessa situação se viu no mês de outubro, quando o plenário do órgão nem sequer pôde se reunir. Por regulamento, só pode haver sessões com a presença de cinco dos sete conselheiros que compõem o órgão — mas, como o governo não indicou novos representantes, três cadeiras deixaram de ser preenchidas, o que na prática implicou a paralisação dos trabalhos. Com a aprovação do nome de Luis Fernando Schuartz pelo Senado, em 9 de novembro, o Cade pelo menos poderá voltar aos julgamentos, apesar das duas cadeiras que permanecerão vazias — mas o episódio serviu para evidenciar o descaso do governo com a instituição. "É uma situação delicada, pois os empresários cada vez mais precisam do Cade para tocar os negócios", diz Pedro Dutra, advogado especializado em defesa da concorrência.

Os problemas tendem a se agravar a partir de janeiro. A direção do Cade está se despedindo de 30 técnicos, entre economistas e advogados, que terão de limpar as gavetas até 31 de dezembro, pois termina seu contrato temporário. Uma nova leva de funcionários recém-concursados — com treinamento básico sobre defesa da concorrência, mas sem memória do que se julgou nos últimos anos — só deverá assumir em março. Até lá, os novos diretores, também sem experiência, não terão auxiliares a quem recorrer e os trabalhos serão mais lentos. "Em alguns meses acredito que eles pegam o espírito do setor", diz Elizabeth Farina, presidente do Cade. Diante do prenúncio de um período incerto sem julgamentos, Farina fez um esforço concentrado na última sessão com quórum, em 13 de outubro, e analisou 63 processos. Casos importantes devem entrar em pauta nos próximos meses, como a fusão das empresas de televisão por assinatura Sky e DirecTV e pelo menos 15 inquéritos de cartéis.

Sala de controle da Sky (*acima*): espera

A principal incerteza que assombra o Cade e as empresas que dependem dele é regulatória. Criada há dez anos, a lei antitruste precisa ser aprimorada, principalmente depois que casos como a compra da Garoto pela Nestlé e a decisão sobre a aquisição de mineradoras pela Companhia Vale do Rio Doce demoraram anos para ser concluídos. Em outubro, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico divulgou um estudo sobre a situação dos órgãos antitruste no Brasil — além do Cade, foram avaliadas a Secretaria de Direito Econômico (SDE) e a Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae). A conclusão é que a estrutura institucional é "pouco eficiente" e a equipe "não é suficiente em tamanho nem remunerada adequadamente". É praticamente o mesmo retrato que o sistema fez de si mesmo num documento oficial elaborado pelos três órgãos.

Um projeto de lei para modernizar o sistema está desde setembro no Congresso, mas nem sequer começou a tramitar. O texto muda a estrutura dos três órgãos para acelerar a apreciação dos processos. A alteração mais relevante é a que determina que

as análises serão feitas antes de o negócio ser concretizado — o contrário do que ocorre hoje. A compra da Garoto pela Nestlé, por exemplo, só seria efetivada depois do sinal verde dos conselheiros, o que teoricamente impediria a polêmica e os prejuízos

Bra[illegible]ó Seguros e Previdência
Conte com a nossa ajuda
para ampliar os benefícios
dos seus funcionários.

O Bradesco Saúde Empresarial, o Bradesco Saúde Dental, os Seguros de Vida e os Planos de Previdência Empresariais Bradesco são produtos que proporcionam a sua empresa segurança para oferecer a seus funcionários a tranqüilidade necessária para que possam produzir melhor. Com coberturas e planos adequados às necessidades de seus funcionários, adaptados ao porte e à atividade da sua empresa, equipes treinadas para dar orientação na hora da contratação, preços competitivos e relatórios de gestão para gerenciamento, os produtos da Bradesco Seguros e Previdência são a sua melhor opção na hora de ampliar os benefícios oferecidos pela sua empresa. Vale com seu corretor ou procure uma Agência Bradesco.

DECISÃO LENTA

Alguns negócios que estão na agenda do Cade

- Fusão das operadoras de televisão por assinatura Sky e DirecTV
- Compra do controle da Acesita pelo grupo siderúrgico Arcelor
- Aquisição da mineração Onça Puma pela Vale
- Compra da Philco pela Gradiente
- Compra da Ripasa pela Votorantim Celulose e Suzano

da decisão do Cade, mandando desfazer o negócio dois anos após efetivado. Para tornar o sistema mais enxuto e capaz de fazer a análise prévia, propõe-se a extinção da SDE — que, na prática, passaria a ser um órgão do Cade. O mandato dos conselheiros dobraria para quatro anos. A Seae continuaria ligada ao Ministério da Fazenda, mas passaria a analisar eventuais condutas anticoncorrenciais na economia.

Por ora, foram adotadas mudanças paliativas que facilitam o trâmite dos processos. "Estamos fazendo o possível para contornar os problemas", diz Daniel Goldberg, secretário de Direito Econômico. Um acordo com o secretário de Acompanhamento Econômico, Hélcio Tokeshi, eliminou a superposição de ações. A SDE parou de fazer análise de fusões e aquisições, delegada a Tokeshi. E o combate a cartéis deixou de ser feito pela Seae, ficando para a equipe de Goldberg. A interação política e pessoal entre os dirigentes é inédita — eles se encontram duas vezes por mês para almoçar e discutir os assuntos do sistema. "Mas o que falta é um avanço institucional", diz Gesner Oliveira, ex-presidente do Cade. "Uma lei é algo definitivo, pois independe das pessoas nos cargos de direção." ■

No Portal EXAME, conheça a estrutura de órgãos antitruste em outros países

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado "Os imbecis, de novo", de autoria do jornalista André Petry, publicado na revista **Veja** de 16 de novembro do corrente.

O jornalista trata dos comentários de Lula e de dirigentes petistas sobre a possível utilização de recursos vindos de Cuba para a campanha presidencial de 2002. Segundo o jornalista, Lula e dirigentes petistas "tomaram a todos nós como imbecis. Estão pegando gosto. O que virá na próxima semana?"

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento e, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

"Os imbecis, de novo"; Veja.

ANDRÉ PETRY

Os imbecis, de novo

O presidente Lula disse que não acredita que Cuba tenha mandado dinheiro para sua campanha. Na entrevista ao programa *Roda Viva*, Lula não disse que Cuba não mandou dinheiro. Disse que não acredita. E por quê? Porque Cuba vive na pobreza. As palavras do presidente: "Eu não posso acreditar, não tem como acreditar porque eu conheço o miserê que Cuba está vivendo, a pobreza que Cuba está vivendo". Um pouco mais adiante, Lula repetiu-se: "Posso dizer, de coração, que eu não posso acreditar que Cuba tenha dinheiro para dar para o PT ou para qualquer outro partido político no planeta Terra, hoje". Ou seja: Cuba não mandou dólares para a campanha de Lula porque é um país pobre.

Tenho de dizer, de coração, que não esperava explicação assim tão, como diria a ministra Rousseff, rudimentar.

A denúncia publicada por VEJA informou que o comitê eleitoral de Lula recebeu 1,4 milhão de dólares (segundo Vladimir Poleto, antes de atribuir a cifra à "cachacinha") ou 3 milhões de dólares (segundo Rogério Buratti). A denúncia está na praça há mais de duas semanas. Nesse tempo, Lula só encontrou essa explicação: a de que Cuba não pode ter dado esse dinheiro todo ao PT porque é pobre.

Cuba é mesmo um país pobre, com renda per capita de 3 000 dólares. O PIB de Cuba é de 34 bilhões de dólares. É pouco, muito pouco. Mas a quantia de 3 milhões de dólares é uma insignificância mesmo para um país pobre como Cuba. Corresponde a 0,009% do PIB cubano. É muito pouco. Dizer que Cuba não teria como dispor de 0,009% de seu PIB é uma estupidez semelhante à de imaginar que o Brasil, sendo um país subdesenvolvido e desigual, também não pode dispor de 0,009% do PIB — o que dá 53 milhões de dólares. (Lula, mesmo sabendo do nosso miserê, perdoou a dívida da Bolívia com o Brasil. Só aí rifou 48 milhões de dólares.)

"A quantia de 3 milhões de dólares é insignificante mesmo para um país pobre como Cuba. Corresponde a 0,009% do PIB cubano. É pouco, muito pouco"

Examinemos por outro ângulo: o PT, o próprio PT, doou 6,9 milhões de reais à campanha de Lula, o que corresponde hoje a cerca de 3 milhões de dólares. É dinheiro que foi recolhido nos diretórios nacional e estaduais. Tudo pelo caixa oficial do partido, já que são números apresentados à Justiça Eleitoral. Traduzindo: vendendo camiseta e broche, socorrendo-se do fundo partidário e sem dar uma única facada no caixa dois, o PT conseguiu 6,9 milhões de reais para dar à campanha de Lula — mas Cuba, de tão pobre, não tem 3 milhões de dólares!

Nada disso significa que o governo de Cuba ou que o partido de Cuba tenha mandado dinheiro para Lula. Não se sabe, nem quem denunciou sabe, se o dinheiro que foi parar nas mãos do "nosso Delúbio", como diz o presidente, *era de* Cuba ou *estava em* Cuba. O certo é que atribuir inverossimilhança à história por causa da miséria cubana é uma forma de chamar a platéia de imbecil. De novo. De novo porque, na semana anterior, dirigentes petistas disseram que o PT não poderia ter recebido dinheiro do exterior porque isso é proibido e a contabilidade do partido é transparente... Tomaram a todos nós como imbecis. Agora, Lula repetiu a dose. Estão pegando gosto. O que virá na próxima semana?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada "Verba de Lula para MST supera o que FHC deu em oito anos", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 22 de novembro do corrente.

Segundo a matéria, que trata do relatório final da CPMI da Terra, "desde que chegou ao poder, há menos de três anos, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva já repassou mais dinheiro para as instituições ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST) do que seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, ao longo de oito anos".

Ainda segundo a matéria, o Senador Alvaro Dias, Presidente da CPMI, "quer incluir no texto a recomendação para que as instituições públicas exijam do MST a devolução de R$18 milhões – que teriam sido desviados das finalidades originais previstas nos convênios com o governo".

Para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro, Sr. Presidente, que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A12 NACIONAL
TERÇA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 2005 • O ESTADO DE S.PAULO

Verba de Lula para MST supera o que FHC deu em 8 anos

De janeiro de 2003 a outubro deste ano, repasse foi de R$ 26 mi; nas duas gestões de Fernando Henrique, somaram R$ 15 milhões

TERRAS

Roldão Arruda

Desde que chegou ao poder, há menos de 3 anos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já repassou mais dinheiro para as instituições ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST) do que seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, ao longo de 8 anos. De janeiro de 2003 a outubro deste ano, o total dos *repasses de recursos* para as instituições chegou a R$ 26 milhões. Durante as duas gestões de Fernando Henrique, somaram R$ 15 milhões.

Uma vez que o MST não tem *face legal, o dinheiro é repassado* por meio de convênios às principais entidades ligadas ao movimento – a Associação Nacional de Cooperativas Agrícolas (Anca), a Confederação das *Cooperativas de Reforma Agrária* (Concrab) e o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa (Iterra). Chega a 14 o número de órgãos governamentais que mantêm convênios com o MST.

Tais informações estão contidas no relatório final da CPI da Terra, apresentado ontem pelo deputado João Alfredo (PSOL-CE). O texto – um calhamaço de 774 páginas, com análises que remetem às sesmarias – deve ser discutido hoje no plenário da comissão.

JUSTIFICATIVA

Ao contrário do que desejavam parlamentares ligados aos ruralistas, o relator não enfatiza a questão das irregularidades que teriam sido encontradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) na administração dos convênios. Segundo João Alfredo, o relatório do tribunal é preliminar e não justifica medidas contra os sem-terra.

Ele também lembra que, enquanto as entidades do MST receberam R$ 41,7 milhões entre 1995 e 2005, as cinco principais entidades de âmbito nacional que representam os ruralistas receberam R$ 1 bilhão – no mesmo período de dez anos. O TCU também teria encontrado irregularidades nestes convênios com ruralistas, diz o texto.

O foco do relator em todo o calhamaço é a defesa de uma ampla reforma agrária no País e dos movimentos e organizações que lutam por ela. Elogia o MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e critica os "conservadores" que se opõem à reforma. Ataca particularmente a Sociedade Rural Brasileira (SRB) – uma das mais tradicionais entidades ruralistas do País.

DEVOLUÇÃO

Acredita-se que o debate do relatório será tenso. O presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), já anunciou que deverá pedir vistas, com o objetivo de destacar as irregularidades encontradas nos convênios celebrados com o MST. O senador quer incluir no texto a recomendação para que as instituições públicas exijam do MST a devolução de R$ 18 milhões – que teriam sido desviados das finalidades originais previstas nos convênios com o governo.

Outros parlamentares ligados aos ruralistas, que são maioria na comissão, também deverão atacar o relatório.

João Alfredo, que era filiado ao PT e atuava como advogado dos sem-terra no Ceará, disse ontem em entrevista ao Estado que a bancada ruralista tenta desvirtuar o principal objetivo da CPI, que seria analisar a situação fundiária no País, avaliar as causas da *violência* no campo e apontar saídas.

"O debate que se instalou na comissão não é de oposição versus governo, mas sim um debate ideológico, de classes, de diferentes visões da sociedade, entre os que defendem e os que se opõem à reforma agrária", disse. "Eu não tenho dúvidas de que a alta concentração de terras *nas mãos de poucos é a principal causa da violência* que encontramos no campo. A paz só virá com a ampla, massiva e verdadeira reforma agrária."

Os convênios realizados com entidades ligadas ao MST, na opinião dele, contribuem para o avanço da reforma. ●

FONTE DE VERBAS

14 MINISTÉRIOS, SECRETARIAS E FUNDOS QUE REPASSARAM RECURSOS A *ENTIDADES* LIGADAS AO MST

- Min. da Agricultura
- Min. do Desenvolvimento Agrário
- *Min. da Cultura*
- Min. da Educação
- Min. do Meio Ambiente
- Min. da Ciência e Tecnologia
- Min. da Saúde
- Min. do Trabalho e Emprego
- *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)*
- Fundo Nacional de Saúde
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- Sec. de Aqüicultura e Pesca
- Sec. de Direitos Humanos
- Sec. de Políticas Públicas para as Mulheres

CAMPO – João Alfredo: "A paz só virá com a ampla reforma agrária"

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "FHC elogia gestão econômica, mas diz que é herança sua", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 24 de novembro do corrente.

A matéria registra os comentários do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a situação atual do País, por ocasião de sua visita à Espanha. Segundo FHC, a avaliação positiva por ele feita à gestão econômica do Brasil "é conseqüência da continuidade de linhas macroeconômicas, cujos fundamentos foram adotados no seu governo".

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, outro assunto que eu gostaria de dizer é que o momento brasileiro, com o risco de estremecimento no relacionamento do Supremo Tribunal Federal e o Congresso, sugere prudência e reflexão. Por isso, é oportuna a palavra do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, divulgada hoje pelos jornais.

Assim, Sr. Presidente, estou anexando as declarações do ex-presidente a este pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado da República.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FHC elogia gestão econômica, mas diz que é herança sua

Na Espanha, ex-presidente provoca Lula: 'Qualquer um pode se candidatar, o negócio é ver se tem chance'

Estela Viana

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem, durante visita à Espanha, que a gestão econômica do Brasil, sob o comando do ministro Antonio Palocci, é correta. Mas a afirmação não foi gratuita: segundo FHC, a avaliação positiva é conseqüência da continuidade de linhas macroeconômicas, cujos fundamentos foram adotados no seu governo.

Fernando Henrique concordou com a hipótese, cogitada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de manter o índice de superávit primário entre 4,6% e 4,7% do Produto Interno Bruto (PIB), em vez de reduzi-lo para 4,25%, como previa a meta formal para este ano.

"Na situação atual brasileira, tenho alguma preocupação em relação ao equilíbrio fiscal, mas é provável também que seja necessário incrementar o superávit primário", opinou.

"Há certo consenso em relação a algumas matérias, certas linhas que devem ser seguidas, como a questão do controle fiscal, da responsabilidade fiscal, do controle da inflação e certa racionalidade macroeconômica", argumentou Fernando Henrique. "As críticas que faço são comportamentais, as relacionadas aos escândalos de corrupção, mas não têm orientação política."

ELEIÇÕES

Fernando Henrique comentou a última pesquisa CNT/Sensus, divulgada anteontem, indicando queda na popularidade do presidente Lula. "Qualquer um pode se candidatar, o negócio é ver se tem chances de ganhar", provocou, lembrando as disputas de 1994 e 1998, nas quais saiu abaixo de Lula nas primeiras pesquisas, mas acabou por superá-lo. "É necessário, antes, que o candidato se pergunte se tem credibilidade para que as pessoas votem nele e que possa transmitir confiança à população. Esse é o problema que o Lula tem."

Reiterando o discurso que fez na convenção nacional do PSDB, na semana passada, FHC falou que seu partido tem boa perspectiva para 2006. "O PSDB tem muita chance de ganhar, mas não estou dizendo que ganharemos de antemão", destacou. "Mas também nunca acreditei nas pesquisas que apontavam para a vitória de Lula."

O ex-presidente citou, como possíveis candidatos, o prefeito de São Paulo, José Serra, e os governadores de Minas, Aécio Neves, e de São Paulo, Geraldo Alckmin. E reforçou que, dos nomes que citou, "os que mais têm chance de sair como candidatos são os de São Paulo, porque o seu eleitorado é maior, embora isso possa mudar". ●

"Fernando Henrique adverte que STF não pode fazer parte do jogo político

Jamil Chade Correspondente GENEBRA."

Fernando Henrique adverte que STF não pode fazer parte do jogo político

Jamil Chade Correspondente GENEBRA.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso alertou ontem em Genebra que é preciso evitar "que o Supremo Tribunal Federal (STF) passe a fazer parte do jogo político no Brasil". A função do Supremo "é a mais importante da República, que é a de ser a última palavra", afirmou. "Imagino que os membros do Supremo estejam preocupados com esse risco de o tribunal ser usado pelos vários setores políticos para postergar as decisões", comentou, numa referência às sentenças que têm retardado o processo contra o deputado José Dirceu (PT-SP). FHC advertiu, ainda, que essa situação "tira a força do Congresso e só complica as coisas".

De passagem por Genebra para reuniões em órgãos das Nações Unidas, Fernando Henrique criticou recentes discursos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e disse que ele não perdeu apenas a popularidade: "Ele perdeu respeito, o que é muito mais grave", disse, referindo-se às últimas declarações de Lula, tentando desqualificar as denúncias contra o governo.

Para o ex-presidente, se a crise não for resolvida, Lula deve continuar caindo nas pesquisas de opinião que medem sua popularidade. "A situação mais perigosa hoje no Brasil é a da indefinição, que é o que dá a sensação ao povo de que nunca acontece nada", afirmou. Segundo ele, até mesmo a oposição está "pegando leve" nas críticas ao governo "para não parecer que quer ganhar no tapetão".

Fernando Henrique ainda se surpreendeu com o resultado da votação do Supremo, que ameaça suspender o processo de cassação do mandato de Dirceu na Câmara. "Isso é bastante surpreendente e muito ruim porque posterga, posterga e posterga cada vez mais uma decisão. Seja para dizer sim, seja para dizer não, algo deve ser decidido", afirmou.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada "FHC diz que Lula assumiu culpa e ficou mais exposto na crise", de autoria do jornalista Carlos Marchi, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 9 de novembro do corrente.

O jornalista, em sua matéria, comenta a entrevista do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso na qual faz afirmação que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agiu certo quando assumiu a responsabilidade pelas denúncias que afetaram seu governo e o PT, assim como quando defendeu os companheiros acusados. Mas contrapôs que essa posição lhe cria novos problemas: "Ao se dizer responsável por tudo, acabou se colocando numa posição delicada. Não quero acusar ninguém antes da hora, mas e se ficar provado tudo que está sendo dito?".

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FHC diz que Lula assumiu culpa e ficou mais exposto na crise

Ex-presidente afirma que sucessor agiu certo ao assumir responsabilidade, mas avalia que isso lhe trará novos problemas

CRISE NO GOVERNO LULA

Carlos Marchi

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva agiu certo quando assumiu a responsabilidade pelas denúncias que afetaram seu governo e o PT, assim como quando defendeu os companheiros acusados. Mas contrapôs que essa posição lhe cria novos problemas: "Ao se dizer responsável por tudo, acabou se colocando numa posição delicada. Não quero acusar ninguém antes da hora, mas e se ficar provado tudo o que está sendo dito?", indagou *ele ontem, em entrevista à Rádio CBN* na qual rebateu afirmações feitas por Lula na véspera, no programa *Roda Viva*, da TV Cultura de São Paulo.

Ainda ontem, pouco antes de embarcar para a República Checa, FHC afirmou ao **Estado** que "agora o presidente Lula diz que não se deve fazer acusações infundadas, mas ele fez, e muitas". E deu um exemplo: "Veja o caso do Proer. Se tinha algo errado, por que ele não mandou investigar, agora que tem a faca e o queijo nas mãos?" O ex-presidente disse ainda ao **Estado** que não tem dúvidas sobre as denúncias dos últimos meses: "Não se sabe qual é a extensão, mas que há, há."

CANDIDATO

FHC afirma que Lula concorrerá à reeleição, mesmo que não queira, porque é o único candidato disponível no PT. A afirmação desafia o mistério que Lula tem feito nos últimos meses sobre sua eventual candidatura à reeleição, especulando, vez por outra, com a possibilidade de não se candidatar. Depois, com mordacidade, questionou: "Será que é conveniente que ele concorra à reeleição? Será que é o momento, com toda essa crise moral?"

E arrematou: "No caso do Delúbio Soares (*ex-tesoureiro do PT*), parece que tudo o que está sendo dito é irrefutável. Então, o presidente Lula é o responsável por tudo o que ele fez?" Bem-humorado, FHC parecia guardar especial irritação com uma afirmação de Lula – de que ele (*FHC*) teria impedido investigações sobre seu governo, enquanto esteve no cargo. Disse que, à época, o PT queria investigar o nada".

"Tudo para eles será uma corrupção só, queriam a CPI da Corrupção. Isso não pode", protestou, explicando que a Constituição limita as investigações a fatos determinados. E lembrou que em suas gestões houve investigações sobre o sistema financeiro, o Proer, o Sivam e o Judiciário. FHC se aproveitou de uma afirmação do atual presidente, durante a entrevista ao *Roda Viva*, para reafirmar que "Lula, antigamente, acusava muito, sem saber".

Citou como exemplo as sistemáticas acusações feitas pelo PT, através dos anos, sobre a eventual compra de votos de deputados na votação da emenda da reeleição: "Eles (*o PT*) usavam muito a política do escândalo. O que nós evitávamos *eram* acusações indefinidas."

FHC confessou que não gosta "dessa conversa de que nunca se fez isso antes, que no governo passado foi tudo errado e outros comentários parecidos". O artifício, que Lula usa desde o começo do governo, foi *muito exercitado durante a entrevista à TV Cultura.* ●

FRASES DE FHC

"Como ele disse ser o responsável por tudo, acabou se colocando numa posição delicada. E se ficar provado tudo o que está sendo dito?"

"Agora o presidente Lula diz que não se deve fazer acusações infundadas, mas ele fez, e muitas"

"Será que é conveniente que ele (*Lula*) concorra à reeleição? Será que é o momento, com toda essa crise moral?"

"Os dois (*Lula e Bush*) têm boa química, um gosta do outro, qual é o mal que há nisso? Eu gostava do Clinton, ele gosta do Bush. Gosto não se discute..."

"Lula, antigamente, acusava muito sem saber. É que eles (*o PT*) usavam muito a política do escândalo. O que se evitava eram acusações indefinidas, que a Constituição não permite."

"Veja o caso do Proer. Se tinha algo errado, por que ele não mandou investigar, agora que tem a faca e o queijo nas mãos?"

'Eu gosto do Clinton e ele do Bush. Gosto não se discute'

FHC elogiou o encontro de Lula com o presidente George W. Bush, mas concluiu o comentário com ironia: "Os dois têm boa química, um gosta do outro, qual é o mal que há nisso? Eu gostava do Clinton, ele gosta do Bush. *Gosto não se discute...*"

Depois de se mostrar irritado com o jeito de Lula comentar cada passo do governo como se fosse "a inauguração do mundo", FHC respondeu às *críticas às privatizações* feitas durante seu segundo governo: foram tão bem feitas e renderam tanto, afirmou, que nenhuma delas foi alvo de *qualquer acusação formal*: "O resto são insinuações que ele (*Lula*) gosta de fazer", completou.

Ele contou que o único problema *foi a Telemar*, porque alguns setores do governo venceder não teria capitalização técnica para administrá-la. "Isso fez com que o BNDES ficasse lá até hoje", explicou FHC.

Por isso, explicou com uma ponta de malícia, a ligação da Telemar com o governo não é pela via dos fundos de pensão, mas através do BNDES. Nas entrelinhas, o ex-presidente mostrou que a Telemar tem uma linha direta com o governo e poderia ter havido influência na decisão da empresa de comprar uma fração acionária da empresa de Fábio Luiz Lula da Silva, filho de Lula, e ter exclusividade em sua produção, tudo por R$ 5 milhões.

FHC afirmou que "Lula não é bom de estatística" e contestou os números do atual presidente para a taxa de desemprego entre 1995 e 2002. "Ele repete estatísticas que não são corretas. Alguém precisa dizer para ele para prestar mais atenção naquilo que diz", cobrou. ● C.M.

Serraglio diz que há provas contra Dirceu

BRASÍLIA

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), contestou o presidente Lula, que afirmou que nada foi provado contra o deputado José Dirceu (PT-SP).

"Os depoimentos de Roberto Jefferson, Emerson Palmieri e Marcos Valério implicam Dirceu com o esquema de *distribuição do dinheiro*, mostram que ele foi o vínculo entre o governo e o PT. Não é preciso encontrar um documento no bolso dele." ● J.D.

Para oposição, presidente foi 'patético' e 'mentiroso'

ACM, Arthur Virgílio, Agripino Maia, Peres e Heloísa Helena ironizam respostas de Lula no *Roda Viva*

João Domingos
BRASÍLIA

A oposição reagiu ontem com críticas ácidas à entrevista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao programa *Roda Viva*. "Patético", "mentiroso" e "medroso" foram alguns dos qualificativos usados pelos líderes dos partidos oposicionistas ao desempenho de Lula. "As respostas que vi foram a peça perfeita e acabada da insinceridade", disse o líder do PFL no Senado, José Agripino Maia (RN). "O presidente Lula desconhece a lei. Disse que a ameaça do PFL de pedir o impeachment é hilariante. Lula não sabe que um partido não pode pedir o impeachment do presidente." O líder da minoria no Senado, José Jorge (PFL-PE), disse que, se algo não for feito, nada vai mudar na eleição de 2006: "Pelo que disse o presidente, eles estão dispostos a repetir tudo o que fizeram. É preciso dar um basta no caixa 2."

O senador Jefferson Peres (PDT-AM) acusou Lula de falta de transparência e disse que ele é "refém" do deputado José Dirceu (PT-SP) e do ex-tesoureiro petista Delúbio Soares porque fazia parte do "esquema". Peres afirmou que Lula "tem medo" de Delúbio e Dirceu. "Sabe lá o que eles poderiam revelar."

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio Neto (AM), considerou patética a entrevista. Afirmou que Lula "rebaixou a majestade presidencial, porque bateu boca com os entrevistadores e, para piorar, foi desmentido por eles".

Para ele, Lula "mentiu por várias vezes". Numa delas, quando falou do caixa 2 das campanhas. "Lula mentiu quando disse que nada sabia de caixa 2, porque ele havia admitido o caixa 2 na entrevista que deu na França (*à jornalista Melissa Monteiro, em julho*), considerando-o uma prática corriqueira." Afirmou ainda que Lula "tem medo da imprensa, porque seu temperamento não é democrático".

Para o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Lula "é o autor de tudo o que há de ruim no País". Disse que ele recebeu no Planalto parlamentares que vão ser cassados; que com Dirceu usou um meio-termo, ora dizendo que ele não tem culpa, ora dizendo que será cassado. "Foi o beijo da morte que ele deu no velho amigo."

"O presidente Lula disse que não poderia ter pego US$ 3 milhões de Cuba porque Cuba é miserável. Mas não foi miserável ao dar os US$ 3 milhões", disse ACM. Para ele, não existe mais um "mar de lama", mas "um oceano de lama": "Esse é um governo cheio de ladrões". "Esse PT que fez tanto mal ao País vai desaparecer em 2007." Por fim, advertiu: "O presidente, tome juízo, respeite a Nação, respeite o povo brasileiro".

A presidente do PSOL, senadora Heloísa Helena (AL), preferiu comparar Lula a Dirceu. "A diferença é que o Dirceu olha para os seus olhos e diz que vai matá-lo. O presidente dá tapinhas nas costas, mas está destilando bílis." • Colaboraram: Eduardo Kattah e Gilse Guedes

'Até paredes sabem do mensalão', diz Serra

Christiane Samarco
BRASÍLIA

Os dois presidenciáveis do PSDB – o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o prefeito da capital, José Serra, circularam juntos pelo Congresso ontem, em uma parceria com finalidade dupla. Além da ofensiva conjunta para tentar liberar verbas federais até o fim do ano e garantir recursos às obras prioritárias ao Estado e ao município no Orçamento de 2006, os dois uniram-se nas críticas ao governo e ao desempenho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na entrevista da véspera ao programa *Roda Viva*.

"Até as paredes do Congresso sabem que existiu o mensalão", disse Serra em tom de ironia, referindo-se ao fato de Lula ter posto em dúvida o pagamento de mesada do PT a deputados governistas. "O presidente respondeu pouco e negou fatos comprovados", completou Alckmin, ao salientar que estão praticamente comprovados o mensalão, as fraudes em licitação e o reforço do caixa 2 do PT com recursos do Banco do Brasil. Diante da gravidade da crise, ele desdenhou das pesquisas eleitorais que apontam Lula como um forte candidato à reeleição.

"O povo não é bobo. Para ser reeleito, o governo tem que ser muito bom; não basta ser bom.", disse Alckmin.

O governador insistiu na tese de que houve repasse de recursos para deputados. "Esse tipo de crime não tem recibo, mas houve comprovação. Se a forma de pagamento era mensal, bimensal ou semestral, isto não é importante", ponderou Alckmin, para quem Lula foi bem "na forma", e "fraco" no conteúdo. "Daqui a pouco o Lula vai dizer que quem descobriu o Brasil não foi o Pedro Alvares Cabral, foi ele. De repente ele aparece como o autor de tudo", criticou Serra.

O governador e o prefeito apresentaram quatro emendas, no valor de R$ 267 milhões. Todas foram acatadas pelos 70 deputados da bancada de São Paulo. •

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado "Prioridade nacional", de autoria do presidente da FIESP, Paulo Skaf, publicado no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 10 de novembro do corrente.

O autor, em seu artigo, defende a aprovação da Lei Geral da Micro e da Pequena Empresa, já que "as estatísticas não deixam dúvidas de que o desenvolvimento somente será conquistado se resolvermos o problema das micros e pequenas empresas, pois elas são o principal alicerce da inclusão social por meio do emprego e elemento fundamental para oxigenar e estimular a economia".

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Prioridade nacional

PAULO SKAF

Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (Sebrae-SP)

O Brasil tem um empreendedor para cada oito habitantes, contra um para 10 nos EUA. Aqui, o número de pessoas que abriram negócios cresceu de 18 milhões para 23 milhões de 1999 a 2003. A cada ano, nascem cerca de 500 mil empresas (99% micros e pequenas), criando 1,5 milhão de empregos. São mulheres e homens que investem sua poupança e sua esperança. Se a grande maioria dessas iniciativas prosperasse, em 12 anos o problema do desemprego estaria solucionado.

Entretanto, pesquisa do Sebrae-SP mostra que a mortalidade dos pequenos negócios permanece alta. Cerca de 29% fecham antes de 12 meses e 56%, em cinco anos. Em termos nacionais, 31% perecem antes do primeiro aniversário e 60%, em cinco exercícios. Os indicadores estão muito aquém do razoável. A OECD (Organization for Economic Co-Operation and Development) revela que, em 11 países (Alemanha, Dinamarca, EUA, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Reino Unido e Suécia), a média de mortalidade das pequenas empresas em cinco anos é de 46%.

Alguns números evidenciam as graves conseqüências do problema: em 2004, o custo da mortalidade desses negócios no Brasil implicou a perda de 281 mil ocupações, o equivalente a 3,5 estádios do Morumbi lotados, e de quase R$ 15 bilhões (entre capital investido e faturamento). Com o montante, seria possível comprar 735 mil veículos populares ou 19 milhões de refrigeradores.

As estatísticas não deixam dúvidas de que o desenvolvimento somente será conquistado se resolvermos o problema das micros e pequenas empresas, pois elas são o principal alicerce da inclusão social por meio do emprego e elemento fundamental para oxigenar e estimular a economia. A sociedade deve concentrar-se nessa causa. Tal consciência está expressa no abaixo-assinado com mais de 100 mil nomes que estamos entregando ao governo federal e ao Congresso, no qual os cidadãos brasileiros reivindicam a votação e sanção da Lei Geral da Micro e da Pequena Empresa.

Entre as prioridades nacionais, inegavelmente inclui-se essa lei, cuja minuta foi entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Legislativo dia 8 de julho, em histórica marcha cívica a Brasília. O processo de elaboração do anteprojeto é forte exemplo de democracia participativa. O trabalho iniciou-se em outubro de 2003. Resultou de amplas negociações, encontros e seminários, em todas as regiões do país, com o envolvimento de 6 mil representantes de todos os setores de atividade. Coordenado pelo Sebrae, foi encampado pela Frente Empresarial pela Lei Geral da Micro e da Pequena Empresa, lançada na Fiesp, em São Paulo, em 12 de abril último.

O movimento é uma resposta a quem empreende e trabalha. Para estes, a lei representará o rompimento do paradigma dos impostos escorchantes, juros estratosféricos e burocracia excludente. Nesse sentido, entre outras medidas, como a desburocratização e ampliação dos limites de faturamento para a caracterização jurídica, a lei contém três itens capazes de melhorar os financiamentos: não terão incidência de tributos os empréstimos feitos por meio das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM) e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip); linhas de crédito específicas para o segmento; e ampliação dos sistemas de garantias.

Tais benefícios complementam providência sugerida pela Fiesp, encampada pela MP do Bem e, depois, pela Medida Provisória 255, que amplia de R$ 120 mil para R$ 240 mil o patamar de faturamento para caracterização jurídica como microempresa. Conseqüentemente, os limites mínimo e máximo para enquadramento como pequena empresa passam a ser, respectivamente, de R$ 241 mil e R$ 2,4 milhões contra os atuais R$ 120 mil e R$ 1,2 milhão.

Esperamos que, além da MP do Bem 2, a Lei Geral da Micro e da Pequena Empresa seja aprovada com rapidez, para que essas organizações possam desenvolver-se cada vez mais, pois sua importância é imensa. São responsáveis por 41% dos 27 milhões de empregos formais e 20% do PIB brasileiro. Ou seja, é crucial apoiá-las, constituindo forte base de apoio para o crescimento sustentado, a geração de empregos e a distribuição de renda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada "CPI investiga viagens de ex-assessor", publicada no jornal **Globo** de 10 de novembro do corrente.

A matéria destaca que a CPI dos Bingos está investigando as viagens ao exterior do advogado Rogério Buratti. A primeira, em fevereiro de 2000, foi a Cuba, país que teria enviado de US$1,4 milhão a US$3 milhões para a campanha do PT em 2002. A segunda viagem foi a Angola, em agosto de 2003.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CPI investiga viagens de ex-assessor

Comissão considera suspeitos deslocamentos de Buratti para Cuba e Angola

Alan Gripp

• BRASÍLIA. A CPI dos Bingos no Senado está reconstituindo os passos do advogado Rogério Buratti no exterior. Pelo menos duas viagens dele nos últimos cinco anos são consideradas suspeitas pela comissão. A primeira, em fevereiro de 2000, foi a Cuba, país que teria enviado de US$ 1,4 milhão a US$ 3 milhões para a campanha do PT em 2002. A segunda viagem foi a Angola, em agosto de 2003. O país tem ajuda financeira do Brasil para o processo de reconstrução após a guerra civil.

Assessor de Antonio Palocci quando o atual ministro da Fazenda era prefeito de Ribeirão Preto, Buratti confirmou ao GLOBO ter feito as duas viagens, mas negou quaisquer irregularidades nelas. Ele admitiu que foi informado sobre a chamada Operação Cuba, mas disse que foi à ilha apenas a turismo:

— Fui a Cuba com a minha mulher, Elza, por interesse histórico, pessoal. Tenho origem no PT e a Elza foi do Movimento dos Sem-Terra (MST). Ela já viveu inclusive na Nicarágua.

Buratti prestará depoimento hoje pela terceira vez na CPI. Ele será ouvido ao lado do economista Vladimir Poleto, que confirmou e depois negou ter transportado os supostos dólares de Cuba em caixas de uísque.

Sobre a viagem a Angola, um detalhe, também confirmado por Buratti, chamou a atenção da CPI: o advogado retornou do país africano ao lado do empresário Roberto Colnaghi, personagem-chave do caso Cuba. Colnaghi admitiu ter cedido o avião que levou os dólares cubanos de Brasília para São Paulo, mas frisou que não sabia que a aeronave seria usada para esse fim.

O empresário também teria dado carona em seu jatinho a Palocci quando o petista já era ministro da Fazenda. Palocci nega ter feito as viagens.

Apesar das coincidências, Buratti diz que ele e Colnaghi viajaram ao país africano em busca de negócios distintos. Ele na condição de executivo do grupo Leão Leão, de Ribeirão Preto, interessado em contratos de limpeza urbana; Colnaghi na área de tecnologia agrícola, na qual atua.

— O Beto Colnaghi foi muito para lá e se deu bem. Acho que ele chegou a montar uma empresa lá. Já os negócios da Leão Leão não foram adiante.

Técnicos da CPI também descobriram que Buratti esteve, em julho de 2003, em Portugal e na Espanha nos mesmos dias em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitava oficialmente esses países. Na Espanha, Palocci juntou-se ao grupo. A CPI identificou 67 ligações feitas por Buratti para celulares dos dois países naqueles dias, com 95 minutos de conversas. Os primeiros telefonemas foram registrados no dia 9 daquele mês, mesmo dia em que a comitiva de Lula desembarcou em Lisboa.

No dia 14, quando Lula e Palocci estavam em Madri, Buratti fez oito ligações para a Espanha. A comitiva permaneceu dois dias na capital espanhola, mas as ligações pararam por aí. Os números estão desativados. Buratti disse que foi a Portugal para participar de um encontro anual de executivos promovido pelo consórcio Triângulo do Sol, do qual faz parte a Leão Leão, e que foi à Espanha fazer turismo. Ele garante não ter encontrado Palocci naquele dia.

— Ele (Palocci) chegou no dia em que eu fui embora. Meu passaporte pode confirmar o que digo — disse Buratti. ■

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado "Urucubaca, não, desgoverno e corrupção", de autoria do presidente nacional do PFL, Senador Jorge Bornhausen, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 16 de novembro do corrente.

O Senador, em seu artigo, tece comentários sobre a atual crise ético-política que se instalou no governo Lula nos últimos meses e critica a expressão "urucubaca", utilizada pelo Presidente da República em discurso durante o lançamento do Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro para justificar os erros de seu governo.

Para o Senador Bornhausen, "Urucubaca é sinônimo de azar, mas Lula e seu governo afundam pela corrupção, pela incompetência e pela mentira".

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Urucubaca, não, desgoverno e corrupção

JORGE BORNHAUSEN

O ÚLTIMO álibi do presidente —pondo na urucubaca a culpa pelos escândalos que abalam seu governo e cortam seus planos de reeleição— faz parte da cortina de fumaça para que se esqueça o essencial. Urucubaca é sinônimo de azar, mas Lula e seu governo afundam pela corrupção, pela incompetência e pela mentira.

Lula queixar-se da urucubaca é falso. (Segundo uma teoria malandra e bem carioca, ensina o sábio Câmara Cascudo, a palavra vem de urubu, ave agourenta, e de cumbaca, um peixe detestado pelos pescadores). O que estamos assistindo é ao final (a primeira cena do último ato) de uma aventura política que o processo das CPIs está desfiando, a cada dia com detalhes mais escabrosos.

Até a sagrada origem eleitoral, em 2002, unanimemente celebrada pela chegada ao poder do que se imaginava um partido ideológico e sério, foi fraudada. Paga em dólares ao marqueteiro Duda Mendonça, foi financiada pela antecipação de receitas a serem obtidas por futuros contratos com estatais e outras formas de assaltos aos cofres públicos, realizados tão logo chegaram ao poder, em 2003.

Dinheiro ilegal, dinheiro manchado, dinheiro originário não da militância sincera e idealista do PT, mas dos negocistas organizados pela insuperável dupla Delúbio —aliás, o "nosso Delúbio", como Lula o trata afetuosamente— e Marcos Valério. Nunca esquecendo que os dois funcionaram como meros operadores de um sistema em que ninguém, principalmente os que gastavam (seria possível manipular tanto dinheiro sem desconfiar de que fontes generosas procediam?), era inocente.

O governo viveu seu período de graça, tão celebrado pela sociedade que lhe concedia extraordinários índices de apoio, traindo a confiança popular, até que o episódio Waldomiro Diniz, em fevereiro de 2004, levantou o véu e começou a interminável onda de revelações que não pára mais.

Falar e confessar que nunca sabe do que acontece no seu governo é a única atividade de Lula na Presidência

Depois de quase dois anos praticando sua política de esperteza de "não sabia de nada", Lula finalmente admitiu que tem responsabilidade pelos atos do seu governo, mas desqualificou as acusações como denuncismo vazio e a espantosa declaração de que não há "mensalão". Exige provas (na sua simplificação, quer recibos mensais e consecutivos de quem recebeu e listagens autenticadas dos pagadores!), como se pairassem dúvidas sobre a farta distribuição de dinheiro confessada por quem recebeu e por quem pagou. Ninguém tem dúvida —nem o PT tem, já que expulsou seu próprio tesoureiro—, e o seu ex-ministro dos Transportes confessou ter recebido sua parte em seu próprio gabinete.

A licenciosidade chegou ao ponto de até DVD pirata, crime contra o direito autoral de artistas, mais até que injusto prejuízo para a indústria, ser exibido no AeroLula para o próprio presidente. Episódio singelo, revelador de que o clima de ilegalidade não respeita nem mesmo a intimidade do chefe do governo.

Apostando hoje no esquecimento de amanhã e desprezando a impunidade formal como coisa fortuita —é estarrecedora a frieza do raciocínio de Lula sobre a inevitável cassação do seu lugartenente José Dirceu, pois se conforma em vê-lo punido, embora jure por sua inocência—, o presidente mostra que faz política desconhecendo as regras elementares do jogo democrático. Um bom exemplo foi sua declaração, na entrevista ao programa "Roda Viva", de que tinha dúvidas sobre a legitimidade do PFL requerer seu impeachment.

Ora, esse assunto não implica dúvida. A lei já definiu. Cabe privativamente à iniciativa dos cidadãos, e não aos partidos, requerer o impeachment do presidente da República. (Ou Lula esqueceu que o impeachment de Collor foi requerido pelos srs. Barbosa Lima Sobrinho e Marcelo Lavenére —presidentes da ABI e OAB, respectivamente, o que lhes atribuía uma aura de liderança—, e não pelos partidos que lhe faziam oposição, inclusive o PT, embora conduzissem a campanha de opinião pública contra o então presidente?).

Não acredito que Lula não conheça as regras. Acredito que ele repete o golpe do "não sabia" como recurso da sua oratória de comício, a que ele se agarra a ponto de confessar que até se aborrece de tanto ouvir a si mesmo falando pelo cotovelos, todos os dias, a qualquer pre texto e sobre qualquer assunto.

*Na verdade, falar e confessar que nun*ca sabe do que acontece no seu governo é a única atividade de Lula na Presidência, embora, paradoxalmente, tenha admitido que é responsável pelo que acontece no governo. Mas, esclarecendo desde já que ele não tem culpa, porque não sabia —e seus auxiliares, por falta de orientação, até contrabandeiam DVDs piratas para o avião presidencial.

Jorge Bornhausen, 68, senador pelo PFL-SC, é o presidente nacional do partido. Foi governador de Santa Catarina (1979-82) e ministro da Educação (governo Sarney) e da Secretaria de Governo da Presidência da República (governo Collor).

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a declaração do ex-ministro dos Transportes do governo Lula, Anderson Adauto, que admitiu, em depoimento à CPMI do Mensalão, que durante toda sua vida política sempre recorreu ao caixa 2.

Segundo as matérias publicadas sobre o depoimento do ex-ministro, ele teria afirmado que "preferiu pedir dinheiro ao ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares em vez de usar recursos de fornecedores da pasta para pagar as dívidas do pleito de 2002, quando concorreu a uma vaga na Câmara dos Deputados".

Sr. Presidente, é nesse contexto que requeiro que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL:	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
O ESTADO DE S. PAULO	10	Nov/05	Nacional	A	10

Adauto confessa que sempre usou caixa 2

Ex-ministro diz na CPI que as 9 eleições que enfrentou tiveram recursos 'por fora'

CRISE NO GOVERNO LULA

Gilse Guedes
BRASÍLIA

O ex-ministro dos Transportes no governo Luiz Inácio Lula da Silva e prefeito de Uberaba, Anderson Adauto, admitiu ontem, em depoimento à CPI do Mensalão, que fez caixa 2 e classificou de "cínicos" os políticos que negam essa prática ilegal. "Eu fiz (caixa 2) e todo mundo faz isso." Disse mais: que durante toda sua vida política sempre recorreu ao caixa 2.

Adauto afirmou que estava na CPI para falar a verdade e acabar com o "cinismo" no meio político. "Não quero sair daqui como único deputado que fez caixa 2", disse. O ex-ministro contou aos integrantes da comissão que recebeu R$ 410 mil do PT depois de pedir ao então tesoureiro do partido Delúbio Soares ajuda para quitar dívidas da campanha de 2002 na qual se elegeu deputado federal.

"Em todas eleições você fica com dívida para trás. Isso é natural. Eu fechei a campanha de 2002 como fechei as outras oito campanhas que disputei", afirmou Adauto, que também admitiu o uso de recursos "não contabilizados" em duas eleições de que participou como coordenador.

"Não quero me eximir da responsabilidade, mas é cinismo quem disser que não é assim. É claro que isso é irresponsabilidade, mas eu estou pagando por isso", disse. O prefeito afirmou que, em nenhum momento da negociação com o PT para receber os R$ 410 mil, soube da origem dos recursos. "Quando a gente pede um empréstimo, por elegância, a gente não pergunta de onde vem o dinheiro", justificou.

> "Quando a gente pede um empréstimo, por elegância, não pergunta de onde vem o dinheiro"

Ele negou, porém, que tenha recebido R$ 1 milhão, conforme a lista apresentada à Polícia Federal pela diretora financeira da SMPB, Simone Vasconcelos, funcionária do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza. Segundo a versão dada por Simone, o então assessor José Luiz Alves, que trabalhava com o Adauto no Ministério dos Transportes, recebeu R$ 1 milhão.

PARCELAS

"Recebi R$ 410 mil. É isso que direi ao Ministério Público. Eu não confirmo a lista (de Simone Vasconcelos). O ônus da prova compete a quem acusa", disse o prefeito dirigindo-se aos parlamentares que o inquiriam.

Segundo o ex-ministro, o dinheiro foi entregue pelo PT para o pagamento de suas dívidas em duas parcelas. A primeira foi entregue a José Luiz Alves e R$ 210 mil a seu irmão Edson Pereira de Almeida. Ele considerou natural pedir dinheiro a Delúbio Soares, porque era ministro dos Transportes de um governo do PT. Ele disse que queria quitar suas dívidas contraídas na disputa eleitoral de 2002, porque não ficaria bem para um ministro manter débitos de campanha.

A deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), integrante da CPI do Mensalão, afirmou que o ex-ministro pode sofrer as conseqüências de ter praticado crimes eleitorais. "Ele pode ser cassado, processado e pode até ir para a cadeia", afirmou a deputada. ●

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/HORA DAS PROVAS

Anderson Adauto (PL) admite ter recebido R$ 410 mil de Marcos Valério; tucanos o ameaçam de processo por crime de responsabilidade

Ex-ministro diz que sempre usou caixa 2

FRASES

Nas onze campanhas que disputei sempre foi assim [com caixa dois]. Nunca vi uma campanha fechar da forma declarada no Tribunal Superior Eleitoral

E daí de eu ser ministro? Era um candidato recém-saído de uma campanha em que ficaram dívidas. Não vou me constranger por ser ministro

Posso ter recebido na rua, mas não no meu gabinete
ANDERSON ADAUTO (PL)
Ex-ministro dos Transportes

Ele vai para a cadeia
ZULAIÊ COBRA
Deputada federal (PSDB-SP)

Adauto tenta nivelar por baixo e prostituir todos os políticos do Brasil
JOÃO CORREIA
Deputado federal (PMDB-AC)

ADRIANO CEOLIN
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O ex-ministro dos Transportes Anderson Adauto (PL) afirmou ontem em depoimento à CPI do Mensalão que usou caixa dois em todas campanhas eleitorais que disputou e que preferiu pedir dinheiro ao ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares em vez de usar recursos de fornecedores da pasta para pagar as dívidas do pleito de 2002, quando concorreu a uma vaga na Câmara dos Deputados.

"Sabia que poderia resolver [as dívidas de campanha] com os fornecedores [de serviços] do ministério, mas eu preferi procurar o Delúbio", disse Adauto, que atualmente é prefeito de Uberaba (MG). "Nas onze campanhas que disputei sempre foi assim [com uso de caixa dois]. Nunca vi uma campanha se fechar da forma que é declarada no Tribunal Superior Eleitoral", afirmou Adauto.

Durante o depoimento, Adauto—que foi ministro entre janeiro de 2003 e março de 2004— confessou ter recebido R$ 410 mil do esquema de Marcos Valério de Souza depois de ter pedido ajuda a Delúbio no começo de 2003. Valério, porém, diz que repassou R$ 1 milhão a Adauto.

"O Delúbio me disse que faria um empréstimo para me ajudar. Quem precisa dos recursos não entra nos detalhes. Não pergunta de onde vem", disse. Adauto afirmou que o fato de ser ministro não foi levado em conta. "E daí de eu ser ministro? Era um candidato recém-saído de uma campanha em que ficaram dívidas. Não vou me constranger por ser ministro."

O ex-ministro confirmou que os R$ 410 mil foram sacados numa conta de Valério no Banco Rural pelo ex-chefe de gabinete José Luiz Alves e por Edson Pereira de Almeida, irmão de Adauto. Contudo, ele nega ter recebido o dinheiro no gabinete do ministério, como havia dito Alves à CPI. "Posso ter recebido na rua, mas não no meu gabinete", disse.

O ex-ministro admitiu ter recebido Delúbio Soares "cinco ou seis vezes" no ministério. Ele contou ainda que realizou uma audiência com Valério enquanto era ministro. "Na época, a conta da agência de publicidade do ministério havia vencido", disse.

Os tucanos Júlio Redecker (RS) e Zulaiê Cobra (SP) afirmaram que Adauto poderá ser enquadrado em crime de responsabilidade e corrupção passiva, além de crime eleitoral. Os deputados se sustentam no fato de Adauto ter aceito recursos sem origem específica enquanto era ministro de Estado. "Ele vai para a cadeia", disse Zulaiê. "Adauto tenta nivelar por baixo e prostituir todos os políticos do Brasil", afirmou o deputado João Correia (PMDB-AC).

Petista

Ontem ainda, a CPI do Mensalão ouviu o depoimento de Marcelino Pies, ex-tesoureiro do PT no Rio Grande do Sul. Na lista de Marcos Valério, ele aparece como beneficiário de R$ 1,2 milhão.

Pies, porém, admite ter recebido R$ 1,05 milhão. Ele contou que os recursos foram usados para financiar projetos do PT no Estado, entre eles, a participação do partido no Fórum Social Mundial.

Ele afirmou que, no fim de 2002, o partido devia R$ 500 mil referentes à campanha de Tarso Genro ao governo. Segundo ele, as dívidas foram pagas com recursos do PT, que tiveram de ser repostos com dinheiro do esquema de Valério. Ele disse que recebeu o dinheiro em cinco parcelas. "Na primeira vez, eu mesmo fui à sede da SMPB em Belo Horizonte para pegar os cheques."

CRISE POLÍTICA: *O hoje prefeito de Uberaba, do PL, declarou: 'É cínico e é cinismo quem disser que não é assim'*

Adauto, ex-ministro, diz que sempre usou caixa 2

'Eu poderia ter resolvido meus problemas de campanha com os fornecedores do ministério', afirmou ainda

Lydia Medeiros

• BRASÍLIA. Ex-ministro dos Transportes do governo Lula, o prefeito de Uberaba, Anderson Adauto (PL), admitiu ter recorrido a R$ 410 mil do caixa dois do petista Delúbio Soares para pagar dívidas da campanha de 2002. Adauto não só reconheceu ter usado dinheiro não declarado à Justiça Eleitoral como afirmou que em todas as campanhas de que participou nos últimos 11 anos as contas não coincidem com a prestação ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Mas, cauteloso, ressaltou que na disputa para a prefeitura, em 2004, conseguiu chegar ao cargo sem dívidas. Segundo ele, os recursos foram arrecadados porque a perspectiva de vitória era alta, alegou.

— Disputei nove campanhas, tenho 11 anos de convívio e nunca vi uma delas se fechar realmente da forma que é declarada ao Tribunal Superior Eleitoral. Nunca vi nenhuma (sem caixa dois), pelo menos nas que participei. Sempre ficaram coisas para trás — disse, pouco antes de depor na CPI do Mensalão, antecipando suas explicações. — Eu não estou aqui querendo me eximir de responsabilidade. Estou dizendo que as campanhas eleitorais do Brasil sempre aconteceram dessa forma. É cínico e é cinismo quem disser que não é assim.

"Fui procurar o tesoureiro da campanha majoritária"

O ex-ministro disse que procurou Delúbio porque, estando num cargo executivo, não poderia recorrer a seus tradicionais colaboradores de campanha para quitar dívidas. Ele chegou a admitir a possibilidade de negociar com fornecedores do ministério recursos para saldar os débitos.

— Quando fui escolhido ministro, sabia que poderia ter resolvido meus problemas de campanha com os fornecedores do ministério dos Transportes. Eu poderia. Mas não fiz. Fui procurar o tesoureiro da campanha majoritária. O cargo me permitiria, mas não fiz. Do ponto de vista ético e moral, estou consciente — disse Adauto.

A declaração foi recebida com espanto pela deputada Zulaiê Cobra Ribeiro (PSDB-SP), sub-relatora da CPI:

— O que o senhor acaba de dizer só piora sua situação. Isso é horrível. É corrupção.

Um dos exemplos de campanha citados pelo ex-ministro foi a eleição para o governo de Minas, em 1998. Adauto foi coordenador político do candidato do PMDB, Itamar Franco. Ele comparou a situação da época àquela vivida por ele em 2003, quando recorreu a Delúbio.

— Conheci a fundo uma campanha em 1998. Vi partidos, líderes e parlamentares levarem seus problemas. Assisti ao mesmo filme em 98. Não com os mesmos personagens. Vi problemas para trás e quem soluciona. Normalmente é a campanha majoritária que resolve os problemas — disse Adauto, que titubeou quando perguntado se o ex-presidente e ex-governador Itamar usou caixa dois. — Eu disse que conheci como as campanhas funcionam. Não comprovo o caixa dois. Só acho difícil sair daqui achando que só eu faço caixa dois em

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado "Dilma x Palocci – perde o Brasil", de autoria do economista Roberto Macedo, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 17 de novembro do corrente.

O artigo trata da disputa entre os Ministros Antônio Palocci e Dilma Rousseff sobre a proposta de um ajuste fiscal a longo prazo. Segundo o economista, "Vendo os dois ministros nesse jogo de erros, o quadro se agrava pela presença de um árbitro, o presidente, sem condições de discernir e definir rumos, nem de escolher sua equipe de forma coerente com eles. Isso a ponto de termos de aturar esse deprimente espetáculo de um ministro a disparar 'fogo amigo' contra o outro, sem que o presidente se defina".

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Dilma x Palocci – perde o Brasil

Senador Sérgio Guerra

Roberto Macedo

Na disputa entre a ministra-chefe da Casa Civil e o ministro da Fazenda, quem perde é o Brasil, pois ambos seguem caminhos que no conjunto mantêm a atual combinação de políticas fiscal e monetária que leva o País a um crescimento econômico medíocre.

Li a entrevista da ministra a este jornal, pùblicada na quarta-feira da semana passada. Sua visão fiscal assusta, pois aponta como rudimentar a idéia de um ajuste fiscal de longo prazo, numa argumentação realmente merecedora desse adjetivo.

Disse ela: "... para crescer é necessário reduzir a dívida pública. Para a dívida pública não crescer, é preciso ter uma política de juros consistente... porque senão... faço um superávit primário de um lado e aumento o estoque e o fluxo da dívida do outro." Além de reduzir a dívida pública não ser o mesmo que evitar o seu crescimento, é uma visão simplista em que tudo depende da política de juros. Depois, reafirma isso: "Afinal, o que leva a fazer o superávit primário? O pagamento de juros."

O QUADRO SE AGRAVA COM UM PRESIDENTE SEM CONDIÇÕES DE DEFINIR RUMOS

Ora, de fato, os juros são um dos gastos mais importantes do governo e se impõe reduzi-los, mas o déficit final que leva à ampliação da dívida também seria bem menor se o governo não expandisse tanto suas demais despesas.

O resultado primário é um conceito contábil (receita menos despesas, exceto juros) e outros poderiam ser criados. Por exemplo, o resultado SDP (receita menos despesas, estas sem os déficits previdenciários federais, o do INSS e da previdência dos funcionários). Dado esse conceito, para manter o déficit final no valor atual também seria necessário um superávit SDP. Mas seria errado concluir que esse déficit previdenciário é o único fator que gera essa necessidade, pois estaríamos escondendo outras despesas, como os juros que a ministra culpa isoladamente, sem enfatizar também os demais gastos.

Quanto a estes, a jornalista Suely Caldas, neste jornal, no domingo (B2), sem esgotar o assunto, referiu-se a exageros nas viagens de funcionários, ao Aerolula e a um governo que "inflacionou a máquina com companheiros do PT, criou milhares de cargos comissionados, sem concurso, permitiu que Legislativo e Judiciário engordassem salários com reajustes mirabolantes e descuidou de reduzir o déficit da Previdência".

Voltando a esse déficit (no caso, o do INSS), a ministra diminuiu-lhe a gravidade, afirmando que "não está aumentando a taxas crescentes", mas "a taxas decrescentes". Ora, o importante é que está crescendo. E, perguntada sobre o salário mínimo, cujo aumento real anual tem sido um dos ingredientes do déficit do INSS, desconversou: "Não acho que essa questão do salário mínimo seja o problema." Pode não ser "o" problema, mas é sério e deverá sofrer novo agravamento, pois o próximo reajuste será decidido num ano eleitoral.

Para resolver seu crônico problema fiscal, o governo deveria buscar primeiramente um superávit primário maior para evitar o crescimento da dívida. Com isso se afirmaria como bom devedor perante o mercado, pois diminuiria o seu risco e, assim, teria condições de conseguir ou mesmo forçar juros bem mais baixos. Estes estimulariam a economia e a arrecadação adicional seria reorientada para gastos que representassem um significativo aumento dos investimentos relativamente às demais despesas. A dificuldade do governo está em que o ministro Palocci não consegue viabilizar o passo inicial diante da gastança, enquanto a ministra Dilma quer investir mais sem conter as demais despesas, assim inviabilizando ainda mais o processo de ajuste.

Em síntese, sua entrevista mostra empenho em criticar um superávit primário acima de 4,25%, em gastar recursos que o governo amealhou acima dessa meta e em atribuir aos juros todas as culpas pelo que se passa do lado da despesa, sem maior referência aos seus demais itens nem à asfixiante carga tributária que sustenta o conjunto dos gastos, ainda assim com um déficit final. Com o governo a gastar sempre mais, parece que sobra dinheiro, mas, indagada sobre qual a sobra, a ministra respondeu "Eu não vou dizer qual é ..." Nem poderia dizer, pois não há sobra alguma, exceto um déficit final que aumenta a dívida.

Quanto ao ministro Palocci, antes de vir à tona seu passivo ribeirão-pretano ele era louvado por suas virtudes, como a cordialidade, a capacidade dialogar e a de assegurar perante o presidente Lula que a desastrosa cartilha fiscal petista não fosse praticada em sua totalidade. Mas essas virtudes não são suficientes para resolver o impasse da política que gerencia. O superávit primário permanece aquém do necessário e não tem a marca da autêntica austeridade, pois é prejudicado por um governo gastador.

Nesse impasse, o ministro também é refém do Banco Central, que confunde independência com arrogância e prepotência na gestão de uma política de juros na qual é permanente o viés de altos valores para a taxa básica.

Em última análise, a responsabilidade da gestão macroeconômica é do ministro, mas, além do impasse fiscal, de concreto ela mostra um crescimento pífio e dois preços macroeconômicos, a taxa de câmbio e a de juros, claramente fora do lugar, no sentido de que alimentam a continuidade de um crescimento longe de satisfatório.

Vendo os dois ministros nesse jogo de erros, o quadro se agrava pela presença de um árbitro, o presidente, sem condições de discernir e definir rumos, nem de escolher sua equipe de forma coerente com eles. Isso a ponto de termos de aturar esse deprimente espetáculo de um ministro a disparar "fogo amigo" contra o outro, sem que o presidente se defina. Não sei quem ganhará a disputa, mas certamente o Brasil continuará como perdedor.●

Roberto Macedo, economista (USP), com doutorado pela Universidade Harvard (EUA), pesquisador da Fipe-USP, professor associado à Faap, foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Ministro da Saúde critica intervenção no Rio", publicada no jornal **O Globo** do último dia 18 de novembro.

A matéria destaca que o atual Ministro da Saúde, Saraiva Felipe, afirma que a decisão de seu antecessor de controlar seis hospitais municipais no Rio de Janeiro foi um desastre. Nas palavras do Ministro: "a intervenção foi um desastre. Para mim, essa coisa de intervenção só funciona como se fosse fumaça. Em Minas Gerais, a gente fala que onde tem muita fumaça costuma ter pouco fogo. A única intervenção possível é a da articulação institucional, do investimento dirigido, de cobrar do estado o que é responsabilidade do estado".

Sr. Presidente, requeiro que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE. EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ministro da Saúde critica intervenção no Rio

Saraiva Felipe afirma que decisão de seu antecessor de controlar seis hospitais municipais foi 'um desastre'

Demétrio Weber e Tulio Brandão

• BRASÍLIA E RIO. O ministro da Saúde, Saraiva Felipe (PMDB), criticou duramente a intervenção feita pelo governo federal em seis hospitais administrados pela Prefeitura do Rio. Em entrevista, que foi ao ar ontem na Rádio CBN, ele compara a medida adotada durante a gestão do ex-ministro Humberto Costa (PT) à fumaça:

— A intervenção foi um desastre. Para mim, essa coisa de intervenção só funciona como se fosse fumaça. Em Minas Gerais, a gente fala que onde tem muita fumaça costuma ter pouco fogo. A única intervenção possível é a da articulação institucional, do investimento dirigido, de cobrar do estado o que é responsabilidade do estado.

O ministro Saraiva Felipe falou durante entrevista coletiva realizada anteontem no Hotel Glória sobre a preparação do Brasil para uma possível pandemia de gripe.

O ex-ministro Humberto Costa reagiu às declarações de Saraiva Felipe. Ele disse que a decisão da intervenção não foi exclusiva do Ministério da Saúde, mas sim da coordenação de governo, com o envolvimento direto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que assinou um decreto autorizando a medida.

Costa: "Situação era de calamidade pública"

Costa considerou "desrespeitosa" a forma como seu sucessor tratou do assunto e recomendou que Saraiva busque conhecer melhor os assuntos da pasta antes de fazer "julgamentos precipitados".

— A decisão só foi tomada porque todos os canais de negociação com a prefeitura estavam esgotados e a população sofria as conseqüências. A situação era de calamidade pública — disse Costa, que atualmente é secretário nacional de Comunicação do PT.

Costa disse que o Rio não sofreu uma intervenção, mas sim "a requisição de serviços municipais de saúde". A diferença, segundo ele, é que numa intervenção o governo federal assumiria a gestão de todo sistema de saúde e não de apenas seis hospitais.

Ex-interventor do Ministério da Saúde no Rio, o diretor do Instituto de Traumato-ortopedia, Sérgio Côrtes, preferiu não rebater as críticas de Saraiva Felipe, mas reconheceu que não houve mudanças significativas desde que começou a crise da saúde no Rio:

— Eu apenas atendi ao decreto do presidente. Ele requisitou a administração de seis hospitais municipais. Não cabe a mim avaliar. Mas, na verdade, a gente percebe que houve pouca melhora, porque existe a necessidade da integração do município, do estado e da união. Se a rede não estiver articulada, há sobrecarga.

Comissão de Saúde critica declaração de ministro

O deputado estadual Paulo Pinheiro (PPS), presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa do Rio, discordou frontalmente das declarações do ministro.

— Saraiva Felipe acha que o caminho é o diálogo entre as partes, o que não houve. A prefeitura quis inviabilizar a discussão para derrubar Humberto Costa. Se hoje existe um espaço para a negociação entre as partes, deve-se à iniciativa dura do ex-ministro.

Pinheiro diz que hoje os hospitais administrados pelo governo federal são os que estão em melhor situação, mas ainda longe do ideal.

— Nos hospitais Souza Aguiar e Miguel Couto, entregues ao município após a intervenção, a situação é calamitosa. Faltam equipamentos, remédios e manutenção. Dos quatro que voltaram a ser federais, houve melhora em três. No Hospital de Ipanema, porém, a situação é crítica — avalia o deputado.

O prefeito do Rio, Cesar Maia, disse que a declaração de Saraiva Felipe é abalizada:

— Ninguém tem mais autoridade que o ministro para avaliar as ações do ministério. Não posso julgar o que ocorreu nas unidades federais. ■

Saiba mais sobre a crise

• A intervenção começou com um decreto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em março deste ano. No dia 20 de abril, uma decisão do Supremo Tribunal Federal anulou o controle da União sobre os hospitais municipais Souza Aguiar e Miguel Couto. Duas semanas depois, num acordo entre a prefeitura e governo federal, decidiu-se que o ministério reassumiria quatro hospitais federais que tinham sido municipalizados e repassaria ao Rio R$ 135 milhões. O convênio só foi assinado em setembro.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado "A crise da ignorância e da pureza", de autoria do ex-ministro da Fazenda, Gustavo Krause, publicado na seção "Outras Opiniões" do **Jornal do Brasil** de 14 de novembro do corrente.

Segundo o autor, "depois de cinco meses de crise, ninguém sabe de nada, exceto os sabe-tudo e faz-tudo, o tesoureiro mágico, Delúbio, e o Supervalério. Esta cândida crise de ignorância decorre da outra face da moeda: a crise da pureza. Sempre foi assim que o PT se mostrou aos olhos do povo: puro, limpo, imaculado, vestal implacável com os adversários, brandindo a bandeira do moralismo. Daí, ninguém acreditar que o moralismo se tornasse o último refúgio dos canalhas".

Ainda segundo o autor, "Lula finge que não sabe porque provou do poder e perdeu o juízo".

Para concluir, Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A12 SEGUNDA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 2005 OUTRAS OPINIÕES JORNAL DO BRASIL

A crise da ignorância e da pureza

GUSTAVO KRAUSE
EX-MINISTRO DA FAZENDA

Todos sabiam o que fazem: os 'revolucionários' usam a grana porque o partido está acima de tudo; os picaretas, para desfrutar do paraíso da burguesia; Lula finge que não sabe porque perdeu o juízo

"Com toda franqueza, eu me sinto traído. Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento". Pressionado para falar, profundamente contrariado e sem coragem de fitar o telespectador, foi o que disse o presidente da República, depois do depoimento de Duda Mendonça, o criador da fraude eleitoral "Lulinha, Paz e Amor". Traído quem, presidente? Se existe um traído nessa história de corrupção e *gangsterismo* que se alastrou dos sindicatos e prefeituras geridas pelo PT ao Palácio do Planalto e ao Congresso, é o seu eleitor que votou esperançoso na capacidade de governar com responsabilidade e decência.

A sensação que dá é que querem transformar o Brasil num país que acredita em duendes, papai-noel, curupira, comadre Fulozinha, Saci-Pereré, lobisomem, Papa-Figo e, conseqüentemente, num lugar habitado por imbecis, idiotas, néscios, retardados, bobos, neobobos, cretinos, beócios, otários, enfim uma cambada de 180 milhões de estúpidos. A crônica deste espetáculo de ladroagem foi anunciado pelos integrantes do PT. Nada tem a ver com as "elites golpistas" nem com os partidos de oposição. E vem de longe.

Em 1995, o então secretário de Finanças de São José dos Campos, Paulo de Tarso Venceslau, avisou ao presidente do PT, Lula da Silva, que o partido estava acumulando caixa-dois nos municípios do ABC paulista através da consultoria de seu compadre Roberto Teixeira. Resultado: uma investigação interna constatou "irregularidades alarmantes". Sobre o episódio, em entrevista na *Veja*, eis o que diz o jurista Hélio Bicudo (ex-deputado e ex-vice-prefeito de Marta Suplicy): "Em 1997, presidi comissão de sindicância do PT para apurar denúncias contra o empresário Roberto Teixeira (...) A responsabilidade dele ficou claríssima (...) O único punido foi Paulo de Tarso Venceslau, autor da denúncia (...) Ele (Lula) é mestre em esconder a sujeira embaixo do tapete".

Não menos contundente é o testemunho do fundador do partido, César Benjamin, na *Folha de S. Paulo*: "Os malfeitos que têm vindo à luz não começaram agora nem decorrem de um equívoco individual. Representam a transferência, para a esfera do governo federal, de práticas iniciadas, com certeza, nos primeiros anos da década de 1990, talvez antes, e nunca descontinuadas. As impressões digitais aparecem na gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador, na organização das finanças da campanha presidencial de 1994, na gestão de algumas prefeituras, como a de Santo André, na busca de controle de fundos de pensão".

Aí estava a pontinha do "iceberg" do gigantesco esquema montado nos municípios paulistas, inclusive a capital, que alimentou o propinoduto a partir dos contratos inflados de consultoria, coleta de lixo e na área de transporte de massa. O mensalão nacional teve como precursor o mensalão municipal, durante a administração da capital paulista. O ABC paulista criou escola, tecnologia e exportou a *franchising*. Nem a gestão do prefeito Palocci escapa do surto de cleptocracia. Não foram diferentes os esquemas de financiamento do governo Olívio Dutra e Benedita da Silva, sendo que este último produziu dois personagens de alta periculosidade: Manoel Severino dos Santos, ex-presidente da Casa da Moeda e Waldomiro Diniz, um colaborador muito especial de José Dirceu.

Depois de cinco meses de crise, ninguém sabe de nada, exceto os sabe-tudo e faz-tudo, o tesoureiro mágico, Delúbio, e o Supervalério. Esta cândida crise de ignorância decorre da outra face da moeda: a crise da pureza. Sempre foi assim que o PT se mostrou aos olhos do povo: puro, limpo, imaculado, vestal implacável com os adversários, brandindo a bandeira do moralismo. Daí, ninguém acreditar que o moralismo se tornasse o último refúgio dos canalhas.

Isto, também, vem do alinhamento ideológico da esquerda atrasada e não-democrática que assegurava aos seus seguidores: superioridade histórica porque estava garantido um vôo sem escalas para uma sociedade igualitária; superioridade intelectual porque eram portadores da verdade revelada; superioridade política porque estavam ao lado da classe eleita, o proletariado, dos fracos e dos oprimidos; superioridade moral porque os meios estavam legitimados para atingir a escatologia dos fins últimos.

Em resumo, todos sabiam e sabem o que estão fazendo: os "revolucionários" e adeptos do materialismo dialético usam a grana porque o partido está acima de tudo; os picaretas, para desfrutar do recém-descoberto paraíso da burguesia; Lula finge que não sabe porque provou do poder e perdeu o juízo. E de onde vem a grana? Simples, meu caro Watson, diria Sherlock Holmes ao exército de investigadores, do meu, do seu, do nosso dinheirinho.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 14 minutos.)

PARECER nº 29 , de 2005 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 16, de 2005–CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$ 46.893.589,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

AUTOR: Poder Executivo
RELATORA: Deputada ROSE DE FREITAS

I – RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 68, de 2005-CN (nº 415/2005, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional, Projeto de Lei autorizando o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$ 46.893.589,00 (quarenta e seis milhões, oitocentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e nove reais).

A Exposição de Motivos nº 113/2005-MP, de 24 de junho de 2005, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, esclarece que:

a) a parcela de R$ 4.968.589,00 proposta para o Ministério da Fazenda destina-se à conclusão da construção do edifício do Banco Central do Brasil em Curitiba – PR, utilizando como fonte cancelamentos de dotações do próprio Bacen;

b) a parcela de R$ 1.634.000,00 prevista para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, tem por objetivo apenas alterar a classificação do Grupo de Natureza de Despesa – GND de 3-Outras Despesas Correntes para 4-Investimentos, da ação "Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal";

c) a parcela de R$ 40.291.000,00 destina-se à concessão de financiamentos para a modernização da administração fiscal dos Estados, no âmbito da Operações Oficiais de Crédito sob supervisão do Ministério da Fazenda, utilizando como fonte o mesmo montante que estava alocado para o financiamento da gestão administrativa e fiscal dos municípios.

O Projeto recebeu 17 emendas.

II - VOTO

O Projeto de Lei nº 16, de 2005-CN, apresenta fontes viáveis e não fere dispositivos relativos à alocação de recursos, especialmente no que se refere à Lei nº10.933, de 11 de agosto de 2004 (Plano Plurianual 2004/2007), à Lei nº10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO/2005) e à Lei nº11.100, de 25 de janeiro de 2005 (LOA/2005).

Com relação às emendas apresentadas, verificamos que solicitam o remanejamento de recursos para as seguintes finalidades:

Emendas	Objetivo	Fonte
00001, 00003, 00008, 00009 e 00010	Recomposição de parte das dotações destinadas ao "Financiamento para Modernização Administrativa e Fiscal dos Municípios"	Recursos destinados à ação "Financiamento para Modernização da Administração Fiscal dos Estados"
00002 e 00004	Elevação dos recursos destinados à ação "Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal"	Recursos destinados à "Construção de Edifício do Banco Central do Brasil em Curitiba – PR"
00005, 00006 e 00007	Elevação dos recursos destinados à ação "Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal"	Recursos destinados à ação "Financiamento para Modernização da Administração Fiscal dos Estados"
00011 a 00017	Alocação dos recursos destinados à ação "Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal" em municípios específicos.	Recursos destinados à ação "Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional"

Analisando as proposições acima, verificamos que as Emendas 00005, 00006 e 00007, solicitam a elevação de despesas primárias apontando como compensação fonte financeira, o que compromete a meta de superávit primário constante da LDO/2005. Já as Emendas 00011 a 00017 solicitam o direcionamento dos recursos objeto do crédito para municípios específicos, o que demandaria a criação de novos subtítulos na Lei Orçamentária Anual, procedimento vedado pelo §1º do art. 50 do Regulamento Interno desta Comissão.

No que se refere às Emendas 00001 a 00004 e 00008 a 00010, entendemos que sua aprovação prejudicaria os objetivos do crédito, porém, sem garantias de que o remanejamento contribuiria efetivamente para o atendimento das demandas apresentadas, dados os baixos níveis de execução orçamentária observados até o momento nas respectivas ações.

Diante do exposto, **recomendamos que o Presidente declare a inadmissibilidade das Emendas 00005 a 00007 e 00011 a 00017; votamos pela rejeição das Emendas 00001 a 00004 e 00008 a 00010; e pela aprovação do Projeto de Lei nº 16, de 2005-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.**

Sala das Sessões, em de de 2005.

Deputada ROSE DE FREITAS
Relatora

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Acumulado 30/07/20

Orçamento Fiscal e - Em

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	G N	F T	M A	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial)	CRÉD.ADIC.± REMANEJAM.	LEI + CRÉDITOS (Autorizado	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% VAL. PAGOS S/ AUTORIZA
U 2520	**Banco Central do Brasil**										
04.122.0776.16	Construção de Edifício do Banco Central do Brasil em Curitiba - PR-No	4	25	90	3.500.000	0	3.500.000	3.500.000	3.263.937	3.263.937	93,26
04.122.0776.16	Construção de Edifício do Banco Central do Brasil em Curitiba - PR-No	4	10	90	1.500.000	600.000	2.100.000	1.500.000	0	0	0,00
Total da UO:					**5.000.000**	**600.000**	**5.600.000**	**5.000.000**	**3.263.937**	**3.263.937**	**58,28**
Total					**5.000.000**	**600.000**	**5.600.000**	**5.000.000**	**3.263.937**	**3.263.937**	**58,28**

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: | UO: | Setor: | Função | Programa | Subfunção | ProjAtiv: 1655 | Subtítulo: | Fonte: | Gnd: | Localidade: | UF: | Elemento: | Mod. Aplic:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

I:\OR2006\30jul2006.mdb - 127 RelDespesas por UO/Funcional completo

Emissão: 04/08/2005 16:47:21 Pág 1 de 1

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Acumulado 30/07/20

Orçamento Fiscal e - Em

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	G N	F T	M A	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial)	CRÉD.ADIC.± REMANEJAM.	LEI + CRÉDITOS (Autorizado	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% VAL. PAGOS S/ AUTORIZA
U 2810	**M. Desenv., Ind. Com. Exterior**										
23.691.1016.65	Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal-Nacional	4	10	90	0	1.006.440	1.006.440	0	0	0	0,00
23.691.1016.65	Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal-Nacional	4	10	40	0	293.000	293.000	0	0	0	0,00
23.691.1016.65	Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal-Nacional	3	10	99	3.312.000	-828.000	2.484.000	0	0	0	0,00
23.691.1016.65	Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal-Nacional	3	10	90	200.000	-50.000	150.000	0	0	0	0,00
Total da UO:					3.512.000	421.440	3.933.440	0	0	0	0,00
Total					3.512.000	421.440	3.933.440	0	0	0	0,00

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: UO: Setor: Função: Programa: Subfunção: ProjAtiv: 6514 Subtítulo: 0001 Fonte: Gnd: Localidade: UF: Elemento: Mod. Aplic:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

I:\OR2005\30jul2005.mdb - 127 RelDespesas por UO/Funcional completo

Emissão: *04/08/2005 16:49:00 Pág 1 de 1*

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Acumulado 30/07/20

Orçamento Fiscal e - Em

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	G N	F T	M A	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial)	CRÉD.ADI C. ± REMANEJ AM.	LEI + CRÉDITOS (Autorizado	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% VAL. PAGOS S/ AUTORIZA
U 7410	**Rec. sob Sup. do M. Fazenda**										
04.846.1171.0015.0001	Financiamento para Modernização da Administração Fiscal dos Estados	S	148	90	55.000.031	6.600.000	61.600.031	55.000.031	38.608.000	38.608.000	62,68
Total da UO:					**55.000.031**	**6.600.000**	**61.600.031**	**55.000.031**	**38.608.000**	**38.608.000**	**62,68**
Total					55.000.031	6.600.000	61.600.031	55.000.031	38.608.000	38.608.000	62,68

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: UO: Setor: Função Programa Subfunção ProjAtiv: 0015 Subtítulo: 0001 Fonte: Grd: Localidade: UF: Elemento: Mod. Aplic:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

I:\OR2005\30jul2005.mdb - 127 RelDespesas por UO/Funcional completo

Emissão: 04/08/2005 16:50:05 Pág 1 de 1

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Acumulado 30/07/20

Orçamento Fiscal e - Em

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	G N	F T	M A	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJ AM.	LEI + CRÉDITOS (Autorizado	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% VAL. PAGOS S/ AUTORIZA
U 2520	**Banco Central do Brasil**										
04.126.0776.20	Sistema de Informações Banco Central do Brasil - SISBACEN-Nacional	4	250	90	8.000.000	0	8.000.000	300	0	0	0,00
04.126.0776.20	Sistema de Informações Banco Central do Brasil - SISBACEN-Nacional	4	100	90	2.600.000	0	2.600.000	157.390	157.390	157.390	6,05
04.126.0776.20	Sistema de Informações Banco Central do Brasil - SISBACEN-Nacional	3	250	90	48.617.204	0	48.617.204	43.161.644	29.403.212	29.403.212	60,48
04.126.0776.20	Sistema de Informações Banco Central do Brasil - SISBACEN-Nacional	3	100	90	24.403.510	-600.000	23.803.510	19.904.881	7.515.361	7.515.361	31,57
04.126.0776.20	Sistema de Informações Banco Central do Brasil - SISBACEN-Nacional	3	100	50	970	0	970	120	0	0	0,00
Total da UO:					**83.621.684**	**-600.000**	**83.021.684**	**63.224.336**	**37.075.962**	**37.075.962**	**44,66**
Total					**83.621.684**	**-600.000**	**83.021.684**	**63.224.336**	**37.075.962**	**37.075.962**	**44,66**

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: UO | Setor: | Programa | Função | Subfunção | ProjAtiv: 2089 | Subtítulo: 0001 | Fonte: Gnd | Localidade: UF | Elemento: | Mod. Aplic:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

I:\OR2005\30ju\2006.mdb - 127 RelDespesas por UO/Funcional completo

Emissão: 04/08/2005 18:51:51 Pág 1 de 1

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Acumulado 30/07/20

Orçamento Fiscal e - Em

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	G N	F T	M A	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial)	CRÉD.ADI C.± REMANEJ AM.	LEI + CRÉDITOS (Autorizado	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% VAL. PAGOS S/ AUTORIZA
U 2520	**Banco Central do Brasil**										
04.122.0776.22	Gestão e Administração do Programa-Nacional	4	250	90	9.000.000	0	9.000.000	5.243.301	2.594.179	2.594.179	28,82
04.122.0776.22	Gestão e Administração do Programa-Nacional	3	250	90	57.283.520	0	57.283.520	47.539.272	29.053.068	29.053.068	50,72
04.122.0776.22	Gestão e Administração do Programa-Nacional	3	100	90	22.234.817	0	22.234.817	11.516.156	8.863.224	8.863.224	39,86
04.122.0776.22	Gestão e Administração do Programa-Nacional	3	100	50	1.605.953	0	1.605.953	1.605.953	842.614	842.614	52,47
04.122.0776.22	Gestão e Administração do Programa-Nacional	1	250	90	27.592.593	0	27.592.593	27.592.593	27.366.592	27.366.592	99,18
04.122.0776.22	Gestão e Administração do Programa-Nacional	1	100	90	415.296.725	0	415.296.725	415.296.725	290.397.043	290.397.043	69,93
Total da UO:					**533.013.608**	**0**	**533.013.608**	**508.794.000**	**359.116.719**	**359.116.719**	**67,37**
Total					**533.013.608**	**0**	**533.013.608**	**508.794.000**	**359.116.719**	**359.116.719**	**67,37**

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: 25 | Setor: | Programa: | ProjAtiv: 2272 | Fonte: | Localidade: | Elemento:
UO: 25201 | Função: | Subfunção: | Subtítulo: 0001 | Gnd: | UF: | Mod. Aplic:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

I:\OR2005\30jul2005.mdb - 127 RelDespesas por UO/Funcional completo

Emissão: *04/08/2005 10:58:32 Pág 1 de 1*

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Acumulado 30/07/20

Orçamento Fiscal e - Em

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	G N	F T	M A	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM.	LEI + CRÉDITOS (Autorizado	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% VAL. PAGOS S/ AUTORIZA
U 2520	**Banco Central do Brasil**										
04.122.0776.22	Gestão e Administração do Programa-Nacional	4	250	90	9.000.000	0	9.000.000	5.243.301	2.594.179	2.594.179	28,82
04.122.0776.22	Gestão e Administração do Programa-Nacional	3	250	90	57.283.520	0	57.283.520	47.539.272	29.053.068	29.053.068	50,72
04.122.0776.22	Gestão e Administração do Programa-Nacional	3	100	90	22.234.817	0	22.234.817	11.516.156	8.863.224	8.863.224	39,86
04.122.0776.22	Gestão e Administração do Programa-Nacional	3	100	50	1.605.953	0	1.605.953	1.605.953	842.614	842.614	52,47
04.122.0776.22	Gestão e Administração do Programa-Nacional	1	250	90	27.592.593	0	27.592.593	27.592.593	27.366.592	27.366.592	99,18
04.122.0776.22	Gestão e Administração do Programa-Nacional	1	100	90	415.296.725	0	415.296.725	415.296.725	290.397.043	290.397.043	69,93
Total da UO:					**533.013.608**	**0**	**533.013.608**	**508.794.000**	**359.116.719**	**359.116.719**	**67,37**
Total					**533.013.608**	**0**	**533.013.608**	**508.794.000**	**359.116.719**	**359.116.719**	**67,37**

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: 25 Setor: Programa: ProjAtiv: 2272 Fonte: Localidade: Elemento:
UO: 252 01 Função: Subfunção: Subtítulo: 0001 Gnd: UF: Mod. Aplic:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

I:\OR2005\30jul2005.mdb - 127 RelDespesas por UO/Funcional completo

Emissão: 04/08/2006 16:55:32 Pág 1 de 1

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Acumulado 30/07/20

Orçamento Fiscal e - Em

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	G N	P T	M A	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM.	LEI + CRÉDITOS (Autorizado	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% VAL. PAGOS S/ AUTORIZA
U 2520	**Banco Central do Brasil**										
04.125.0776.28	Supervisão do Sistema Financeiro Nacional-Nacional	3	250	90	5.000.000	0	5.000.000	2.039.057	1.830.539	1.830.539	36,61
04.125.0776.28	Supervisão do Sistema Financeiro Nacional-Nacional	3	100	90	2.604.032	0	2.604.032	26.348	16.366	16.366	0,63
04.125.0776.28	Supervisão do Sistema Financeiro Nacional-Nacional	3	100	50	217.969	0	217.969	0	0	0	0,00
Total da UO:					7.822.001	0	7.822.001	2.065.405	1.846.905	1.846.905	23,61
Total					7.822.001	0	7.822.001	2.065.405	1.846.905	1.846.905	23,61

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: 25 Setor: Programa: ProjAtiv: 2832 Fonte: Localidade: Elemento:
UO: 252 01 Função Subfunção Subtítulo: 0001 Grd: UF: Mod. Aplic.

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

I:\OR2005\30jul2005.mdb - 127 RelDespesas por UO/Funcional completo

Emissão: 04/08/2005 16:58:47 Pág 1 de 1

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Acumulado 30/07/20

Orçamento Fiscal e - Fm

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	G N	F T	M A	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM.	LEI + CRÉDITOS (Autorizado	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% VAL. PAGOS S/ AUTORIZA
U 2520	**Banco Central do Brasil**										
04.122.0776.76	Construção de Novo Edifício do Banco Central do Brasil no Rio de Janeiro -	4	100	90	1.000.000	0	1.000.000	0	0	0	0,00
Total da UO:					1.000.000	0	1.000.000	0	0	0	0,00
Total					1.000.000	0	1.000.000	0	0	0	0,00

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Programa: ProjAtiv: 7686 Fonte: Localidade: Elemento:
UO: Função: Subfunção: Subtítulo: 0033 Gnd: UF: Mod. Aplic.:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

I:\OR2005\30jul2005.mdb - 127 RelDespesas por UO/Funcional completo

Emissão: 04/08/2005 16:58:54 Pág 1 de 1

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Acumulado 30/07/20

Orçamento Fiscal e - Em

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	G N	F T	M A	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial)	CRÉD.ADIC.± REMANEJAM.	LEI + CRÉDITOS (Autorizado	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% VAL. PAGOS S/ AUTORIZA
U 7410 Rec. sob Sup. do M. Fazenda											
04.846.1172.0021.0001 Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - NACIONAL		5	148	90	200.000.000	-6.600.000	193.400.000	100.000.000	9.312.571	9.312.571	4,82
Total da UO:					200.000.000	-6.600.000	193.400.000	100.000.000	9.312.571	9.312.571	4,82
Total					200.000.000	-6.600.000	193.400.000	100.000.000	9.312.571	[illegible]	4,82

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Programa
UO: Função Subfunção
ProjAtiv: 0021 Subtítulo: 0001 Fonte: Gnd: Localidade: UF: Elemento: Mod. Aplic:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

I:\OR2006\30jul2006.mdb - 127 RelDespesas por UO/Funcional completo

Emissão: 04/08/2006 17:01:39 Pág 1 de 1

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Vigésima Terceira Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2005, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório da Deputada ROSE DE FREITAS, favorável nos termos do **Projeto de Lei nº 016/2005-CN**. Ao Projeto foram apresentadas 17 (dezessete) emendas, das quais foram **DECLARADAS INADMITIDAS** as de nºs 05 a 07 e 011 a 017; e **REJEITADAS** as demais.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Augusto Botelho, Fernando Bezerra, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Ideli Salvatti, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Sibá Machado e Valdir Raupp; e os Deputados, Mussa Demes, Primeiro Vice-Presidente, Ronaldo Dimas, Terceiro Vice-Presidente, Anivaldo Vale, Assis Miguel do Couto, Benedito de Lira, Benjamin Maranhão, Bismarck Maia, Carlito Merss, Carlos Alberto Leréia, Claudio Cajado, Colbert Martins, Devanir Ribeiro, Dr. Rodolfo Pereira, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Fernando de Fabinho, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Humberto Michiles, Iberê Ferreira, Inácio Arruda, Jaime Martins, João Grandão, João Leão, João Magalhães, Jorge Bittar, José Carlos Araújo, José Carlos Machado, José Chaves, José Pimentel, José Rocha, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Laura Carneiro, Luiz Carreira, Luiz Piauhylino, Lupércio Ramos, Manato, Marcelo Castro, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel de Souza, Milton Monti, , Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Nelson Pellegrino, Neyde Aparecida, Paulo Afonso, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professor Luizinho, Ricardo Barros, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Vander Loubet, Vignatti, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, em 24 de novembro de 2005.

Deputado RONALDO DIMAS
Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência

Deputada ROSE DE FREITAS
Relatora

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 16/2005-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$ 46.893.589,00 (quarenta e seis milhões, oitocentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

Sala de Reuniões, em de de 2005.

Deputado RONALDO DIMAS
Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência

Deputada ROSE DE FREITAS
Relatora

PARECER N.º 30 , DE 2005 - CN

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei n.º 42, de 2005-CN, que *Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$ 205.000.000,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

AUTOR: PODER EXECUTIVO

RELATORA: Deputada **ROSE DE FREITAS**

I – RELATÓRIO

Com base no art. 61, § 1º, inciso II, b, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 106, de 2005-CN, e nº 586/2005, na origem, o Projeto de Lei nº 42, de 2005-CN, que *Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R$ 205.000.000,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente,* da seguinte forma:

Unidade Orçamentária: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome		
Funcional	**Ação a ser suplementada**	**Valor**
08.605.0352.2798.0001	Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar - Nacional	70.000.000
08.244.1335.6524.0001	Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação dos Benefícios de Transferência Direta de Renda	135.000.000
TOTAL		**205.000.000**

A Exposição de Motivos-EM n.º 176/2005/MP, de 24 de agosto de 2005, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informa que o crédito pleiteado visa possibilitar o pagamento de despesas operacionais do Programa Bolsa-Família, majoradas em consequência da expansão do número de beneficiários de 6,5 milhões de famílias, em 2004, para 8,7 milhões de famílias, em 2005. Ainda no âmbito do Programa, objetiva-se a revisão e atualização da base de dados do Cadastro Único, bem como o fortalecimento de sua gestão nos Municípios.

O crédito visa também a garantir recursos para a compra de leite de pequenos agricultores familiares, com vistas à distribuição para aproximadamente 700 mil famílias em situação de insegurança alimentar residentes na região do semi-árido.

Os recursos para suplementação são provenientes do excesso de arrecadação de recursos Próprios Não-Financeiros (alienação de estoques) e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

A propósito do que determina o art. 65, § 11, da Lei nº 10.934, de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005), é esclarecido na Exposição que as fontes de recursos previstas têm natureza primária e que, portanto, não prejudicarão o alcance da meta de superávit primário. Ademais a EM recorda que o art. 14 do Decreto nº 5.379/2005[1] condiciona a execução de despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

II – EMENDAS

Ao PLN nº 42, de 2005, foram apresentadas 25 emendas.

As emendas de nº **03, 04, 05 e 08** objetivam contemplar programações em unidade orçamentária não prevista no projeto de lei, contrariando o disposto no art. 29 da Resolução nº 01-CN, de 2001.

As demais emendas propõem suplementações em diversas programações, todas alocadas na unidade orçamentária "Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome".

III - VOTO DO RELATOR:

Do exame do projeto verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes.

Com efeito, encontram-se satisfeitas as disposições constitucionais do art. 167, incisos V e VI, que vedam a abertura de crédito suplementar sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes, bem assim a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.

Sob a ótica legal, encontram-se plenamente atendidas as disposições do art. 43 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, que assim prescrevem:

"Art. 43. A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificada.

§ 1º Consideram-se recursos, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

.....

[1] Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências.

II) os provenientes de excesso de arrecadação;

.....

Da mesma forma, há perfeita conformação do projeto com as disposições constantes da lei de diretrizes orçamentárias para o exercício de 2005 (LDO/2005) – Lei no 10.934, de 11 de agosto de 2005 –, em especial quanto às prescrições dos §§ 5º, 6º e 11, do art. 65, que têm o seguinte teor:

"Art. 65. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, preferencialmente, na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro.

.....

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais e respectivos subtítulos e metas;

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei no 4.320, de 1964.

.....

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo."

Por outro lado, todos os programas e ações contemplados no crédito em questão constam também do Plano Plurianual vigente (PPA 2004 a 2007) – Lei nº 10.933, de 12 de agosto de 2004, observando-se, portanto, o prescrito no § 8º do art. 5º, in verbis:

"Art. 5º.....

§ 8º Os códigos e os títulos dos programas e ações do Plano Plurianual serão aplicados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais e nas leis que o modifiquem."

Com relação às emendas apresentadas, opinamos pela **inadmissão** das emendas **03, 04, 05 e 08** por objetivarem contemplar programações em unidade orçamentária não prevista no projeto de lei, contrariando o disposto no art. 29 da Resolução nº 01-CN, de 2001.

Com relação às demais emendas, em que pese os nobres propósitos nelas consignados, registramos que o acatamento dos pleitos implicaria a descaracterização da proposta originária do Poder Executivo, o que, nessa altura do exercício financeiro, pode inviabilizar a execução, motivo pela qual somos pela rejeição dessas emendas.

Em face do exposto, somos pela aprovação do PL n.º 42/2005-CN, na forma do apresentada pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de de 2005.

Deputada Rose de Freitas
Relatora

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Acumulado até: 04/11/2005

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% VAL. PAGOS S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
UO: 55101	**M.do Des.Social e Comb à Fome**							
08.244.1335.6524.0001	Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação dos Benefícios de Transferência Direta de Renda-Nacional	165.000.000	19.800.000	184.800.000	180.113.236	140.866.462	140.866.462	76,23
08.605.0352.2798.0001	Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar-Nacional	396.363.426	0	396.363.426	356.297.440	316.625.206	315.145.404	79,51
Total da UO:		561.363.426	19.800.000	581.163.426	536.410.676	457.491.668	456.011.866	78,47
Total		561.363.426	19.800.000	581.163.426	536.410.676	457.491.668	456.011.866	78,47

PLN:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN C:\1 Acesso\ORÇ2005\04nov2005.mdb - 127 RelDespesas por UO/Funcional_PLN Emissão: 10/11/2005 09:45:20 Pág. 1 de 1

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Vigésima Terceira Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2005, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório da Deputada ROSE DE FREITAS, favorável nos termos do **Projeto de Lei nº 042/2005-CN**. Ao Projeto foram apresentadas 25 (vinte e cinco) emendas, das quais foram **DECLARADAS INADMITIDAS** as de nºs 03, 04, 05 e 08; e **REJEITADAS** as demais.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Augusto Botelho, Fernando Bezerra, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Ideli Salvatti, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Sibá Machado e Valdir Raupp; e os Deputados, Mussa Demes, Primeiro Vice-Presidente, Ronaldo Dimas, Terceiro Vice-Presidente, Anivaldo Vale, Assis Miguel do Couto, Benedito de Lira, Benjamin Maranhão, Bismarck Maia, Carlito Merss, Carlos Alberto Leréia, Claudio Cajado, Colbert Martins, Devanir Ribeiro, Dr. Rodolfo Pereira, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Fernando de Fabinho, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Humberto Michiles, Iberê Ferreira, Inácio Arruda, Jaime Martins, João Grandão, João Leão, João Magalhães, Jorge Bittar, José Carlos Araújo, José Carlos Machado, José Chaves, José Pimentel, José Rocha, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Laura Carneiro, Luiz Carreira, Luiz Piauhylino, Lupércio Ramos, Manato, Marcelo Castro, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel de Souza, Milton Monti, , Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Nelson Pellegrino, Neyde Aparecida, Paulo Afonso, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professor Luizinho, Ricardo Barros, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Vander Loubet, Vignatti, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, em 24 de novembro de 2005.

Deputado RONALDO DIMAS
Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência

Deputada ROSE DE FREITAS
Relatora

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 42/2005-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$ 205.000.000,00 (duzentos e cinco milhões de reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

Sala de Reuniões, em de de 2005.

Deputado RONALDO DIMAS
Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência

Deputada ROSE DE FREITAS
Relatora

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2005

Às dezoito horas do dia dezessete de novembro do ano de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores: Renan Calheiros, Presidente; Tião Viana, 1º Vice-Presidente; Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente, Efraim Morais, Primeiro-Secretário; João Alberto Souza, Segundo Secretário; Paulo Octávio, Terceiro Secretário; Eduardo Siqueira Campos, Quarto Secretário; Papaléo Paes; Serys Slhessarenko e Aelton Freitas, como Suplentes. Iniciados os trabalhos, passou-se ao exame das seguintes matérias desta reunião: *Item 1* – Ratifica os Atos e Decisões da Comissão Diretora do exercício de 2005. *Item 2* – resolvem aprovar as seguintes emendas ao Projeto de Lei nº 040/2005-CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de dois mil e seis", apresentadas pelo Senhor Senador Efraim Moraes, Primeiro Secretário. Emenda a Despesa que suplementa o Programa 01.031.0551.4597.0001 – Produção e Distribuição de Documentos Legislativos, no valor total de R$ 11.330.000,00 (onze milhões e trezentos e trinta mil reais). Emenda a Despesa que suplementa o Programa 01.122.0551.7122.0101 – Construção do Anexo III, no valor total de R$ 28.250.000,00 (vinte e oito milhões e duzentos e cinqüenta mil reais). Emenda a Despesa que suplementa o Programa 01.031.0551.4061.0001 – Processo Legislativo, no valor total de R$ 187.000.000,00 (cento e oitenta e sete milhões de reais). Emenda a Despesa que suplementa o Programa 01.722.1032.7134.0001 – Implantação do Canal de Televisão Internacional, no valor total de R$ 8.420.000,00 (oito milhões quatrocentos e vinte mil reais). Suplementa o Programa: 01.126.0551.4060.0001 – Gestão do Sistema de Informática, no valor total de R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais). Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às dezoito horas e trinta minutos, declarou encerrada a reunião, determinando que eu, (Agaciel da Silva Maia), Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrasse a presente Ata que, após aprovada, vai assinada pelo Presidente.

Sala da Comissão Diretora, 17 de novembro de 2005.

Senador RENAN CALHEIROS
Presidente

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4101 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **018515/05-3,**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FRANCISCA ELISA DA COSTA RAMALHO BARBOSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Maranhão.

Senado Federal, em 25 de novembro de 2005

p/ AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 4102 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores CARLOS ROBERTO STUCKERT, matrícula nº 33628, e LUCIANO ANTÔNIO GUIDINI DOS SANTOS, matrícula nº 14336, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 018407/05-6 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005.

p/ AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 4103 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ANTONIO CÉSAR NÓBREGA DE MOURA, matrícula nº 44043, e MANOEL FRANCISCO REGIS, matrícula nº 23283, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 017138/05-1 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2005 de 2005.

p/ AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONVÊNIO Nº 0046/2005

(Processo n.º 016277/05-8)

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O SENADO FEDERAL E O BANCO MATONE S/A PARA EMPRÉSTIMOS A SENADORES E SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

O SENADO FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, AGACIEL DA SILVA MAIA, e, do outro lado, o **BANCO MATONE S.A**, inscrito no CNPJ sob o nº 92.894.922/0001-08, com sede na Rua General Vitorino, nº 25, 2º andar, CEP 90.020-171, Porto Alegre-RS, Telefone (51) 3211-0011 e Fax (51) 3211-1144, e-mail: matone@bancomatone.com.br doravante designada CONVENIADA, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares dos Decretos n.º 4.961, de 20 de janeiro de 2004, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar à **CONVENIADA**, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores do Senado Federal, com mais de seis meses de exercício no cargo.

Parágrafo único - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 11 do Decreto n.º 4.961, de 2004 .

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência da **CONVENIADA**.

Parágrafo único - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pela **CONVENIADA**, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o SENADO FEDERAL compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito à **CONVENIADA**, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência da **CONVENIADA**, especificada na Cláusula Segunda.

Parágrafo único - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DA CONVENIADA

Da **CONVENIADA** será cobrada mensalmente a quantia de R$ 2,00 (dois reais) por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

Parágrafo Primeiro – A **CONVENIADA** encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

Parágrafo Segundo - A **CONVENIADA** se obriga a fornecer aos consignados extrato mensal, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá à **CONVENIADA** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo SENADO FEDERAL.

Parágrafo único – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados do que preceitua o art. 18 do Decreto n.º 4.961, de 2004, quanto às responsabilidades administrativa, civil e penal.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O SENADO FEDERAL obriga-se a recolher à **CONVENIADA**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, observando-se o disposto no artigo 13 do Decreto n.º 4.961, de 2004, em sua conta corrente, a ser informada pela **CONVENIADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o SENADO FEDERAL se obriga a comunicar o fato, imediatamente, à **CONVENIADA**, na forma do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Décima Primeira.

Parágrafo único – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

O descumprimento pela **CONVENIADA** das obrigações fixadas na Cláusula Quarta sujeitará a **CONVENIADA** às sanções legais estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, além do imediato descredenciamento perante o Senado Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

Parágrafo único - A consignação relativa a amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário, nos termos do inciso II do art. 17 do Decreto n.º 4.961, de 2004.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONSIDERAÇOES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

Parágrafo único – Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, aplicando-se ainda as normas previstas nos Decretos n.ºs 4.961, de 20 de janeiro de 2004 e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis n.º 8.666/93 e 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, 24 de novembro de 2005.

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

GUILHERME GONÇALVES LESSA
CPF: 339.354.240-00
RG: 6.011.410.963 SSP/RS
BANCO MATONE S/A

RICARDO RUSSOWSKY
CPF: 168.454.550-15
RG: 3.003.733.684 SSP/RS
BANCO MATONE S/A

Diretor da SADCON

Diretor da SSPLAC

3º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE
JACY FRANCO MOREIRA IBIAS - Tabelião
Rua Gen. Câmara, 359 - CEP 90010-230 - Fone: 3221-5226 - POA - RS

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de GUILHERME GONÇALVES LESSA, RICARDO RUSSOWSKY que assinam por BANCO MATONE S.A.. Dou fé.
Porto Alegre, 10 de novembro de 2005
Em Testemunho [illegible] da Verdade
Marco Aurelio G[illegible] Escrevente
Emolumentos: R$4,00 [illegible] 11:15:08 150707-26729 15

U:\SSPLAC\SECON\SECON2005\MINUTA\CONVENIO BANCO\BANCO MATONE NOVA MINUTA DE CONVÊNIO ATO COMDIR Nº 15-2005 016277-05-8.doc

ANEXO II

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 15, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005
(Obrigações exigidas pelo § 3º do art. 1º)

Valor da Operação: R$_____
Prazo da Operação: ____ Meses.
IOF: Alíquota: ___; Base de Cálculo: R$ _____; Valor do IOF: R$ _____
TAC: Valor: R$ _____, ( ) Financiada ou ( ) Descontada no ato do crédito.
Valor total financiado: R$ _____
Data de crédito do empréstimo: ___/_____/2005
Data de vencimento da 1ª. Prestação: ___/_____/2005

Número da Prestação	Valor da Prestação R$	Valor Amortizado R$	Valor Juros Cobrados R$	Saldo Devedor R$
1ª				
2ª				
3ª				
4ª				
5ª				
6ª				
7ª				
8ª				
9ª				
10ª				
11ª				
12ª				
13ª				
14ª				
15ª				
16ª				
17ª				
18ª				
19ª				
20ª				
21ª				
22ª				
23ª				
24ª				
25ª				
26ª				
27ª				
28ª				
29ª				
30ª				
31ª				
32ª				
33ª				
34ª				
35ª				
36ª				
37ª				
38ª				
39ª				
40ª				
41ª				
42ª				
43ª				
44ª				
45ª				
46ª				
47ª				
48ª				

CONVÊNIO Nº 0047/2005

(Processo nº 006.967/05-1)

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O SENADO FEDERAL E O BANCO LUSO BRASILEIRO S/A, PARA EMPRÉSTIMOS A SENADORES E SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

O SENADO FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, **AGACIEL DA SILVA MAIA**, e, do outro lado, o **BANCO LUSO BRASILEIRO S/A**, com sede na Avenida Cidade Jardim nº 400, 22º andar, São Paulo – SP, Tel. (11) 3039-1500, fax nº (11) 3813-3708, inscrita no CNPJ sob o nº 59.118.133/0001-00, doravante designado o **LUSO BRASILEIRO**, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares dos Decretos n.º 4.961, de 20 de janeiro de 2004, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao **LUSO BRASILEIRO**, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores do Senado Federal, com mais de seis meses de exercício no cargo.

Parágrafo único - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 11 do Decreto n.º 4.961, de 2004 .

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do **LUSO BRASILEIRO**.

Parágrafo único - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo **LUSO BRASILEIRO**, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o SENADO FEDERAL compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos

Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito ao **LUSO BRASILEIRO**, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência do **LUSO BRASILEIRO**, especificada na Cláusula Segunda.

Parágrafo único - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DA CONVENIADA

Do **LUSO BRASILEIRO** será cobrada mensalmente a quantia de R$ 2,00 (dois reais) por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

Parágrafo Primeiro – O **LUSO BRASILEIRO** encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

Parágrafo Segundo - O **LUSO BRASILEIRO** se obriga a fornecer aos consignados extrato mensal, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao **LUSO BRASILEIRO** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo SENADO FEDERAL.

Parágrafo único – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados do que preceitua o art. 18 do Decreto n.º 4.961, de 2004, quanto às responsabilidades administrativa, civil e penal.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O SENADO FEDERAL obriga-se a recolher ao **LUSO BRASILEIRO**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, observando-se o disposto no artigo 13 do Decreto n.º 4.961, de 2004, em sua conta corrente, a ser informada pelo **LUSO BRASILEIRO**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o SENADO FEDERAL se obriga a comunicar o fato, imediatamente, ao **LUSO BRASILEIRO**, na forma do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Décima Primeira.

Parágrafo único – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

O descumprimento pelo **LUSO BRASILEIRO** das obrigações fixadas na Cláusula Quarta sujeitará o **LUSO BRASILEIRO** às sanções legais estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, além do imediato descredenciamento perante o Senado Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

Parágrafo único - A consignação relativa a amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário, nos termos do inciso II do art. 17 do Decreto n.º 4.961, de 2004.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONSIDERAÇOES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

Parágrafo único – Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou

por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, aplicando-se ainda as normas previstas nos Decretos n.ºs 4.961, de 20 de janeiro de 2004 e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis n.º 8.666/93 e 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, em 24 de Novembro de 2005.

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL DO SENADO

OCTÁVIO RIBEIRO RATTO JÚNIOR
CPF Nº 538.041.638-15
RG Nº 3.107.667-1 SSP/SP
LUSO BRASILEIRO

Diretor da SADCON

WILSON BONIFÁCIO
CPF Nº 073.055.408-20
RG Nº 3.799.939 SSP/SP
LUSO BRASILEIRO

Diretor da SSPLAC

U:\SSPLAC\SECON\SECON2005\MINUTA\CONVENIO BANCO\LUSO BRASILEIRO NOVA MINUTA DE CONVÊNIO 006967 05 1 ATO COMDIR Nº 15-2005.doc

ANEXO II

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 15, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005
(Obrigações exigidas pelo § 3º do art. 1º)

Valor da Operação: R$_____
Prazo da Operação: ____ Meses.
IOF: Alíquota: ___; Base de Cálculo: R$ _____; Valor do IOF: R$ _____
TAC: Valor: R$ _____, ( ) Financiada ou ( ) Descontada no ato do crédito.
Valor total financiado: R$ _____
Data de crédito do empréstimo: ___/_____/2005
Data de vencimento da 1ª. Prestação: ___/_____/2005

Número da Prestação	Valor da Prestação R$	Valor Amortizado R$	Valor Juros Cobrados R$	Saldo Devedor R$
1ª				
2ª				
3ª				
4ª				
5ª				
6ª				
7ª				
8ª				
9ª				
10ª				
11ª				
12ª				
13ª				
14ª				
15ª				
16ª				
17ª				
18ª				
19ª				
20ª				
21ª				
22ª				
23ª				
24ª				
25ª				
26ª				
27ª				
28ª				
29ª				
30ª				
31ª				
32ª				
33ª				
34ª				
35ª				
36ª				

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA

PFL	Rodolpho Tourinho
PFL	Antonio Carlos Magalhães
PFL	César Borges

RIO DE JANEIRO

BLOCO - PT	Roberto Saturnino
PL	Marcelo Crivella
PMDB	Sérgio Cabral

MARANHÃO

PMDB	Ribamar Fiquene
PFL	Edison Lobão
PMDB	Mauro Fecury

PARÁ

PMDB	Luiz Otávio
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa
PSDB	Flexa Ribeiro

PERNAMBUCO

PFL	José Jorge
PFL	Marco Maciel
PSDB	Sérgio Guerra

SÃO PAULO

BLOCO - PT	Eduardo Suplicy
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante
PFL	Romeu Tuma

MINAS GERAIS

PL	Aelton Freitas
PSDB	Eduardo Azeredo
PMDB	Wellington Salgado Oliveira

GOIÁS

PMDB	Maguito Vilela
PFL	Demóstenes Torres
PSDB	Lúcia Vânia

MATO GROSSO

Sem Partido	Luiz Soarez
PFL	Gilberto Goellner
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko

RIO GRANDE DO SUL

PMDB	Pedro Simon
BLOCO - PT	Paulo Paim
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi

CEARÁ

PSDB	Reginaldo Duarte
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes
PSDB	Tasso Jereissati

PARAÍBA

PMDB	Ney Suassuna
PFL	Efraim Morais
PMDB	José Maranhão

ESPÍRITO SANTO

PMDB	João Batista Motta
PMDB	Gerson Camata
PL	Magno Malta

PIAUÍ

PMDB	Alberto Silva
PFL	Heráclito Fortes
PMDB	Mão Santa

RIO GRANDE DO NORTE

BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
PMDB	Garibaldi Alves Filho
PFL	José Agripino

SANTA CATARINA

PFL	Jorge Bornhausen
BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PSDB	Leonel Pavan

ALAGOAS

P - SOL	Heloísa Helena
PMDB	Renan Calheiros
PSDB	Teotonio Vilela Filho

SERGIPE

PFL	Maria do Carmo Alves
PSDB	Almeida Lima
BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares

AMAZONAS

PMDB	Gilberto Mestrinho
PSDB	Arthur Virgílio
PDT	Jefferson Péres

PARANÁ

PSDB	Alvaro Dias
BLOCO - PT	Flávio Arns
PDT	Osmar Dias

ACRE

BLOCO - PT	Tião Viana
P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
BLOCO - PT	Sibá Machado

MATO GROSSO DO SUL

PDT	Juvêncio da Fonseca
BLOCO - PT	Delcídio Amaral
PMDB	Ramez Tebet

DISTRITO FEDERAL

PP	Valmir Amaral
Sem Partido	Cristovam Buarque
PFL	Paulo Octávio

TOCANTINS

PSDB	Eduardo Siqueira Campos
PSB	Nezinho Alencar
PMDB	Leomar Quintanilha

AMAPÁ

PMDB	José Sarney
BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Papaléo Paes

RONDÔNIA

PMDB	Amir Lando
BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	Valdir Raupp

RORAIMA

PTB	Mozarildo Cavalcanti
PDT	Augusto Botelho
PMDB	Romero Jucá

12-9-2005

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3.José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR GERSON CAMATA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)			
DEMÓSTENES TORRES - PFL	GO-2091/99	1-ROSEANA SARNEY - PFL	MA-3070/4171
JORGE BORNHAUSEN - PFL	SC-4206/07	2-GILBERTO GOELLNER – PFL	MT-2272/2275
JOSÉ JORGE - PFL	PE-3245/47	3-CÉSAR BORGES - PFL	BA-2213/2217
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	SE-1306/4055	4-JOSÉ AGRIPINO - PFL	RN-2361/62
EDISON LOBÃO - PFL	MA-2311/13	5-MARCO MACIEL - PFL	PE-5710/24
MARCELO CRIVELLA – PMR (2)	RJ-5225/90	6-ROMEU TUMA - PFL	SP-2051/57
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	AL-4685/1102	7-EDUARDO AZEREDO – PSDB	MG-2321/23
GERALDO MESQUITA – P-SOL (1)	AC-1078/1278	8-SÉRGIO GUERRA - PSDB	PE-2382/2385
LEONEL PAVAN - PSDB	SC-4041/14	9-LÚCIA VÂNIA - PSDB	GO-2038/2844
REGINALDO DUARTE – PSDB	CE-1149/3249	10-TASSO JEREISSATI - PSDB	CE-4846
PMDB			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	MG-2244/2245	1-AMIR LANDO	RO-3130/3132
ÍRIS DE ARAÚJO	GO-1132/1440	2-GARIBALDI ALVES FILHO	RN-2371/77
VALDIR RAUPP	RO-2252/53	3-(VAGO)	
GERSON CAMATA	ES-1403/3204	4-PAPALÉO PAES (5)	AP-3252/2984
SÉRGIO CABRAL	RJ-2432/34	5-MÃO SANTA	PI-2334/36
JOSÉ MARANHÃO	PB-1892/2231	6-LUIZ OTÁVIO	PA-3050/4393
NEY SUASSUNA	PB-1892/2231	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106	8-(VAGO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB e PL) (4)			
AELTON FREITAS - PL	MG-4740/5067	1-(VAGO)	
PAULO PAIM - PT	RS-5227/5232	2-ALOÍZIO MERCADANTE - PT	SP-1313/5198
FÁTIMA CLEIDE - PT	RO-2391/97	3-FERNANDO BEZERRA – PTB (3)	RN-2461/2464
FLÁVIO ARNS - PT	PR-2402/05	4-DELCÍDIO AMARAL – PT	MS-2451/2455
IDELI SALVATTI - PT	SC-2171/72	5-ANTÔNIO CARLOS VALADARES-PSB	SE-2201/2206
ROBERTO SATURNINO - PT	RJ-4229/4231	6-MAGNO MALTA - PL	ES-4161/1654
MOZARILDO CAVALCANTI – PTB(3)	RR-4078/1160	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES – PSB	CE-2301/2302
SÉRGIO ZAMBIASI – PTB (3)	RS-1207/1607	8-JOÃO RIBEIRO - PL	TO-2161/63
PDT			
AUGUSTO BOTELHO	RR-2041/48	1-JUVÊNCIO DA FONSECA (6)	MS-1128/1228

OBSERVAÇÕES:
(1) VAGA CEDIDA PELO PSDB
(2) VAGA CEDIDA PELO PFL
(3) O PTB DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 08/06/05
(4) O PPS DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 24/06/05
(5) O SENADOR PAPALÉO PAES PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB
(6) O SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB

REUNIÃO: 3ª FEIRA ÀS 11:00 HORAS — **SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES — **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 3311-3276**
TELEFONES DA SECRETARIA: 3311-4604/3498
FAX: 3311-3121 — **ATUALIZADA EM: 27/10/2005**
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	**SUPLENTES**

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA "OPERAÇÃO POROROCA"

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas–feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas–feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas–feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999
3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003
5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador
Vice-Presidente: Senador

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Gilberto Goellner (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. MªdoCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. Álvaro Dias (PSDB)	PR	4059
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Titulares	**UF**	**Ramal**	**Suplentes**	**UF**	**Ramal**
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camara	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Pedro Simon	RS	3232
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO [1]

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)[2]	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 04.10.2005)

Notas:

[1] Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

[2] Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senado Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PSOL
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	**PRESIDENTE** Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	**1º VICE-PRESIDENTE** Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	**2º VICE-PRESIDENTE** Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	**1º SECRETÁRIO** Senador Efraim Morais (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	**2º SECRETÁRIO** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	**3º SECRETÁRIO** Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	**4º SECRETÁRIO** Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	**LÍDER DA MAIORIA** Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	**Vice-Presidente:** Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	**Secretário-Geral Adjunto:** Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS	
Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	**Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL)** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.
PDT	
	1.
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/ PARTIDO/AC)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. OLIVEIRA FILHO (PL/PR)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154
cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE FONTANA PT-RS	**LÍDER DA MAIORIA** NEY SUASSUNA PMDB-PB
LÍDER DA MINORIA JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** JOSÉ JORGE PFL-PE
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL AROLDO CEDRAZ PFL-BA	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO "DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO"

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS(1)

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros (2)

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

(1) Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

(2) Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 31,00**
Porte do Correio	**R$ 96,60**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 127,60**

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 62,00**
Porte do Correio	**R$ 193,20**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 255,20**

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	**R$ 0,30**
Porte avulso	**R$ 0,80**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	**GESTÃO 00001**

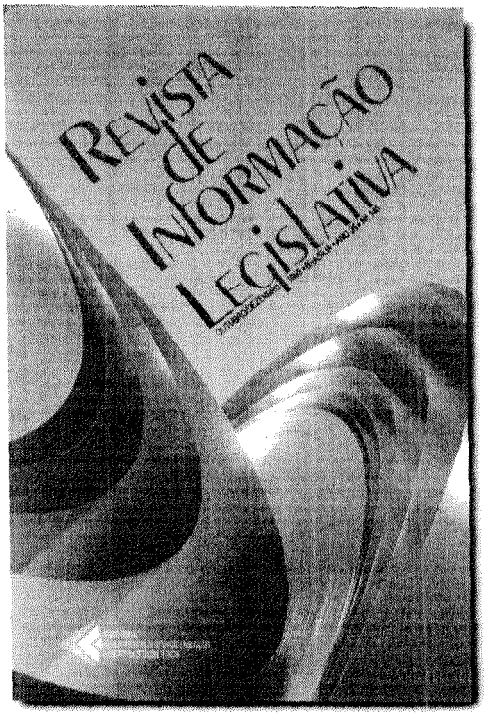
Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Adminstração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Revista de Informação Legislativa



Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R$ 10,00

Edições anteriores: R$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R$ 40,00

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:		UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R$)	Preço Total (R$)

EDIÇÃO DE HOJE: 150 PÁGINAS